

RECORTES DE IMPRENSA

ABRIL 2020



Violência doméstica: “outra pandemia” a alastrar silenciosamente

Clara Raimundo | 2 Abr 20

Os telefones da Linha de Apoio à Vítima estão estranhamente silenciosos. Desde que foi decretado o Estado de Emergência em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) passou a receber “menos de metade das chamadas” que habitualmente recebia com pedidos de ajuda. Serão boas notícias? Daniel Cotrim, psicólogo da APAV, gostaria de acreditar que sim, mas confessa estar mais “assustado” que esperançoso. “Recebermos menos contactos é sinal de uma tranquilidade aparente”, afirma, temendo que, a par da pandemia de covid-19, também uma outra “pandemia da violência doméstica” esteja a alastrar. E mais rapidamente do que antes, mas agora em silêncio.

O mesmo receio é partilhado por Ana Leonor Marciano, jurista da associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). “A diminuição do número de pedidos de ajuda tem a ver com o facto de as vítimas estarem agora confinadas ao mesmo espaço que o agressor, sob as suas diretrizes e muito mais controladas e subordinadas às suas vontades. Isto é meio caminho andado para não conseguirem pedir ajuda, mesmo que queiram”, justifica.

Os únicos números que aumentaram, logo na primeira semana de quarentena, foram os de pedidos de ajuda específicos por parte de mulheres vítimas de agressão que, perante as diretrizes de isolamento social, “tomaram a decisão de sair de casa para não ficarem isoladas com o agressor”, afirma a responsável da UMAR.

Também à APAV chegaram mais pedidos neste sentido. “Diversas vítimas de violência doméstica pediram-nos ajuda para conseguirem ir para casa de familiares nesta fase, e ao contrário do que é habitual, sentimos muito mais disponibilidade por parte das famílias para ajudar e acolher”, sublinha Daniel Cotrim.

Os dados que chegam de outros países como Itália, Brasil e China, relativamente ao aumento de casos de violência doméstica na sequência da pandemia do novo coronavírus, não contribuem para tranquilizar os técnicos de apoio às vítimas. “Para já, os dados que temos são empíricos, mas indicam que na China, por exemplo, terá havido um aumento de 90% das queixas de violência doméstica face ao mesmo período do ano passado”, alerta o psicólogo da APAV.

Crianças “são o elo mais fraco”

Os números partilhados por associações de defesa das vítimas no estrangeiro “são reveladores” e não espantam o representante da APAV. As estatísticas mostram que, depois dos períodos de férias e de festividades como Páscoa, Natal ou Ano Novo, em que as famílias passam mais tempo juntas, os atendimentos costumam disparar.

“Agora, estamos perante uma situação completamente inédita. Mas o confinamento aumenta desde logo o grau de risco das vítimas e fará certamente surgir situações de violência em contextos familiares onde elas não existiam anteriormente”, admite o psicólogo. “E não me refiro apenas às mulheres, mas também a homens, aos idosos, às pessoas com grau de deficiência, e em particular às crianças, que são o elo mais fraco”.

Neste último caso, Daniel Cotrim teme que “os graus de fadiga, stress e ansiedade provocados pelo isolamento e também pelo teletrabalho vão aumentando” e que isso dê origem a comportamentos agressivos em alguns adultos perante os mais novos. “Estes comportamentos podem começar por um ‘não tenho tempo’, um empurrão, uma bofetada, e evoluir para algo mais grave”, sublinha.

Na perspetiva da UMAR, a proteção dos menores deve ser uma das principais preocupações nesta fase, e uma das medidas que a associação propõe é que “sejam suspensos os regimes de convívio com os filhos” nos casos em que já existiram agressões no passado. “Temos de agir preventivamente com o objetivo de minorar as situações de agressão”, defende Ana Leonor Marciano.

Agressor “deve ser imediatamente retirado de casa”

Num comunicado divulgado no passado dia 26, a UMAR pediu ao Governo que tome urgentemente uma outra medida: a “retirada do agressor da residência onde coabite com a vítima aquando da notícia do crime a realizar pelas entidades policiais, que deve ser confirmada pelo Juiz de Instrução Criminal competente no prazo de 72h”. Ou seja, “assim que haja uma denúncia, seja por parte da vítima ou de vizinhos, o agressor deve ser imediatamente retirado” de casa. Depois, o Ministério Público tem 72 horas para se pronunciar, explica Ana Leonor Marciano.

"Aquilo que acontece neste momento é o contrário: o agressor não é retirado e o Ministério Público acaba por nunca se pronunciar nessas 72 horas, alegando que não existem indícios probatórios ou testemunhas", acrescenta a jurista. "Se essa situação já não é aceitável em circunstâncias normais, muito menos agora. Até porque a tendência, com os tribunais fechados, será para as respostas tardarem ainda mais que o habitual", alerta a jurista da UMAR.

Também Daniel Cotrim lamenta que "o sistema, da forma como está construído, não seja muito amigo da vítima". O psicólogo da APAV concorda que "deveriam ser aplicadas de imediato medidas ao agressor", mas entende que "neste momento, não haja espaço para que a lei possa ser alterada". Nesse sentido, "exigimos que pelo menos a lei existente seja aplicada, isto é, que não se ultrapassem as 72 horas para a aplicação das medidas de coação como o afastamento e a vigilância eletrônica".

José Alves, presidente da **Cáritas de Aveiro** (que tem uma unidade de apoio às vítimas de violência doméstica), reforça: "Desde há vários anos que defendemos que os agressores é que devem sair de casa. As vítimas têm sido duplamente vítimas, porque são agredidas e ainda têm de ser elas a sair do seu meio."

A antecipar uma subida de casos, o Governo assegurou 100 camas adicionais para acolher mulheres vítimas de violência. Neste momento, a rede tem 677 camas em casas-abrigo e 168 nas respostas de emergência. O presidente da Cáritas de Aveiro alerta, no entanto, para uma situação nova criada pela pandemia: "Há uma maior dificuldade em colocarmos as vítimas rapidamente em casas de acolhimento, porque só aceitam receber pessoas que não estejam infetadas" com o novo coronavírus". O que significa que "as vítimas têm de ser primeiro encaminhadas para os serviços de saúde e fazer o teste para garantir que não são portadoras do vírus".

A medida "é compreensível", pois é necessário "proteger as vítimas" que já estão nas casas, afirma Ana Leonor Marciano. "Temos mesmo é de conseguir que as mulheres [vítimas de agressão] não tenham de sair das suas próprias casas".

Uma responsabilidade de todos



Cartaz da campanha da APAV relativa à covid-19

Para o psicólogo da APAV, "todos nós" temos neste momento "uma responsabilidade enorme" para evitar que os casos de violência doméstica assumam proporções dramáticas. "É preciso que as pessoas que estão à volta das vítimas, particularmente os vizinhos, estejam atentas e contribuam para que a lei se cumpra", sublinha. E informa: "Podem ligar para a APAV, entre as 9h e as 21h, ou mesmo para o 112, que está disponível 24 horas por dia". E a chamada "pode ser anónima, basta que indiquem a morada do local onde ocorreu a agressão", garante. "E mesmo que a vítima diga à polícia que não está a passar por uma situação destas, esta pessoa vai ficar referenciada e isso é muito importante", sublinha Daniel Cotrim.

Para reforçar a importância de todos estarem atentos a este tipo de situações, a APAV lançou uma **nova campanha nas redes sociais**. "Quem está isolado também pode ser vítima" é o mote dos anúncios criados, onde a associação divulga a linha telefónica gratuita cujo serviço foi reforçado (o número é o 116 006) e deixa o apelo: "Preste atenção aos sinais. Não se cale". Em destaque, estão as vítimas de violência doméstica, mas este não é o único perigo para o qual se alerta na campanha, apontando igualmente os maiores riscos associados ao cibercrime e às burlas.

Outra solução é a que foi pensada pela **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)**: um poster que se incentiva a imprimir e colocar visível nas entradas dos prédios, com conselhos sobre como agir perante a violência doméstica em período de quarentena, e os contactos (o telefone 800 202 148 ou o endereço violencia.covid@cig.gov.pt) que podem ser usados para obter ajuda.

COVID-19

REPUBLICA PORTUGUESA
CIG
PORTUGAL MAIS IGUAL

O isolamento das famílias é necessário para a contenção da COVID-19. MAS PODE AUMENTAR O RISCO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Fique o mais segura possível durante o isolamento:

- Avalie se pode fazer quarentena junto de familiares ou pessoas amigas que lhe ofereçam condições de segurança.
- Identifique membros da família, vizinhança e pessoas amigas que a possam acolher ou ajudar.
- Combine códigos de emergência (sinal, gesto, palavra, objeto na janela acordado com vizinhos).

#portugalcontraaviolencia

Ligue **800 202 148, 116 006** ou **112**
Email: violencia.covid@cig.gov.pt

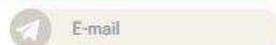
Cartaz da CIG com informações e contactos

Houve menos violência doméstica em março, mas APAV considera que casos vão subir

A associação de apoio à vítima deixa um alerta em relação à violência em contexto familiar. Durante o confinamento, a violência doméstica subiu em 55% em Espanha.

Por TSE/Lusa
03 Abril, 2020 • 23:22

PARTILHAR



Associação Portuguesa de Apoio à Vítima não ficou surpreendida com os mais recentes dados da PSP sobre violência doméstica. A PSP recebeu em março 585 denúncias de violência doméstica,

menos 15% do que no mês homólogo de 2019, mas admite que os números possam não ser um reflexo da realidade, pelo que vai reforçar a proteção às vítimas.

Entrevistado pela TSE, Daniel Cotrim, representante da APAV diz que a associação, em março também recebeu menos chamadas do que no mês de fevereiro. Mas, tal como PSP, entende que estes números espelham uma tranquilidade aparente.



"Houve uma diminuição do número de contactos e de denúncias de eventuais vítimas de violência doméstica. E o que era expectável já , ou seja, todo este período até ao mesmo de março, as pessoas estiveram muito preocupadas com o Covid-19, passando para segundo plano ou para terceiro, todas as questões de violência em contexto familiar", avisou.

Daniel Cotrim não tem dúvidas que os casos de violência doméstica vão aumentar em Portugal, durante a pandemia, sendo esta a tendência que se tem verificado noutros países.



"Em Espanha, nos números da violência doméstica, que foram conhecidos esta semana, houve um aumento de 55% das denúncias. Já na China, em comparação com o mês de fevereiro do ano passado, houve um aumento de 90%. Ou seja, isto também tem que ver com o período de confinamento e isolamento social", alertou.

"No decurso do mês de março foram registadas 585 denúncias. Uma quebra de 15% em comparação com o período homólogo de 2019. Antevendo que este decréscimo não reflita a realidade, a PSP já iniciou a intensificação dos contactos pessoais com as vítimas de violência doméstica, no sentido de apurar da estabilidade da vivência familiar e, se necessário, proceder à imediata reavaliação individualizada de risco e reajuste das medidas de proteção da(s) vítima(s)", lê-se num comunicado da Polícia de Segurança Pública (PSP), hoje divulgado.

No documento, a PSP refere que no contexto de emergência na pandemia de covid-19 "tem dedicado grande atenção a algumas tipologias criminais as quais, potencialmente, poderão conhecer agravamentos e ou novas formas de concretização".

"Nesse contexto, o crime de violência doméstica merece por parte da PSP uma ainda maior atenção e cuidado na sua análise e resposta. O confinamento domiciliário que as famílias têm de observar poderá propiciar condições particularmente gravosas para que este crime ocorra de forma pouco perceptível, contrariando o esforço realizado ao longo de vários anos", refere esta força policial.

Apesar do diminuição de queixas face ao período homólogo, foram feitas em março 36 detenções, mais quatro do que no mesmo mês de 2019.

A PSP lembra que o crime de violência doméstica continua a ser "um dos que merece reação e investigação prioritárias", mesmo em estado de emergência, e que a violência doméstica é um crime público, o que significa que qualquer pessoa, e não apenas a vítima, pode apresentar queixa às autoridades.

"Constitui um ponto de grande importância para a PSP que a(s) vítima(s), com histórico anterior de vitimização ou não, sintam(m) que a quarentena agora vivenciada não é sinónimo de isolamento ou ausência de apoio. Pelo contrário, por parte da PSP, há um total empenhamento em demonstrar que também durante o confinamento domiciliário o crime de violência doméstica é absolutamente inadmissível", afirma a PSP em comunicado.

MAIS RIBATEJO



**POR RECOMENDAÇÃO DAS ENTIDADES COMPETENTES
OS ATENDIMENTOS PRESENCIAIS ESTÃO CANCELADOS.
POR FAVOR CONTACTE-NOS ATRAVÉS DO NÚMERO**

96 103 91 68

DIAS ÚTEIS 09H30 - 12H30 14H00 - 19H00

Apoio à Vítima agora por telemóvel

1 mês ago — Em Sociedade — Por Mais Ribatejo

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima suspendeu todos os atendimentos presenciais, devido à pandemia da covid-19. Os contactos com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima devem agora ser feitos para o telemóvel 961039168.



**POR RECOMENDAÇÃO DAS ENTIDADES COMPETENTES
OS ATENDIMENTOS PRESENCIAIS ESTÃO CANCELADOS.
POR FAVOR CONTACTE-NOS ATRAVÉS DO NÚMERO**

96 103 91 68

DIAS ÚTEIS 09H30 - 12H30 14H00 - 19H00



Crime

Queixas por violência doméstica baixam mas não refletem realidade

Roberto Bessa
Moreira
05 Abril 2020 às 15:04



COMENTAR

TÓPICOS

Violência Doméstica

Vítimas

APAV

Justiça



O número de denúncias sofreu, em março, uma quebra de 15%
Foto: Arquivo Global Imagens

O número de denúncias na PSP relacionadas com violência doméstica sofreu, em março, uma quebra de 15%. Também os pedidos de apoio na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tiveram, desde que foi implementada a quarentena por causa da Covid-19, um decréscimo entre os 15% e os 20%.

Esta diminuição já era esperada pelas autoridades policiais e pelas instituições de apoio à vítima de violência doméstica e não reflete o que está a acontecer no seio das famílias em confinamento. Aliás, à semelhança do que aconteceu em países como Espanha, China e Reino Unido, onde o novo coronavírus chegou mais cedo e com mais força, a denúncia de casos de violência doméstica deverá disparar quando se cumprir um mês de isolamento obrigatório.

"Neste momento, as pessoas ainda estão mais preocupadas com questões de saúde e financeiras. As vítimas também estão mais controladas pelos agressores e têm mais dificuldades em pedir ajuda. A diminuição de pedidos de apoio é, por esses motivos, apenas uma tranquilidade aparente", alega Daniel Cotrim.

O responsável da APAV recorda que, "noutros países, o número de queixas só começou a aumentar ao fim de um mês de confinamento". Espanha, com mais 12% de pedidos de auxílio, e Reino Unido, onde triplicaram as súplicas por ajuda, são os exemplos apontados. "Isto é tudo novo e inédito e temos que ir avaliando a situação dia a dia", defende.

Mais detenções

"O confinamento domiciliário que as famílias têm de observar poderá propiciar condições particularmente gravosas para que este crime ocorra de forma pouco perceptível, contrariando o esforço realizado ao longo de vários anos", justifica, por sua vez, a PSP.

Os números da PSP a nível nacional referem o registo, em março, de 585 denúncias de violência doméstica. Quando comparado com o período homólogo do ano anterior, esta estatística representa uma quebra de 15%. O mesmo já não aconteceu com o número de detenções. Foram 36, mais quatro do que em 2019.

"Antevendo que este decréscimo não reflita a realidade, a PSP já iniciou a intensificação dos contactos pessoais com as vítimas de violência doméstica, no sentido de apurar da estabilidade da vivência familiar e, se necessário, proceder à imediata reavaliação individualizada de risco e reajuste das medidas de proteção da(s) vítima(s)", informa a Polícia.

"As organizações, as polícias e os tribunais estão a funcionar", salienta Daniel Cotrim, que pede a vizinhos, familiares e amigos de vítimas de violência doméstica que, ao mínimo sinal, denunciem este crime às autoridades.



Equipa especial

28 detenções em 15 dias no Grande Porto

No Porto, a Secção Especial Integrada de Violência Doméstica, que integra procuradores, PSP e GNR, do Porto, Gaia, Valongo e Gondomar, emitiu, só nos últimos 15 dias, 28 mandados de captura e fez duas detenções em flagrante. Três agressores ficaram na prisão. Um deles foi uma mulher de Gaia que atirou ácido à atual companheira do ex-marido e que, por pouco, não feriu um menor.



Apoios

Ajuda por SMS

O Governo criou, no atual contexto pandémico, uma linha de apoio às vítimas. Através do número 3060, que é gratuito e não consta nos extratos de fatura mensal, podem ser feitas denúncias. Basta uma simples mensagem escrita enviada por telemóvel. Nos primeiros oito dias, esta linha registou 40 pedidos de socorro.

Vários meios

Além da Linha SMS, as vítimas podem recorrer ao Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (800202148), ao email violencia.covid@cig.gov.pt ou violenciadomestica@psp.pt para pedir ajuda.

Mais 100 camas

Para fazer face a um esperado aumento do número de vítimas, foram instaladas mais 100 camas em casas-abrigo e reforçadas equipas afetas ao atendimento das linhas telefónicas de apoio.

Acompanhamento

Os casos que já estão sinalizados pelas autoridades serão alvo de um acompanhamento mais regular, feito por equipas especializadas.

Campanhas intensas

A APAV intensificou as campanhas de sensibilização para o combate à violência doméstica. É pedido aos vizinhos e familiares de potenciais vítimas que reforcem a vigilância e denunciem o caso ao primeiro sinal de violência.

APAV abre centro temporário para mulheres vítimas de violência doméstica em Lisboa

MadreMedia / Lusa · 6 abr 2020 17:34 · Atualidade

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) abriu hoje um centro temporário de acolhimento de emergência, na Grande Lisboa, para mulheres vítimas de violência doméstica, com capacidade para até 35 pessoas, devido à pandemia da covid-19.



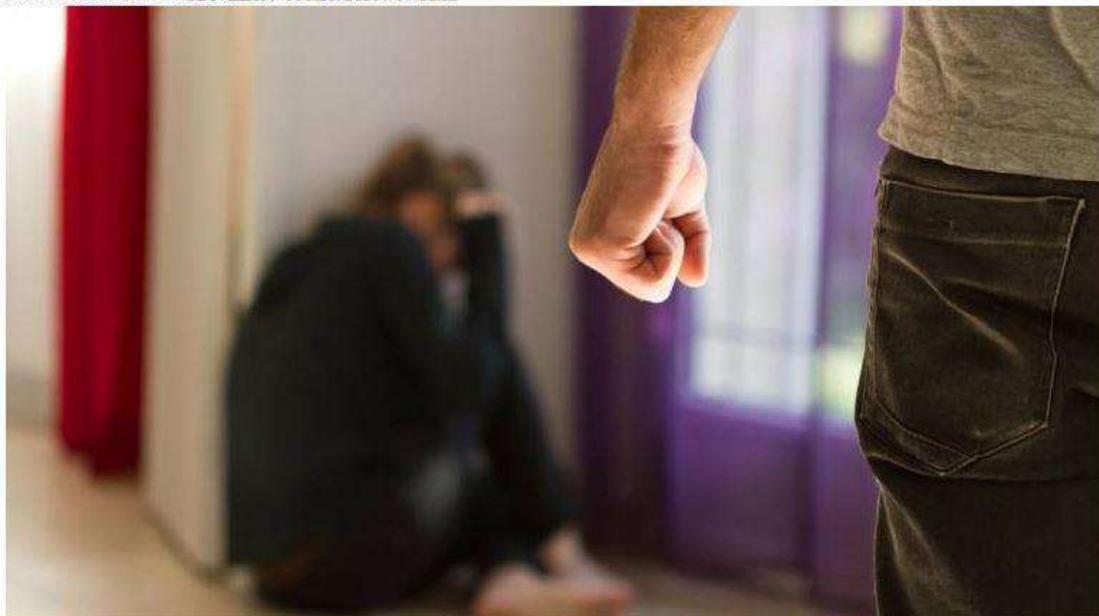
Em comunicado, a APAV referiu que o centro é “um equipamento provisório que deverá funcionar nos próximos três meses, extensíveis por mais três”, consoante a evolução pandémica em Portugal.

A infraestrutura irá servir mulheres que sejam vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos até aos 18 anos.

Em colaboração com o Ministério da Saúde, o centro temporário de acolhimento de emergência possui um posto de rastreio da covid-19, com quartos de espera e de confinamento.

APAV abre Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica

SANDRA ASCENSÃO SILVA / ODIVELAS / 06.ABR.2020 / 09:12 H.



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima inaugura hoje um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica. O centro surge na sequência do repto e financiamento da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade (SECI) e conta com o apoio da Câmara Municipal de Odivelas e outros parceiros, nomeadamente da Junta de Freguesia de Arroios, Banco de Portugal, Autocambota, ALTICE e Ministério da Cultura.

Este novo Centro apresenta, nesta fase, capacidade para 35 pessoas (mulheres acompanhadas ou não de filhos até aos 18 anos) que sejam vítimas de violência doméstica. O Centro Temporário de Acolhimento de Emergência é um equipamento provisório que deverá funcionar nos próximos três meses, sendo extensível por mais três, dependendo da evolução sanitária do país.

Resultado de uma colaboração com o Ministério da Saúde, o equipamento possui um Posto de Rastreio de COVID-19, que dispõe de quartos de espera e de confinamento para as mulheres que entram no Centro caso se revele necessário.

“Neste momento extraordinário, em que são muitas as questões relacionadas com o confinamento social e a necessária quarentena devida à COVID-19, sabe-se, sobretudo através de relatos vindos de países que já aplicaram as mesmas medidas, que tem existido um eventual aumento de situações relacionadas com a violência doméstica”, refere a APAV.

Recorde-se que a APAV é uma instituição de apoio às vítimas de crime, nomeadamente mulheres vítimas de violência conjugal. Para além das provas dadas nesta área, tem ainda experiência de gestão e dinamização de Casas de Abrigo e Vagas de Emergência.

Vítimas de violência doméstica com novo espaço e de emergência na região de Lisboa

por Antena 1

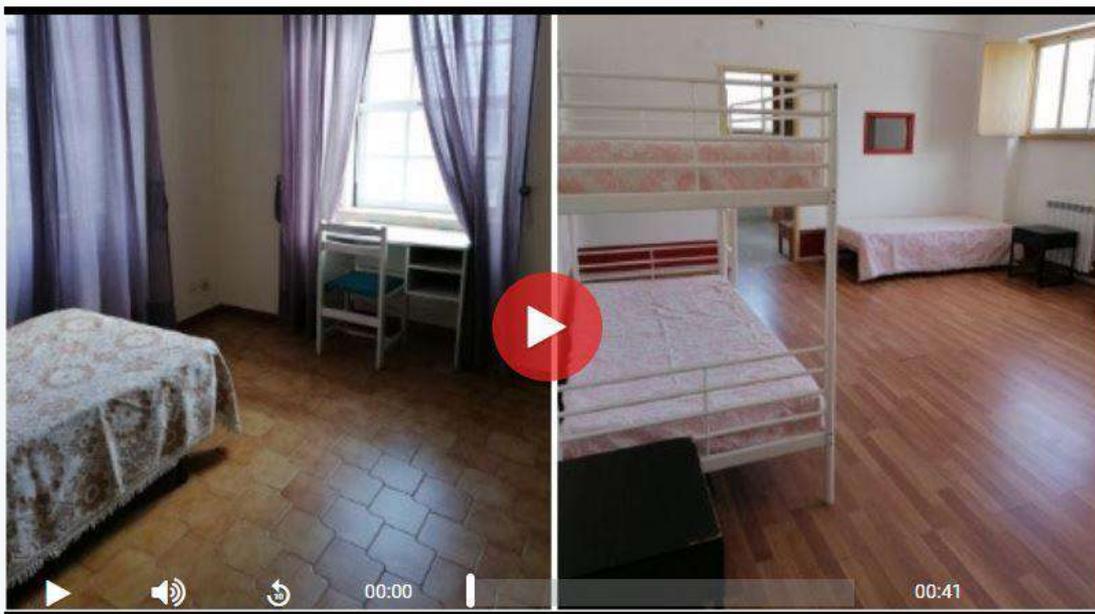


Foto: APAV/DR

Por causa da pandemia e prevendo um aumento de casos de violência doméstica, abre esta segunda-feira, na área metropolitana de Lisboa, um novo Centro Temporário de Acolhimento de Emergência, para vítimas de maus tratos e filhos.

Este novo centro vai funcionar nos próximos meses.

No local há condições para o rastreio à COVID-19 e para o isolamento de possíveis infetados.

Daniel Cotrim da APAV, afirma que é mais uma resposta às situações de violência doméstica no país.

Também para a região norte está prevista a abertura de um novo espaço, de forma a receber mais algumas dezenas de pessoas, mulheres com ou sem filhos, vítimas de violência doméstica.

Saiba mais em apav.pt/

Quase dois terços não consignam IRS, maioria esquece-se ou não tem informação



Maria Caetano

06.04.2020 / 13:32

Entrega de 0,5% do IRS é feita pelo Estado, sem custos para o contribuinte, e beneficia instituições de solidariedade.

Há cada vez mais instituições particulares de solidariedade social a recorrerem à doação de IRS, mas a maioria dos contribuintes continua a não perceber como funciona o mecanismo ou a esquecer-se dele na hora de entregar a declaração do imposto. De acordo com dados da GfK, quase dois terços dos portugueses não consignam IRS, ainda que tal não implique para eles quaisquer custos diretos.

Segundo o estudo divulgado esta segunda-feira, encomendado pela Operação Nariz Vermelho e pela Associação de Apoio à Vítima (APAV), 61% dos contribuintes portugueses não consignam imposto na hora de preencher a declaração. Uma boa parte destes inquiridos, 18%, não o fazem por desconhecer que têm essa opção, mas há também 44% que sabem que ela existe, mas não a usam. Em grande parte, por esquecimento, por não saberem como se faz ou terem falta de informação, apontam os resultados.

IRS

Declarações submetidas anualmente por fase



Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira a 28/01/2020

[Sugestões?](#)



O inquérito GfK aponta, assim, que apenas 39% dos contribuintes optam pela entrega de parte do IRS que pagam ao fisco.

A entrega de 0,5% do IRS é uma das opções exibidas aquando da entrega da declaração de IRS (seja no procedimento automático, seja no preenchimento manual do Modelo 3).

Outra opção é a de entrega do IVA pago contra fatura apurado nas deduções à coleta, a única modalidade que representa um custo para o contribuinte na medida em que este prescinde de uma parte do reembolso a haver após a liquidação.

As doações são simples (basta seleccionar a opção pretendida: ambas, ou uma delas) e a Autoridade Tributária disponibiliza a [lista de entidades às quais podem ser consignados os valores](#). Este ano, são 4231, numa subida de cerca de 5% face ao número de entidades listadas na campanha ocorrida em 2019.

Para as organizações que recorrem a este meio para se financiarem, a consignação de IRS tem um peso importante. A Operação Nariz Vermelho revela, no comunicado que acompanha o estudo, que a entrega de 0,5% feita pelo fisco representa um terço do orçamento anual da instituição. “Há ainda um grande caminho a percorrer no que diz respeito a esta forma de apoio a todo o terceiro sector, de uma forma muito simples, à distância de um *click*, e custa zero a quem o faz”, escreve Rosária Jorge, diretora executiva da instituição.

Apesar de serem ainda uma minoria aqueles que optam por consignar IRS, nove em cada dez dos inquiridos concordam com a contribuição e entendem que deve ser mantida. Entre quem não concorda, as principais razões apontadas são a falta de confiança nas instituições particulares de solidariedade social ou falta de confiança no Estado.

O estudo GfK foi conduzido nos passados meses de setembro e outubro, tendo uma amostra de mil inquiridos.



APAV: “Tivemos menos 20% de pedidos de novos apoios”

2020-04-07



Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, explica que existiu uma diminuição de 15% a 20% nos pedidos de apoio de novas vítimas desde que começou o período de afastamento social em Portugal. Ainda assim, a APAV está preocupada com o surgimento de novos casos de violência que não estejam a ser denunciados e continua a manter o apoio às vítimas de violência através de chamada gratuita e de modo presencial em situações de maior gravidade.

Município de Odivelas e APAV abrem Centro Temporário de Acolhimento de Emergência



Centro acolhe até 35 mulheres vítimas de violência doméstica.

O Município de Odivelas e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima abriram, a 6 de abril, um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica, com o apoio da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, da Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças, do Banco de Portugal, da Auto Cambota e da Altice Portugal.

Este novo Centro, instalado no Município de Odivelas, apresenta nesta fase capacidade para até 35 pessoas (mulheres acompanhadas, ou não, de filhos até aos 18 anos) que sejam vítimas de violência doméstica.

O Centro Temporário de Acolhimento de Emergência é um equipamento provisório que deverá funcionar nos próximos três meses, extensíveis por igual período, estando dependente da evolução sanitária do nosso país.

Resultado de uma colaboração com o Ministério da Saúde, o equipamento possui um Posto de Rastreio de COVID-19, que dispõe de quartos de espera e de confinamento para as mulheres que entram no Centro, caso se revele necessário.

Neste momento extraordinário, em que são muitas as questões relacionadas com o confinamento social e a necessária quarentena devido à COVID-19, sabe-se, sobretudo através de relatos vindos de países que já aplicaram as mesmas medidas, que tem existido um efetivo aumento de situações relacionadas com a violência doméstica.

07 abril 2020

CORONAVÍRUS

Covid-19. Há mais dois lugares em parte incerta para proteger as vítimas de violência doméstica

07.04.2020 às 0h00



A APAV chama-lhe uma “tranquilidade aparente”, que ao longo das próximas semanas pode fazer disparar os pedidos de informação e até os números de denúncias por violência doméstica. Com as vítimas fechadas em casa com os agressores devido à covid-19, o Governo, em parceria com várias organizações, aumentou a resposta para apoiar as vítimas e estão agora disponíveis mais 100 vagas em centros de acolhimento de emergência durante o período de pandemia



MARTA GONÇALVES

Onde é? Isso não lhe podemos contar. Aliás, nem isso nos disseram. O segredo deve-se unicamente à necessidade de proteção das vítimas que nos próximos dias podem ser integradas no Centro Temporário de Acolhimento de Emergência da Associação de Apoio à Vítimas (APAV), que esta segunda-feira abre portas. O local em lugar em incerto faz parte da resposta do Governo, que durante o período de pandemia da covid-19 decidiu criar dois novos centros de receção de vítimas de violência doméstica, criando 100 novas vagas.

“Neste momento estamos numa situação de prevenção, que é fundamental”, começa por explicar Daniel Cotrim, responsável pelo centro de acolhimento da APAV, recorrendo aos exemplos da China, “onde ao fim de dois meses de confinamento, na província de Hubei, aumentaram em 90% as denúncias de violência doméstica comparativamente com igual período do ano passado”, e de Espanha e do Reino Unido, onde na última semana se soube que aumentaram em 12% e 25%, respectivamente, os pedidos de informação junto de organizações de apoio a vítimas de violência doméstica. “Em Espanha, por exemplo, as visualizações dos sites destas organizações aumentaram em 55%”, sublinha.

Em Portugal, o caso parece ser diferente: os dados mais recentes da PSP mostram que, em março, as denúncias diminuíram em 15%, comparativamente com igual período do ano passado. No entanto, diz Daniel Cotrim, esta é “uma tranquilidade aparente” com potencial para fazer surgir ao longo dos próximos dias ou semanas vários novos pedidos de informação e até denúncias por parte das vítimas de violência doméstica.

“Temos de considerar que no confinamento a possibilidade de controlo, domínio e aumento da violência é uma realidade. Não sabemos o que se está a passar e, no sentido de prevenir e não remediar, constitui-se já um conjunto de respostas”, defende o psicólogo. E continua: “As pessoas ainda estão num período de habituação, de preocupação sobre como vão gerir o tempo, a família, as pessoas em casa e até os constrangimentos económicos. Acreditamos que estas questões estão a empurrar os casos de violência doméstica para uma situação de segundo ou terceiro plano. É preocupante mas não é uma preocupação primária das pessoas”. Daniel Cotrim admite que “dentro de uma ou duas semanas” a situação possa mudar.

O centro de acolhimento temporário de emergência da APAV tem 35 lugares, com quartos que tanto podem receber vítimas sozinhas ou quem tenha filhos menores de 18 anos. Para este lugar vão ser encaminhados casos em risco da zona metropolitana de Lisboa e do sul do país. A vítima pode contactar os números de emergência, sendo posteriormente referenciadas pela Rede Nacional de Apoio à Vítimas de Violência Doméstica.

Devido à situação de emergência, uma vez chegadas ao centro de acolhimento, todas as vítimas vão ter de passar pelo centro de rastreio disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Se o teste à covid-19 for positivo, ficam em isolamento e são acompanhadas por uma equipa médica.

“Muito do trabalho que aqui vamos fazer é, num primeiro momento, de estabilização emocional. Cada caso é diferente e agora acresce mais uma: além da fuga do agressor, há também a ansiedade que é provocada por toda a situação da covid-19”, sublinha Daniel Cotrim. E deixa um apelo: “Da mesma forma que é pedido que se tome conta uns dos outros para conter a doença - e temos sido capazes disso mesmo - também temos de ser capazes de conter o avanço da violência doméstica e não ficarmos calados”.



COVID-19

Governo anuncia novas medidas para apoiar vítimas de violência doméstica

07 abr, 2020 - 10:13 • Sofia Freitas Moreira

A secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade anuncia a abertura de mais duas estruturas temporárias de acolhimento de emergência e a criação de mais meios para as vítimas pedirem ajuda.

O Governo anunciou, esta terça-feira, que vai reforçar a capacidade de resposta da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), para fazer face às consequências do isolamento social imposto para combater a pandemia da Covid-19.

Em nota enviada à comunicação social, a secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade anuncia a abertura, esta segunda-feira, de mais duas estruturas temporárias de acolhimento de emergência, que dispõem de quartos de isolamento, com vaga para mais 100 pessoas. Estes dois locais de acolhimento juntam-se, assim, às 65 já existentes e em funcionamento.

Nestas estruturas será implementado um plano de contingência e de atuação, que inclui a “criação/reforço dos meios de comunicação/atendimento à distância; reforço do atendimento telefónico; monitorização das situações em acompanhamento com maior regularidade; designação de uma equipa para situações e pedidos de urgência; atendimento presencial em situações urgentes, com equipas em rotatividade e articulação estreita com outros serviços e autarquias para responder a necessidades urgentes de acolhimento”.

Foram ainda criados mais meios para as vítimas pedirem ajuda: uma linha telefónica gratuita para dar informação às vítimas – 800 202 148 – que funciona sete dias por semana, 24 horas por dia; a criação de um novo email (violencia.covid@cig.gov.pt), disponível para vítimas e profissionais; e a criação da Linha SMS 3060, gratuita e confidencial, para que as vítimas possam pedir ajuda por escrito.

A secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade refere ainda uma parceria com a Associação Nacional de Empresas de Distribuição, Lidl, Mercadona, Missão Continente, Siemens, REN e XpanIt, “para garantir o abastecimento de bens e recursos essenciais e a doação de equipamentos informáticos às estruturas da RNAVVD, durante este período de emergência”.

No âmbito do financiamento PT2020, o Governador decreta a “emissão automática das decisões de pagamentos a título de adiantamento dos pedidos de reembolsos feitos pelos/as beneficiários/as logo que decorridos 30 dias úteis.”

NOVO CENTRO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Publicada por [Paulo António Monteiro](#) em 7 Abril, 2020

Tags ▼ Categorias ▼



Novo centro de acolhimento para vítimas de violência doméstica

O Município de Odivelas e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima abriram, a 6 de Abril, um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica, com o apoio da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, da Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças, do Banco de Portugal, da Auto Cambota e da Altice Portugal.

Este novo Centro, instalado no Município de Odivelas, apresenta nesta fase capacidade para até 35 pessoas (mulheres acompanhadas, ou não, de filhos até aos 18 anos) que sejam vítimas de violência doméstica.

O Centro Temporário de Acolhimento de Emergência é um equipamento provisório que deverá funcionar nos próximos três meses, extensíveis por igual período, estando dependente da evolução sanitária do nosso país.

Resultado de uma colaboração com o Ministério da Saúde, o equipamento possui um Posto de Rastreio de COVID-19, que dispõe de quartos de espera e de confinamento para as mulheres que entram no Centro, caso se revele necessário.

Neste momento extraordinário, em que são muitas as questões relacionadas com o confinamento social e a necessária quarentena devido à COVID-19, sabe-se, sobretudo através de relatos vindos de países que já aplicaram as mesmas medidas, que tem existido um efetivo aumento de situações relacionadas com a violência doméstica.

Paulo António Monteiro



APAV abre Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica



Associação Portuguesa de Apoio à Vítima inaugurou um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica, na sequência de repto e financiamento da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade (SECI) e com o apoio da Câmara Municipal de Odivelas e outros parceiros (Junta de Freguesia de Arroios, Banco de Portugal, Autocambota, ALTICE e Ministério da Cultura).

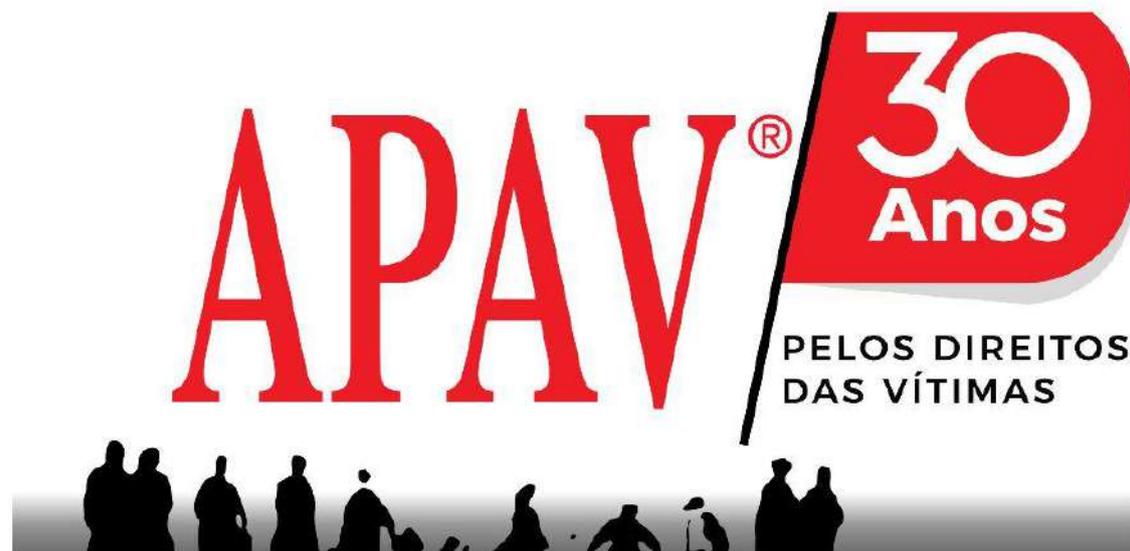
Este novo Centro apresenta, nesta fase, **capacidade para até 35 pessoas** (mulheres acompanhadas ou não de filhos até aos 18 anos) que sejam vítimas de violência doméstica.

O Centro Temporário de Acolhimento de Emergência é um equipamento provisório que deverá funcionar nos próximos três meses, extensíveis por mais três meses, estando dependente da evolução sanitária do nosso país.

Resultado de uma colaboração com o Ministério da Saúde, o equipamento possui um Posto de Rastreamento de COVID-19, que dispõe de quartos de espera e de **confinamento para as mulheres que entram no Centro caso se revele necessário**.

APAV abre centro de acolhimento temporário para vítimas de violência doméstica

08/04/2020 às 9:18



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima inaugurou um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica com capacidade para 35 mulheres acompanhadas ou não de filhos até aos 18 anos.

O Centro Temporário de Acolhimento de Emergência é um equipamento provisório que irá funcionar nos próximos três meses, extensíveis por mais três, dependendo da evolução sanitária do nosso país. O objectivo da APAV é responder a uma das questões relacionadas com o confinamento social e a necessária quarentena devida à COVID-19 que é o eventual aumento de situações de violência doméstica.

Este projecto, resultado de uma colaboração com o Ministério da Saúde, possui um posto de rastreio de COVID-19 e dispõe de quartos de espera e de confinamento para as mulheres que entram no Centro caso se revele necessário.

O Centro foi financiado pela Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade (SECI) e teve o apoio da Câmara Municipal de Odivelas, da Junta de Freguesia de Arroios, do Banco de Portugal, da Autocambota, da ALTICE e do Ministério da Cultura.

© e-Global Notícias em Português

Casais em isolamento

Mário Freire - 09/04/2020 - 10:57



Teve lugar no passado dia 25 de Março uma entrevista na RTP3 com o psiquiatra e professor catedrático jubilado Daniel Sampaio. Ela encontra-se disponível na internet e vale a pena vê-la (ou revê-la).

De entre os vários temas ali tratados, todos de grande interesse nos momentos que estamos vivendo, destaco aquele que se refere ao confinamento a que uma parte muito significativa das famílias se encontra obrigado, devido à pandemia da Covid 19 e, muito especialmente, aos problemas que esse confinamento pode conduzir, no que se refere à relação entre os cônjuges. Ora, mesmo em tempos normais, em que cada um tem a liberdade de sair, de conviver presencialmente com outros, a taxa de divórcios é, segundo foi afirmado, de cerca de 60%. Acontece que, se a relação é de instabilidade no casal, em caso de isolamento, as tensões tendem a agravar-se. Por isso, diz Daniel Sampaio, que "é preciso que as pessoas regulem as suas emoções, que antes de as descarregar no parceiro ou parceira, se interroguem: 'porque é que eu estou enraivecido (a)'?"

Aconselha a que se "respire fundo", antes de as mensagens que possam magoar sejam proferidas.

Outro aspecto a que o Prof. Daniel Sampaio se referiu foi o "tom" com que se exprimem as emoções, o modo como se dizem as frases. Por vezes, gera mais tensão a forma como é proferida a mensagem do que o seu próprio conteúdo. "Se conseguirmos aliviar as tensões nos relacionamentos, podemos descobrir aspectos novos na personalidade nos outros e que desconhecíamos", diz o psiquiatra.

Outro tema abordado foi o de, em casais em que já exista uma certa hostilidade, esta proximidade poder gerar situações de intensa fricção que possam conduzir à violência doméstica. Por isso ele refere que "irá haver um período de pós-pandemia não só de graves situações económicas como, igualmente, de natureza emocional, com muitas roturas." A estratégia será a de procurar ajuda, activar linhas de emergência. Neste âmbito, foi referido o trabalho de mérito da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). A este propósito, foi trazido para a entrevista o tema do álcool. "Só haverá uma diminuição da violência doméstica quando houver uma resposta terapêutica para o problema do alcoolismo," diz Daniel Sampaio.

Enfim, nestes tempos sombrios para as famílias, mas também para a economia e sociedade em geral, que haja alguém que nos traga um pouco de sol!

freiremr98@gmail.com



APAV: “Com o isolamento, o agressor está numa espécie de lua-de-mel. Controla tudo”

Canal S+ / TB

10-04-2020 17:48h



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima está preocupada com os efeitos que o “excesso de rotinas” que neste momento se regista no seio dos casais e das famílias portuguesas pode ter em situações já instaladas de violência doméstica, e também em relações que até aqui eram saudáveis.

Daniel Cotrim, psicólogo e representante desta entidade, antecipa ao Canal S+ um possível aumento do número de denúncias já na próxima semana, as estratégias que as vítimas devem adotar e as respostas que continuam no terreno.

O isolamento forçado a que grande parte dos portugueses está votado neste momento abre espaço a maiores tensões no seio familiar e, com isso, aumenta a preocupação do Governo e das entidades que se ocupam das situações de violência doméstica.

Os dados da APAV referentes ao número de pedidos de ajuda entre janeiro e o final de março mostram um decréscimo de 15 por cento face ao mesmo período de 2019. Para Daniel Cotrim, estes são indicadores “enganadores” e que refletem a preponderância que, sobretudo na fase inicial da pandemia, o novo coronavírus – e tudo o que lhe está associado – passou a ter na vida das pessoas. Tudo o resto passou para segundo plano, incluindo as situações de violência doméstica.

Agora, de acordo com o psicólogo e representante da APAV, podemos estar a entrar numa nova fase e muito perto de assistir ao pico do número de denúncias de casos de violência doméstica.

O contexto atual de confinamento não torna mais fácil um pedido de ajuda por parte de uma vítima de violência doméstica. Muito pelo contrário. O que pode então ser feito para tentar contornar este obstáculo? Que estratégias para escapar ao jugo do agressor?

Para além do suporte mais próximo de familiares ou vizinhos, as vítimas continuam a ter ao seu dispor – não obstante o contexto particular que atravessamos – as estruturas de apoio que já existiam, que se mantêm no terreno e agora com instrumentos reforçados, como é o caso dos Centros Temporários de Acolhimento de Emergência.

A APAV acredita que a privação social e o excesso de rotinas poderão levar à ocorrência de novos casos de violência doméstica entre casais e até de pais para filhos.

De acordo com Daniel Cotrim, há ainda outra perversidade na fase que estamos a viver. O isolamento que funciona como combustível para o agressor, alimentando o poder que procura exercer sobre a vítima. Dia após dia, tudo está sob o seu controlo.

Tudo isto leva a que entidades como a APAV estejam particularmente preocupadas com o momento de regresso à normalidade, que poderá funcionar para o agressor como um duro acordar para a realidade e gerar níveis maiores de frustração.

Para quem precisar de ajuda perante uma situação de violência doméstica, são vários os serviços disponíveis. O Governo disponibiliza a linha telefónica 800 20 21 48 e o 3060 para o envio de SMS, a APAV tem também a sua linha através do 116 006, para além da habitual linha de emergência social (144) e o próprio 112. Daniel Cotrim diz que todos estes contactos são úteis e que é indiferente onde recai o pedido de ajuda. O importante mesmo é fazê-lo.

Fotografias dos filhos nas redes sociais? Por vezes, os pais são os primeiros a pô-los em risco

Unidade de Cibercrime da APAV lembra que “aquilo que colocamos nas redes sociais pode ser usado em nosso desfavor” a partir do momento em que perfis podem ser “accedidos por desconhecidos”.

Daniel Dias · 10 de Abril de 2020, 9:33

1099 PARTILHAS 

Com a propagação da pandemia que nos obriga ao isolamento, tem havido quem recorra às redes sociais para, através da câmara do telemóvel, mostrar o pequeno pedaço do mundo que consegue ver a partir da sua janela. Os filhos incluídos. Por isso, especialistas recomendam: em tempos de quarentena, e com o mundo “ainda mais ‘conectado’ do que é costume”, é importante não nos esquecermos da cibersegurança e dos perigos que podem espreitar.

“Nós temos a ideia de que as pessoas olham sempre para uma fotografia de uma criança de forma carinhosa. Mas, infelizmente, há quem, **por exemplo, veja um objecto de desejo**”, alerta Tito de Morais, fundador do projecto Miúdos Seguros na Net, que assume como missão ajudar “famílias, escolas e comunidades a promover a utilização responsável das novas tecnologias de informação e comunicação por jovens”.

“É óbvio que, em princípio, pensamos que não corremos nenhum risco quando o que circula não sai da rede de amigos”, faz questão de frisar o consultor. Mas, conta Ricardo Estrela, responsável pela Unidade de Cibercrime da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), “precisamos de ter em mente que, se **há uma mínima possibilidade de os nossos perfis no Facebook ou no Instagram serem accedidos por desconhecidos**, o que lá colocamos pode ser usado em nosso desfavor”.

“Temos um hábito muito mau. Primeiro, publicamos as coisas e só depois, normalmente na sequência de algum problema que nos acontece, é que pensamos nestas questões de segurança e de privacidade”, observa Tito de Moraes. “De um dia para o outro, tivemos de passar do ensino presencial para as aulas à distância, assim como precisámos de nos adaptar ao [teletrabalho](#). Fizemos essa transição atabalhoadamente. Começou tudo a correr para o [Zoom](#), quando, pelo que temos vindo a ouvir e descobrir, essa plataforma não é necessariamente segura”, exemplifica.

Para o criador do Miúdos Seguros na Net, “**não admira que as famílias estejam mal preparadas para mudanças desta magnitude se o próprio Estado não dá o exemplo**”. Quando, no Dia Nacional do Estudante, a 24 de Março, o Ministério da Educação promoveu a iniciativa [#EstudoEmCasa](#) — na qual desafiou pais a partilharem fotografias do novo e provisório ambiente de trabalho dos seus filhos, “criando um movimento nacional de motivação” para que estes pudessem continuar empenhados, num ano lectivo “com contornos diferentes do habitual” —, a tutela “deixou a nota de que não seriam divulgadas as imagens que incluíssem os rostos das crianças, mas, se clicarmos na etiqueta, vemos que isso não aconteceu”, alerta.

Ricardo Estrela aponta para a **necessidade de os pais “terem consciência do direito à salvaguarda da imagem dos filhos menores”** e sublinha a importância de “não revelarmos ‘pistas’ ou informações visuais que permitam [identificar a nossa localização](#) quando decidimos divulgar essas imagens que mostram as ‘vistas’ do nosso distanciamento social”. Isto, explica o gestor da [Linha Internet Segura](#), “não é paranóia”; é, sim, o que, “no mínimo”, devia ser “etiqueta” nas redes sociais.

E-mails duvidosos e perfis falsos

Durante as últimas semanas, a Unidade de Cibercrime da APAV tem identificado várias “tendências perigosas” na Internet. “Temos estado atentos a [perfis falsos](#) que se fazem passar por entidades ligadas à área da saúde e que se aproveitam da falta de acesso no mercado para vender [máscaras protectoras](#) a um preço muito acima do normal”, avisa Ricardo Estrela. “Normalmente”, continua, “as formas de pagamento não são comuns. Pede-se o IBAN para a realização da transferência. As pessoas precisam de ter cuidado com as páginas a que acedem e as fontes que consultam.”

Outro problema detectado tem que ver com “muitas tentativas de *phishing*” – a circulação de e-mails falsos com o objectivo de enganar utilizadores e induzi-los a fraudes em que revelam informação privada ou palavras-passe. Algumas mensagens de correio electrónico “seduzem com títulos espectaculares” – sugerindo, por exemplo, que foi encontrada uma cura para o novo *coronavírus*. Outras tentam dar a entender que “vêm da empresa onde a pessoa trabalha”. São, por norma, “e-mails muito genéricos”, “com um PDF executável que supostamente contém dados como as novas políticas de segurança no trabalho”, quando, na verdade, corresponde a uma armadilha.

Nestes casos, esclarece a APAV, deve imperar o “senso comum”. **“Se somos abordados por um desconhecido na rua, não lhe ‘damos letra’. Da mesma forma, se recebemos ficheiros de *remetentes desconhecidos*, não os vamos abrir.”**

Nos primeiros três meses de 2020, o *Portal da Queixa* registou mais de mil reclamações relativas a esquemas de burla e fraude, um aumento de mais de 30% face a 2019. Uma tendência que deve crescer nos próximos tempos “tendo em conta a obrigação da permanência das pessoas em casa, alterando os seus hábitos de consumo”, com o “fluxo de compra direccionado para os canais digitais”. O envio de SMS que dão conta de que o destinatário venceu um alegado passatempo constitui uma das “tácticas” comuns. Neste momento de pandemia, a rede aponta para a necessidade de uma “navegação consciente”.

Texto editado por Bárbara Wong

SH/FTER

Isolamento social gera aumento de casos de violência doméstica em todo o mundo

Em Portugal, um comunicado recente da GNR refere que as queixas por violência doméstica registadas em Março diminuíram em relação ao período homólogo de 2019, mas reconhece que o período de isolamento social pode "suscitar um desfasamento mais acentuado entre o número de denúncias e o número de crimes praticados."

RITA PINTO 10 ABRIL, 2020



O alerta veio do Secretário Geral das Nações Unidas via Twitter. António Guterres lançou um apelo global no domingo para que se protejam mulheres e crianças "em casa", desprotegidas pelo confinamento provocado pela pandemia da Covid-19 que exacerba a violência doméstica.

No vídeo que partilhou na rede social, refere que "nas últimas semanas, à medida que as pressões económicas e sociais pioraram e o medo aumenta, o **mundo vive um surto horrível de violência doméstica**". "Peço a todos os governos que tomem medidas para prevenir a violência contra as mulheres e forneçam soluções para as vítimas como parte dos seus planos de ação nacional contra a covid-19", apelou, **solicitando o estabelecimento de "sistemas de alerta de emergência em farmácias e lojas de alimentos", os únicos locais que permanecem abertos em muitos países.**

"Devemos garantir que as mulheres possam pedir ajuda de maneira segura, sem que quem as maltrata perceba", insistiu.

De acordo com dados das Nações Unidas, as chamadas para as linhas de ajuda triplicaram na China e duplicaram no Líbano e na Malásia em comparação com o mesmo período do ano passado. Na Austrália, motores de busca como o Google viram o maior aumento de buscas por “violência doméstica” dos últimos cinco anos.

Na Europa, **países como o Reino Unido, França, Espanha e Itália já registaram várias mortes por violência doméstica desde que os bloqueios entraram em vigor.** A linha de atendimento nacional de abuso doméstico do Reino Unido, por exemplo, disse na segunda-feira que houve um aumento de 25% nas ligações e os acessos ao site mais que duplicaram. **Em França, os números oficiais mostram que os relatos de violência doméstica feitos à polícia aumentaram 36% em Paris, e 32% no resto do país** após a entrada em vigor de suas restrições.

Com os tribunais fechados em muitos países, António Guterres diz que os países devem garantir que os agressores continuam a ser levados à justiça. Segundo o Secretário Geral, a resposta ao aumento da violência doméstica tem sido complicada pelo facto de a polícia e os serviços de saúde já estarem sob enorme pressão devido às exigências da pandemia.

A ONU refere ainda que muitos abrigos de abuso doméstico já estão cheios, enquanto outros estão a impedir a entrada de novas vítimas com medo de espalhar o vírus. Nesse particular, o governo francês anunciou que vai disponibilizar 20 mil quartos de hotel para vítimas de abuso, além de abrir novos centros de aconselhamento *pop-up* em ou perto de supermercados, e fornecerá 1 milhão de euros a organizações de apoio ao abuso doméstico.

Espanha e França introduziram iniciativas para incentivar as mulheres a denunciar abusos nas farmácias. A campanha “Máscara 19” pretende que, através dessa palavra-código, as mulheres que precisem de ajuda possam alertar o farmacêutico para entrar em contacto com as autoridades. Em França, o caso de uma mulher da cidade de Nancy tem sido dado como exemplo – depois de se dirigir a um dos poucos espaços públicos ainda em funcionamento, a mulher terá dito ao farmacêutico que estaria lá para comprar uma “máscara 19”. O farmacêutico rapidamente deu o alerta, e o homem foi detido pouco depois.

“Uma tempestade perfeita para comportamentos violentos e controladores à porta fechada”

Ecoando a mensagem do chefe da ONU, **Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva do departamento das Nações Unidas dedicado às Mulheres, descreveu a situação de isolamento físico e social que muitos estados vivem actualmente como “uma tempestade perfeita para comportamentos violentos e controladores à porta fechada”.** A violência doméstica já é, disse Mlambo-Ngcuka, amplamente subnotificada, com menos de 40% das mulheres que sofrem a procurar ajuda, e a pandemia está a dificultar ainda mais a denúncia, devido às *“limitações no acesso de mulheres e meninas a telefones e a serviços públicos agora interrompidos, como a polícia, justiça e serviços sociais”*. Estas limitações *“alimentam a impunidade dos agressores”*, alertou, acrescentando que, em muitos países, *“a lei não está do lado das mulheres; em cada quatro países não possui leis que protejam especificamente as mulheres vítimas da violência doméstica.”*

Não só as questões práticas do confinamento social fazem aumentar a propensão para mais casos de violência em casa. Judith Lewis Herman, renomeada especialista em trauma da Harvard University Medical School, referiu ao New York Times, refere que, mesmo do ponto de vista psicológico, o isolamento domiciliar, por mais vital que seja na luta contra o Covid19, “está a dar mais poder ao agressor” que já costuma isolar a sua vítima. “Se, de repente, as pessoas precisam de ficar em casa”, disse, “isso dá-lhe uma oportunidade para sentir legitimidade de dizer o que ela devia ou não estar a fazer”.

Num relato feito à CNN, por exemplo, Simona Ammerata, que trabalha no abrigo para mulheres *Lucha y Siesta*, em Roma, Itália, conta que uma jovem a contactou, dizendo que o seu parceiro de quatro anos sempre foi controlador e abusivo, mas que ficou muito pior durante a fase de isolamento consequente do Estado de Emergência no país. “A dinâmica da violência em casa está a ficar muito séria”, disse Ammerata. “Ela pediu-lhe que saísse de casa e ele não quer. Ela diz que não tem para onde ir.”

No mesmo artigo do NYT acima referido, Judith Lewis Herman lembra que, **além da violência física, que não está presente em todos os relacionamentos abusivos, ferramentas comuns de abuso incluem isolamento de amigos, família e emprego; vigilância constante; regras estritas e detalhadas de comportamento; e restrições ao acesso a necessidades básicas, como alimentos, roupas e instalações sanitárias** – uma lembrança, aliás, que é também sublinhada pela ONU durante este período.

Em Portugal

Um comunicado recente da GNR refere que as queixas por violência doméstica registadas em Março diminuíram em relação ao período homólogo de 2019. Depois de, numa primeira conferência de imprensa conjunta com a PSP, ter sido dito o contrário, a GNR veio entretanto esclarecer os números, referindo que foram registadas 938 denúncias por violência doméstica, menos 26% do que em 2019. No seguimento, no último mês foram detidos 76 suspeitos de agressão e foram apreendidas 97 armas.

A diminuição no número de denúncias não significa, ainda assim, que tenham existido menos casos de abuso. “Conscientes que o período de maior isolamento social pode suscitar um desfasamento mais acentuado entre o número de denúncias e o número de crimes praticados, a GNR, através dos Núcleos de Investigação a Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), tem intensificado os contactos com as vítimas identificadas, no sentido de promover, se necessário for, um ajustamento das medidas de protecção das vítimas”, lê-se no comunicado.

A GNR recorda ainda que **a violência doméstica é um crime público, e que qualquer pessoa pode fazer uma denúncia** — online, [neste link](#). Depois do e-mail de emergência — violencia.covid@cig.gov.pt —, **o Governo lançou um serviço de mensagens curtas (3060)**, que funciona como um reforço da linha telefónica para vítimas de violência doméstica (800 202 148). **O serviço de sms funciona sete dias por semana, 24 horas por dia, é gratuito e não é rastreável, ou seja, não surgirá na factura emitida pela operadora de comunicações.**

A ideia partiu de Rosa Monteiro, secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, partindo do princípio que *“20% da população portuguesa não tem e-mail”*.

O Governo anunciou entretanto no início desta semana que **vai abrir duas novas estruturas temporárias de acolhimento de emergência, com vagas para 100 pessoas**, para apoiar vítimas de violência doméstica durante a pandemia de Covid19. As duas valências de acolhimento juntam-se às **65 estruturas já existentes e que estão em pleno funcionamento**. A gestão dos espaços será feita por entidades com experiência de intervenção nesta área, que articulam com as autoridades de saúde para agilizar a realização de testes ao novo coronavírus.

Esta é apenas uma das medidas do Governo para fazer face à actual situação de isolamento social imposta, tendo sido desencadeado no início de Março um plano coordenado de contingência em matéria de prevenção e combate à violência doméstica em articulação com a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

O plano do Governo inclui também a criação e **reforço dos meios de atendimento à distância**, o reforço do atendimento telefónico, a monitorização das situações em acompanhamento com maior regularidade, a designação de uma equipa para situações e pedidos de urgência, atendimento presencial em situações urgentes e a articulação com as autarquias caso exista necessidade de acolhimento imediato.

Também cá, chegou a ser divulgada a campanha “Máscara 19”, pela Assembleia Feminista de Lisboa. Num primeiro comunicado, a AFL referia que num primeiro momento contava apenas com a adesão dos farmacêuticos do Centro Hospitalar Universitário de São João, no Porto, e aguardava resposta da Comissão para a Cidadania e Igualdade e da Ordem dos Farmacêuticos, a quem foi apresentada a proposta. **Mas uma peça do Expresso diz, no entanto, que “a campanha nunca funcionou nem está a funcionar” por não ter sido concertada entre as autoridades responsáveis pela matéria. A AFL admitiu entretanto falhas na comunicação com as instituições contactadas, e apagou parcialmente a publicação no Facebook mas mantém-na no Twitter e Instagram.**

Em declarações ao Expresso, tanto a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, como a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, como a APAV (A Associação de Apoio à Vítima) mostraram reticências em apoiar a campanha dentro dos moldes em que foi divulgada, por considerarem que pode ser *“irresponsável”* lançar acções deste género sem que estejam 100% concertadas com as autoridades competentes, e pode acabar por colocar as vítimas em perigo uma vez que o código foi amplamente divulgado, correndo-se até o risco de o banalizar. A AFL fez entretanto um comunicado onde esclarece todos os contornos do caso, e refere que há, ainda assim várias farmácias portuguesas a aderir à iniciativa.

APAV abre centro temporário para acolher vítimas

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima abriu um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica. O novo espaço conta, numa primeira fase, com uma capacidade para até 35 pessoas, mulheres acompanhadas ou não de filhos até aos 18 anos, que sejam vítimas de violência doméstica.

O novo Centro Temporário de Acolhimento de Emergência surge na sequência de repto e financiamento da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade e conta com o apoio de vários parceiros, entre os quais a Câmara Municipal de Odivelas. Este é um equipamento provisório que deve funcionar nos próximos três meses, extensíveis por mais três meses, dependendo da evolução sanitária do país. Além disso, conta com um posto de rastreio de Covid-19.

"Neste momento extraordinário, em que são muitas as questões relacionadas com o confinamento social e a necessária quarentena devida à Covid-19, sabe-se, sobretudo através de relatos vindos de países que já aplicaram as mesmas medidas, que tem existido um eventual aumento de situações relacionadas com a violência doméstica", explica a APAV, em comunicado.

Covid-19: "Em famílias em que já existe violência doméstica acreditamos que ...



The screenshot shows a video player interface. On the left, a woman with glasses and a microphone is speaking. On the right, there is a table titled "COVID-19 | PORTUGAL" with the following data:

Metric	Value
CONFIRMADOS	16934
ÓBITOS	535
CASOS RECUPERADOS	377
CASOS SUSPEITOS	139184
AGUARDA RESULTADO	3264
INTERNAMENTOS	1187
INTERNAMENTOS UCI	188

Below the video player, there are social media sharing buttons for Twitter, Facebook, Google+, and Instagram, along with a print button. A small inset video of a sign language interpreter is visible in the bottom right corner of the player area.

Covid-19: "Em famílias em que já existe violência doméstica acreditamos que essa violência venha a aumentar"

Ana Castro Sousa, da APAV, analisa a convivência em famílias em tempo de confinamento face ao surto epidémico de Covid-19 e diz que "em famílias em que já existe violência doméstica a APAV acredita que essa violência venha a aumentar". Ana Castro Sousa alerta também para o facto de que "poderão também começar a surgir situações de violência doméstica em famílias onde não teria ocorrido anteriormente, mas que pelo facto das pessoas conviverem 24 horas num quotidiano diferente do que tinham e isto pode conduzir a um desgaste das relações e a um aumento de conflitos que poderão originar uma violência mais severa".



RÁDIO CALHETA

JM-Madeira

Quase 1500 crianças vítimas de crime no último ano em Portugal

Abril 14, 2020 - 00:20

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vitimas por dia, 28 por semana. Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos. As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187) . Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe. A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas. A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Ler Mais →



QUASE 1500 CRIANÇAS VÍTIMAS DE CRIME NO ÚLTIMO ANO EM PORTUGAL

Artigo | 14/04/2020 00:12

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.



MOP continua conectada!

Ultimamente muito mudou nas nossas vidas, tanto pessoais como profissionais, mas adaptámo-nos e continuámos. Por agora, mais que nunca, é importante comunicarmos e de certo modo encurtar as distâncias existentes e tão necessárias.

Tal como nós, outras marcas continuaram connosco e comunicaram as mensagens certas. Até houve marcas que não comunicaram, mas deram espaço para que outros pudessem comunicar.

Também a MOP disponibilizou os seus espaços junto do Governo e Câmaras Municipais para que pudessem ser transmitidas mensagens aos cidadãos de Apoio, Agradecimentos, Alertas, e até Informação In real time através das TOMI.

A Unilever fez uma campanha multimarca e agradeceu a todos os que andam na rua por todos nós que ficamos em casa. A APAV lembrou que o isolamento e distanciamento social não são motivos para se sofrer em casa e que se mantém ao lado das vítimas. A Associação Nacional de Farmácias mostra que, mais nunca, "há luzes que não se apagam" e que as Farmácias também são um elemento de apoio nesta altura. A GALP deu o seu espaço para que a DGS pudesse ir para lá das TOMI. O Governo deixa uma mensagem que é para todos, afirmando que estamos todos "on", tanto os que estão na rua, como os que fazem o seu papel em casa.

Violência doméstica: 65 casos por dia reportados à APAV em 2019

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu 23.586 queixas de violência doméstica em 2019. Quatro em cada cinco vítimas são mulheres.

14 de Abril, 2020 - 14:34h



Instalação artística zapatos rojos, dedicada à violência doméstica. Foto de HELEN M BUSHE/Flickr.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima lançou, esta terça-feira, o seu relatório de 2019, onde o crime de violência doméstica se destaca. Números que alertam para o problema atual, durante o isolamento social devido à pandemia da Covid-19. Várias vítimas estão a conviver com os agressores muito mais tempo e com menores possibilidades para fazer denúncias.

A associação

criada em 1990, publica anualmente os resultados estatísticos dos seus atendimentos. Do relatório de 2019, constam 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas durante o ano passado. Dessas queixas recebidas, 79 por cento estão relacionadas com violência doméstica.



Violência doméstica: queixas diminuem, agressões terão aumentado

A maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5 por cento), com idades entre os 25 e os 54 anos (36,6 por cento). As 11.676 vítimas assinaladas em 2019 foram alvo de 11.836 autores e destes cerca de 66% eram do sexo masculino e tinham idades entre os 35 e os 54 anos (18,2 por cento).

Em 45,4% dos casos havia relação de intimidade entre autor do crime e vítima. A maior parte dos crimes são continuados, várias ocorrências, e os locais de ocorrência do crime mais referenciados são a residência comum (51,2 por cento), a residência da vítima (16 por cento) e a via pública (12,1 por cento).

1467 vítimas eram menores

Ao nível dos crimes contra menores, a APAV registou 1467 vítimas: 153 entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

A pornografia de menores (699 casos) foi o crime contra menores mais reportados à APAV, seguindo-se o "abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos" (305) e os crimes de violação (187). A maioria destas vítimas (61,9 por cento) são do sexo feminino, com média de idades de 11 anos, e em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

Contactos

A Associação disponibiliza alguns contactos de apoio: Linha de Apoio à Vítima - 116 006; Linha Internet Segura - 800 21 90 90, Messenger - apav.portugal; Skype - apav_lav.

APAV apoiou mais de 11 mil pessoas em 2019, a maioria mulheres vítimas de violência doméstica

Os dados constam do Relatório Anual de 2019 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, hoje divulgado

ERICA FRANCO / PAÍS / 14 ABR 2020 / 14:14 H.



A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresentou, esta terça-feira (14 de Abril), o seu Relatório Anual relativo a 2019.

No ano passado, a APAV apoiou um total de 11.676 vítimas, um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas em 2018 (9.344).

Paralelamente, registou um aumento de 45% no número de crimes e outras formas de violência reportados (de 20.589 em 2018 para 29.816 em 2019).

A análise do relatório permite ainda aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas. Pelo que em 2019, a APAV apoiou: 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).

De realçar que das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica. Em linha com a tendência de anos anteriores, a maioria das quais (81%) do sexo feminino.

Ao todo APAV realizou um total de 54.403 atendimentos, verificando-se um aumento de 18% nos atendimentos face ao ano de 2018 (46.371). No âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência, foram ministradas 1.911 actividades formativas, abrangendo um total de 47.171 formandos/participantes.

“Sendo a maior organização nacional sem fins lucrativos de apoio à vítima de crime, seus familiares e amigos/as, a APAV pretende contribuir, com a apresentação deste relatório, para um maior conhecimento das realidades da criminalidade e da vitimação em Portugal”, realça a instituição em comunicado.

A organização reitera ainda a sua disponibilidade para “continuar a prestar apoio” às vítimas de crime, apesar das “restrições neste momento de confinamento”, a APAV continua disponível para prestar apoio, nomeadamente: através da Linha de Apoio à Vítima | 116 006, da Linha Internet Segura | 800 21 90 90, do Messenger | [apav.portugal](https://www.apav.pt) e do Skype | [apav_lav](https://www.apav.pt).

Sobre o Relatório:

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transacto, pelos 64 serviços de proximidade da APAV: o Sistema Integrado de Apoio à Distância (Linha de Apoio à Vítima 116 006 + apoio online), pela rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, pela rede de Estruturas de Acolhimento e pelas três sub-redes de apoio especializado: a rede UAVMD – Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação; a Rede CARE – rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual; e a RAFAVHVT – Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e de Terrorismo.

Em 2019 quatro idosos e quatro crianças por dia foram vítimas de violência, revela APAV

Segundo o relatório da APAV, 1.350 idosos e 1.467 crianças foram vítimas de crime de violência em 2019, uma média de quatro idosos e quatro crianças por dia ou 28 por semana.



Agência Lusa
Texto

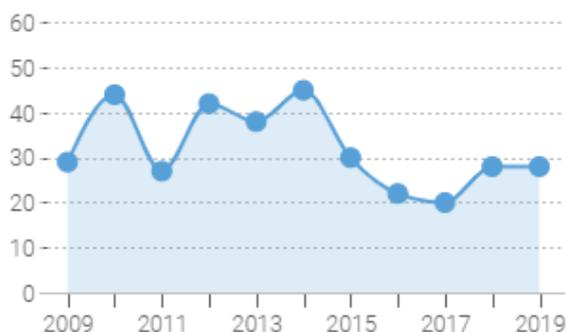
14 abr 2020, 07:25



Uma média de quatro idosos por dia, a maioria mulheres, foram vítimas de crime de violência em 2019 tendo como autores os filhos ou os cônjuges, segundo as estatísticas anuais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) na segunda-feira divulgadas. Em relação a crianças que chegam diariamente à APAV, a média é a mesma.

FEMICÍDIO

Número de ocorrências em Portugal



Fonte: UMAR a 26/03/2020

[Sugestões?](#)

O Relatório Anual da APAV referente a 2019 revela que 1.350 idosos foram vítimas de violência, o que em média corresponde a quatro casos por dia ou 28 por semana.

A maioria das vítimas são mulheres (78 por cento) com uma média de idades de 75 anos,

tendo a APAV registado que em 31,5 por cento dos casos a violência foi exercida pelos filhos e em 23,4 por cento pelo cônjuge.

Comparando com os últimos anos, a estatística de 2019 aponta para um aumento do número de crimes contra idosos. Em 2017 os dados da APAV revelavam que 944 idosos tinham sido vítimas de crimes, o equivalente a 18 por semana ou a três por dia, um valor equivalente ao registado em 2018 com o registo de 926 vítimas.

Já em relação às crianças, o **relatório aponta para um total de 1.467 crianças vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018.**

Do total de crianças vítimas de crime **153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.**

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a **pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187) .**

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que **61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.**

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Em termos globais, e tendo como base uma recolha da informação mais depurada, a APAV registou em 2019 um total de **54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.**

O total de crimes e outras formas de violência assinalados ultrapassou em 2019 a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018. A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos **crimes contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%)**. A associação realça também os **crimes contra o património** que, em 2019, representaram 1,8 por cento do total assinalado pela APAV.

Os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%) continuam a ser os principais canais de acesso à APAV, para além da própria vítima.

As zonas do país onde houve mais vítimas apoiadas foram Cascais (465), Braga (463), Porto (379), Sintra (316), Lisboa (305), Oeiras (259) e Vila Nova de Gaia (262).



APAV. 2019 registou mais violência contra crianças e idosos

14 abr, 2020 - 16:39 • Dina Soares

A violência aumentou em 2019. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu mais denúncias de crimes contra crianças e contra idosos. Queixas por violência doméstica continuam a dominar.



Foto: Luca Zennaro/EPA

A violência aumentou 40% em 2019. No seu relatório anual, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revela que o total de crimes e outras formas de violência ultrapassou a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% face a 2018.

Entre os 54.403 contactos recebidos ao longo do ano, mais de 95% denunciavam crimes contra pessoas, enquanto os crimes contra o património não chegavam aos 2%. Destas denúncias resultou o acompanhamento de 11 mil vítimas.

As mulheres vítimas de violência doméstica continuam a dominar o total das queixas, com 79% das denúncias. As vítimas são sobretudo do sexo feminino (80,5%), com idades entre os 25 e os 54 anos.

Os autores dos crimes são maioritariamente homens (66%) com idades entre os 35 e os 54 anos (18,2%). 45,5% dos crimes tiveram lugar entre pessoas com relações de intimidade e dentro da casa partilhada por ambos. Segue-se a casa da vítima (16%) e a via pública (12,1%).

O número de crianças vítimas de crime também aumentou no último ano. Quase 1500 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018. Em 2019, a APAV recebeu, em média, quatro queixas por dia relacionadas com crianças. Perto de 62% das vítimas são do sexo feminino com uma idade média de 11 anos. Em 27,3% dos casos, o autor do crime é o pai ou a mãe.

Pornografia e abusos sexuais dominam os crimes contra menores

Os crimes de cariz sexual representam 81% do total das queixas: pornografia de menores com 699 casos; abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos, com 305 casos e 187 crimes de violação.

Entre as vítimas, 831 vão dos 11 aos 17 anos; 347 têm entre 6 e 10 anos; 153 vão dos 0 aos 3 anos e 109, estão na faixa etária dos 4 e 5 anos.

Entre os idosos, o número de crimes também aumentou. Em 2019, 1.350 idosos foram vítimas de violência, contra 926 no ano anterior. A maioria das vítimas são mulheres (78 por cento) com uma média de idades de 75 anos. Mais de 30% dos atos de violência foram praticados pelos filhos da vítima e 23,4% pelo cônjuge.

As queixas que chegaram à APAV vinham de 273 concelhos, dos 308 existentes. As zonas do país onde houve mais vítimas apoiadas foram Cascais (465), Braga (463), Porto (379), Sintra (316), Lisboa (305), Oeiras (259) e Vila Nova de Gaia (262).

Os principais canais de acesso à associação continuam a ser os órgãos de Polícia Criminal, os amigos e vizinhos e só em terceiro lugar a própria vítima.

Mais de metade chegou pelo telefone. Em 42% dos casos, já tinha sido apresentada pelo menos uma queixa junto de uma entidade policial. A APAV foi fundada há 30 anos e já apoiou mais de 330 mil pessoas.

APAV. Quase 1500 crianças foram vítimas de crime em 2019



JORNAL I
14/04/2020 15:29

Chegaram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima quatro casos por dia. APAV apoiou mais de 11 mil pessoas em 2019

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou, esta terça-feira, o Relatório Anual relativo a 2019.

No ano passado, a APAV apoiou um total de 11.676 vítimas, um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas em 2018 (9.344).

De acordo com a associação, a análise do relatório permite ainda aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: no último ano, a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).

Os dados de 2019 indicam a manutenção da tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%). Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica.

Ao todo, a APAV realizou um total de 54.403 atendimentos, verificando-se um aumento de 18% nos atendimentos face ao ano de 2018 (46.371).

Já no âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência, foram ministradas 1.911 actividades formativas, abrangendo um total de 47.171 formandos/participantes.

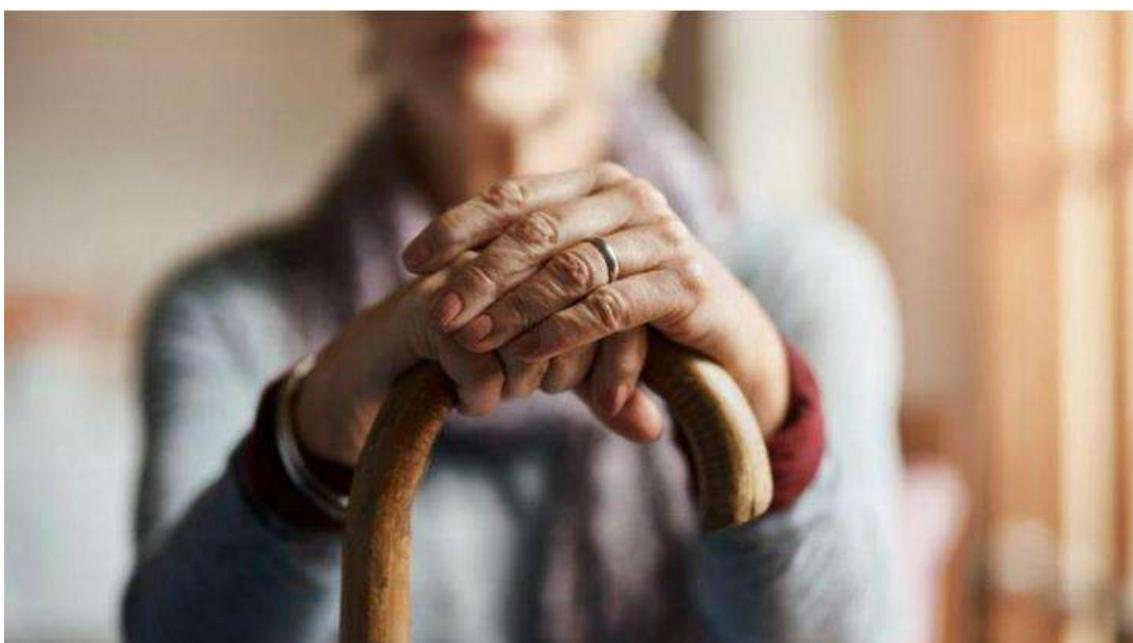
Em comunicado, a APAV relembra que neste momento de confinamento, “continua disponível para prestar apoio”. “Apesar das restrições aos atendimentos presenciais”, continuamos operacionais e reforçámos o apoio à distância, estando disponíveis nos dias úteis, das 9h às 21h, através da Linha de Apoio à Vítima | 116 006, da Linha Internet Segura | 800 21 90 90, do Messenger | [apav.portugal](https://www.apav.pt) e do Skype | [apav_lav](https://www.apav.pt).

Quatro idosos por dia, 28 crianças por semana. As vítimas de crime em 2019

É o balanço da APAV do ano passado. O total de crimes e outras formas de violência assinalados registou um aumento de cerca de 40 por cento em relação a 2018.

DN/Lusa

14 Abril 2020 — 08:36



Um total de 1.467 crianças foi vítima de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que **chegaram à APAV em 2019 em média de quatro vítimas por dia, 28 por semana.**

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que **entre os crimes contra crianças** reportados à associação **destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187)**.

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

Mulheres são a maioria das vítimas

Em 2019, foi igualmente registada uma média de quatro idosos por dia vítimas de crimes, a maioria mulheres. Os autores foram os filhos ou os cônjuges.

O Relatório Anual da APAV referente a 2019 revela que 1.350 idosos foram vítimas de violência, o que em média corresponde a quatro casos por dia ou 28 por semana.

A maioria das vítimas são mulheres (78 por cento) com uma média de idades de 75 anos, tendo a APAV registado que em 31,5 por cento dos casos a violência foi exercida pelos filhos e em 23,4 por cento pelo cônjuge.

Comparando com os últimos anos, a estatística de 2019 aponta para um aumento do número de crimes contra idosos.

Em 2017 os dados da APAV revelavam que 944 idosos tinham sido vítimas de crimes, o equivalente a 18 por semana ou a três por dia, um valor equivalente ao registado em 2018 com o registo de 926 vítimas.

Em termos globais, e tendo como base uma recolha da informação mais depurada, a APAV registou em 2019 um total de 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

O total de crimes e outras formas de violência assinalados ultrapassou em 2019 a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos crimes contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

A associação realça também os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8 por cento do total assinalado pela APAV.

Os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%) continuam a ser os principais canais de acesso à APAV, para além da própria vítima.

As zonas do país onde houve mais vítimas apoiadas foram Cascais (465), Braga (463), Porto (379), Sintra (316), Lisboa (305), Oeiras (259) e Vila Nova de Gaia (262).

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Quase 1500 crianças vítimas de crime em 2019 – APAV



Lusa

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

LUSA

POLÍTICA

14.04.2020 às 00h08



Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de

Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.

GC // ZO

Estadísticas APAV: os Números do Apoio à Vítima em 2019

14 ABRIL 2020



A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta hoje as **Estadísticas APAV | Relatório Anual 2019**.

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 64 serviços de proximidade da APAV: o Sistema Integrado de Apoio à Distância (Linha de Apoio à Vítima 116 006 + apoio online), pela rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, pela rede de Estruturas de Acolhimento e pelas três sub-redes de apoio especializado: a rede UAVMD – Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação; a Rede CARE – rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual; e a RAFAVHVT – Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e de Terrorismo.

No ano de 2019, a APAV registou um total de **54.403 atendimentos**, verificando-se um **aumento de 18%** nos atendimentos face ao ano de 2018 (46.371).

Verifica-se ainda, de 2018 para 2019, um **crescimento de 25%** no número de vítimas apoiadas pela APAV (de 9.344 vítimas em 2018 para **11.676 vítimas em 2019**) e um aumento de 45% no número de crimes e outras formas de violência reportados (de 20.589 em 2018 para **29.816 em 2019**).

A análise do relatório permite ainda aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: em 2019, a APAV apoiou **1.350 pessoas idosas** (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); **1.473 crianças e jovens** (em média, 4 por dia e 28 por semana); **1.617 homens adultos** (em média, 4 por dia e 31 por semana) e **8.394 mulheres adultas** (em média, 23 por dia e 161 por semana).

Os dados de 2019 indicam a manutenção da tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%). Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica. É importante realçar os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela APAV.

No âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência, foram ministradas **1.911 atividades formativas**, abrangendo um total de **47.171 formandos/participantes**.

Os dados de 2019 indicam a manutenção da tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%). Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica. É importante realçar os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela APAV.

No âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência, foram ministradas **1.911 atividades formativas**, abrangendo um total de **47.171 formandos/participantes**.

Sendo a maior organização nacional sem fins lucrativos de apoio à vítima de crime, seus familiares e amigos/as, a APAV pretende contribuir, com a apresentação deste relatório, para um maior conhecimento das realidades da criminalidade e da vitimação em Portugal.

Na sequência de repto e financiamento do Gabinete da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade (SECI), com o apoio de diversas entidades parceiras, a APAV abriu um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para vítimas de violência doméstica. Consulte [aqui](#) mais informações sobre este novo equipamento.

Neste momento de confinamento, a APAV continua disponível para prestar apoio. Apesar das restrições aos atendimentos presenciais, continuamos operacionais e reforçamos o apoio à distância, estando disponíveis nos dias úteis, das 9h às 21h, através da **Linha de Apoio à Vítima | 116 006**, da **Linha Internet Segura | 800 21 90 90**, do **Messenger | apav.portugal** e do **Skype | apav_lav**.

[Estadísticas APAV | Relatório Anual 2019 \(PDF\)](#)

Em 2019, houve 65 casos por dia de violência doméstica

14.04.2020 às 0h01



O mais recente relatório da APAV regista uma subida generalizada dos crimes. Há mais mulheres, homens, crianças e idosos a pedir ajuda



HUGO FRANCO

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou mais de 54 mil atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas. O total de crimes e outras formas de violência assinalados ultrapassou os 29 mil, tendo-se registado um aumento de 40% do total face a 2018.

A APAV dá especial relevo aos crimes de violência doméstica, que representam 79% das queixas que chegaram àquela associação. Isto dá uma média diária de 65 pessoas alvo deste tipo de crime (23,5 mil). Um número superior ao de 2018, ano em que se registaram 15,9 mil casos. Estes são alguns dos principais dados do último relatório da APAV relativo a 2019.

As polícias e os amigos e vizinhos continuam a ser os principais canais de acesso à APAV, para além da própria vítima. Tal como aconteceu em anos anteriores, a maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5%), com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos de idade (36,6%). Já em termos académicos, e tendo em conta os dados que foi possível recolher, o ensino superior (6,3%) foi o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6%).

As 11.676 vítimas assinaladas em 2019, foram alvo de 11.836 autores de crime. "Destes/as, cerca de 66% eram do sexo masculino e tinham idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (18,2%)", refere o relatório da APAV.

Embora em número inferior, as vítimas do sexo masculino são superiores às de 2018, passando de 1576 casos para 2066. Também se deu um aumento das vítimas mais jovens: no ano passado a APAV registou 1473 casos, contra os 941 de há dois anos. Foi ainda possível apurar que as relações de intimidade (45,4%) entre autor do crime e vítima foram as mais encontradas.

"O tipo de vitimação continuada continua a prevalecer e os locais do crime mais referenciados para a ocorrência da vitimação foram a residência comum (51,2%), a residência da vítima (16%) e o lugar/via pública (12,1%). Em cerca de 42% das situações foi formalizada uma queixa junto de pelo menos uma entidade policial.

APAV apoiou 386 vítimas de violência em Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo

Dados do ano passado dão conta de um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas pela instituição a nível nacional. Na região instituição acompanhou mais 119 casos

Por **Fernanda Pinto** - Abr 14, 2020



De 2018 para 2019, houve um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas pela APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – de 9.344 vítimas em 2018 para 11.676 vítimas em 2019 – e um aumento de 45% no número de crimes e outras formas de violência reportados – de 20.589, em 2018, para 29.816, em 2019.

Segundo o Relatório Anual 2019 das Estatísticas APAV, no ano passado houve um total de 54.403 atendimentos. Trata-se de um aumento de 18% face ao ano anterior (46.371).

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 304 existentes. Só nesta região, nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo, a APAV apoiou 386 vítimas, um aumento de 119 pessoas apoiadas em relação a 2018 (267 vítimas).

Paços de Ferreira, onde existe um gabinete de apoio à vítima da APAV, foi o concelho que registou mais casos: 178. De Valongo foram apoiadas 84 pessoas e de Paredes 72. Já em Penafiel e Lousada a APAV ajudou 29 e 23 vítimas, respectivamente. Em todos os concelhos, houve crescimento de vítimas em relação a 2018.

PROCURARAM AJUDA 23 MULHERES POR DIA

Os dados estatísticos disponibilizados pela APAV reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transacto, pelos 64 serviços de proximidade da instituição. Desde que foi criada, há 30 anos, a APAV já deu apoio a mais de 330.000 mil pessoas.

Além de registar um aumento de casos, a APAV mostra a tipologia das vítimas ajudadas. As mulheres adultas continuam a ser as que mais recorrem à ajuda da associação, mantendo a tendência. Elas representam 81% dos casos.

“Em 2019, a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, quatro por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, quatro por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, quatro por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).

Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV no ano passado, 79% foram vítimas de violência doméstica, reporta o documento.

Além da própria vítima, a maioria das queixas chegaram através das forças policíacas ou de amigos e vizinhos. o contacto telefónico foi usado em 57,4% das vezes.

“A maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5%), com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos de idade (36,6%). Já em termos académicos, e tendo em conta os dados que foi possível recolher, o ensino superior (6,3%) apresentou-se como o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6%)”, refere a APAV.

Já os autores dos crimes eram em 66% dos casos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (18,2%).

Quanto à relação entre o autor e a vítima de crime, em 45% dos casos eram de cônjuge, companheiro/a, ex-cônjuge, ex-companheiro/a, ex-namorado/a e namorado/a. “Porém, também as relações de consanguinidade se mostraram significativas, tendo como disso exemplo os casos em que o autor/a é filho/a da vítima (7,4%) ou ainda, os casos em que o autor/a é pai/mãe da vítima (6,8%)”, descreve a APAV.

GOVERNO ANTECIPA AUMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DEVIDO À PANDEMIA

Dados divulgados pela União Europeia, citados pelo Jornal Expresso, mostram que após a primeira semana de isolamento, os casos de violência doméstica aumentaram um terço “de forma generalizada e em alguns países da UE”. Em quarentena torna-se muito difícil para as vítimas pedirem ajuda, já que o “agressor está sempre por perto”, estando “fechadas em casa e mais expostas aos abusos”.

Por isso, o Governo e várias organizações de apoio à vítima de violência doméstica avançaram com o aumento do número de vagas nos centros de acolhimento da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica especificamente para esta época de combate à COVID-19. Foi também lançado um sistema de SMS gratuito (3060) para pedir ajuda, além de reforçadas as linhas habituais.

A APAV diz que na sequência de repto e financiamento do Gabinete da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade abriu um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para vítimas de violência doméstica que “vai acolher mulheres que sejam vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos até aos 18 anos”.

Trata-se de “um equipamento provisório que deverá funcionar nos próximos três meses, extensíveis por mais três meses, estando dependente da evolução sanitária do país”.

Segundo a instituição, o Centro possui um Posto de Rastreio de COVID-19, que dispõe de quartos de espera e de confinamento para as mulheres que entram, caso se revele necessário.

“Neste momento extraordinário, em que são muitas as questões relacionadas com o confinamento social e a necessária quarentena devida à COVID-19, sabe-se, sobretudo através de relatos vindos de países que já aplicaram as mesmas medidas, que tem existido um eventual aumento de situações relacionadas com a violência doméstica”, descreve a APAV.

COMO PEDIR AJUDA

APAV

Linha de Apoio à Vítima: 116 006 (dias úteis das 9h00 às 21h00)

Email: apav.sede@apav.pt

Linha Internet Segura: 800 21 90 90

Messenger: [apav.portugal](https://www.facebook.com/apav.portugal)

Skype: [apav_lav](https://www.skype.com/en/contacts/apav_lav).

Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira

Localização: Câmara de Paços de Ferreira

Telefone: 255 860 777

Email: apav.pacosdeferreira@apav.pt

Horário: Segunda, terça, quinta e sexta-feira: 9h00 – 13h00 e 14h00 -17h00

UAVMD – Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação – Porto

Morada: Centro de Recursos Sociais da Câmara do Porto

Rua da Fábrica Social, 17, Piso 2

4000-201 PORTO

Telefone: 22 550 29 57

Email: uavmd.porto@apav.pt

Horário: dias úteis: 10h00-13h00 / 14h30-18h00

Em 2019, houve 65 casos por dia de violência doméstica

Por ZAP - 14 Abril, 2020



O último relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), publicado esta terça-feira, revela que houve 65 casos por dia de violência doméstica em 2019.

De acordo com o [Relatório Anual 2019](#) da APAV, em 2019, a associação registou um total de **54.403 atendimentos**, verificando-se um aumento de 18% face a 2018 (46.371). A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 304 existentes.

De 2018 para 2019, verificou-se ainda um **crescimento de 25%** no número de vítimas apoiadas pela APAV (de 9344 para 11.676) e um aumento de 45% no número de crimes e outras formas de violência reportados (de 20.589 em 2018 para 29.816 em 2019).

O mesmo relatório mostra que, das mais de 11 mil pessoas apoiadas pela associação, 79% foram vítimas de violência doméstica, o que dá uma média diária de 65 pessoas alvo deste tipo de crime.

Os dados de 2019 indicam a manutenção da tendência de anos anteriores, com uma **maioria de vítimas do sexo feminino (81%)**.

Em 2019, a APAV apoiou 1350 pessoas idosas vítimas de crime (em média, quatro por dia e 26 por semana); 1473 crianças e jovens (em média, quatro por dia e 28 por semana); 1617 homens adultos (em média, quatro por dia e 31 por semana) e 8394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).

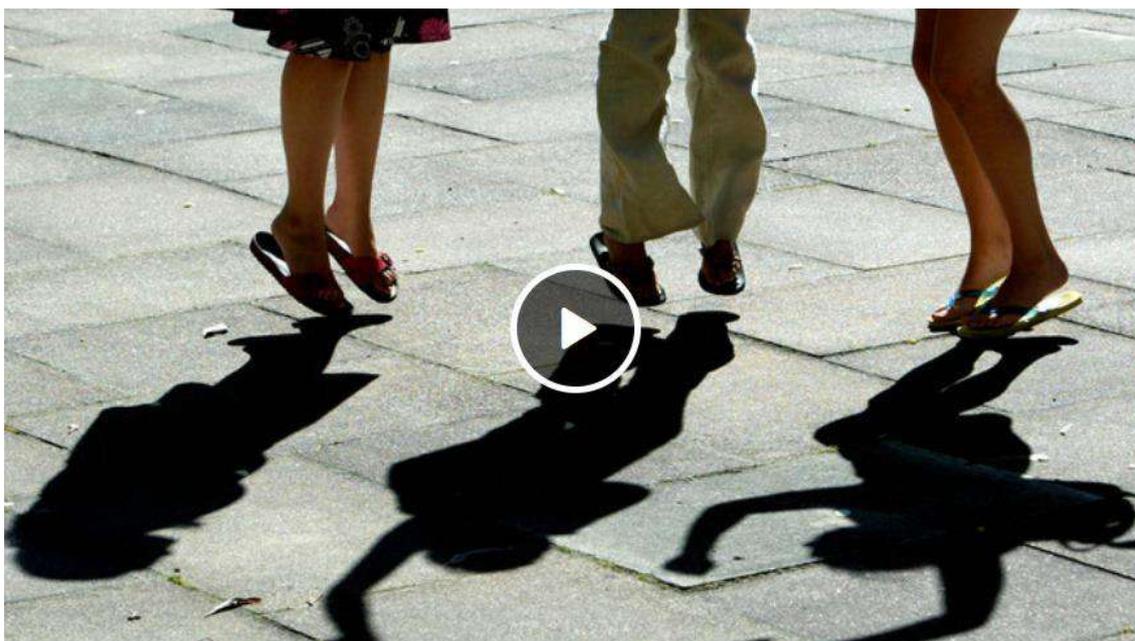
Os órgãos de polícia criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%) continuam a ser os principais canais de acesso à APAV, para além da própria vítima.

A [APAV](#) destaca que, neste momento de confinamento, devido à pandemia de covid-19, continua disponível para prestar apoio através da **Linha de Apoio à Vítima** (116 006), da Linha Internet Segura (800 21 90 90), do Messenger (apav.portugal) e do Skype (apav_lav).



APAV identificou mais de 1.400 casos de violência contra menores em 2019

🕒 14.04.2020 08h08



Número é superior ao registado em 2018.

Continua a aumentar o número de crianças vítimas de violência em Portugal.

Só em 2019, a Associação de Apoio à Vítima identificou mais de 1.400 casos. Os crimes de pornografia infantil, abuso sexual e violação continuam a ser os mais reportados.

O mesmo relatório assinala também que os agressores são, na maioria dos casos, os pais.

1467 crianças vítimas de crime em 2019. Em quase 30 % dos casos o autor do crime é pai ou mãe

PORTUGAL E O MUNDO

14 Abr 2020 | 14:27

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).



Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas. A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.

Quase 1500 crianças vítimas de crime em 2019, afirma APAV

JE Jornal Económico com Lusa 14 Abril 2020, 08:53

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.



Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Femicídio

Número de ocorrências em Portugal



Fonte: UMAR a 26/03/2020

[Sugestões?](#)

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes

de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330 mil pessoas. A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

SÁBADO

Quase 1.500 crianças foram vítimas de crimes em 2019

14.04.2020 07:28 | por Lusa < 1

Relatório anual da APAV aponta a existência de 699 crianças vítimas de pornografia infantil, 305 vítimas de abuso de menores e 187 vítimas de violação de menores.



Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em

2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de

Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.



NACIONAL



ASSOCIAÇÃO DE APOIO À VÍTIMA ACOMPANHOU MAIS DE 11 MIL PESSOAS EM 2019

Lusa

Artigo | 14/04/2020 09:07

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou em 2019 mais de 11 mil vítimas de crime, oriundas de 273 concelhos do país, dos 308 existentes, segundo o relatório anual hoje divulgado.

Em 2019 a APAV registou 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

As estatísticas apontam para um total de crimes e outras formas de violência a ultrapassar a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos que são contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

Mas a APAV realça também os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela associação.

Segundo o relatório anual da APAV os atendimentos foram feitos nos serviços de proximidade da associação, designadamente nos Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5%), com idades entre os 25 e os 54 anos (36,6%) e em termos académicos, tendo em conta os dados que foi possível recolher, o ensino superior (6,3%) apresentou-se como o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6%).

Os principais canais de acesso à associação continuam a ser os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%), além da própria vítima.

A procura faz-se através de contactos telefónicos (57,4%) e presenciais (29,6%).

As 11.676 vítimas assinaladas em 2019 foram alvo de 11.836 autores e destes cerca de 66% eram do sexo masculino e tinham idades entre os 35 e os 54 anos (18,2%).

Os dados estatísticos, segundo a APAV, permitiram ainda apurar que as relações de intimidade (45,4%) entre autor do crime e vítima foram as mais encontradas.

O tipo de vitimação continuada prevalece e os locais do crime mais referenciados para a ocorrência da vitimação foram a residência comum (51,2%), a residência da vítima (16%) e o lugar/via pública (12,1%).

Ainda de acordo com os dados recolhidos em cerca de 42% das situações foi formalizada queixa/denúncia junto de pelo menos uma entidade policial.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima celebra este ano os 30 anos de existência, durante os quais apoiou 330 mil pessoas.

Quase 1500 crianças vítimas de crime em 2019

por Mário Aleixo - RTP



As crianças são cada vez mais vítimas de maus tratos RTP

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Meninas são o principal alvo

Relativamente ao perfil das vítimas, **os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.**

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.

Aumentaram as queixas de violência doméstica em 2019 em Portugal



Em 2019, foram reportados à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 29 816 crimes e outras formas de violência doméstica. Este valor corresponde a um aumento de 45% face a 2018, quando foram feitas 20 589 queixas.

Verifica-se ainda um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas pela associação, passando de 9 344 vítimas em 2018 para 11 676 vítimas em 2019. Os dados referem-se às estatísticas publicadas no relatório anual da APAV que registou um total de 54 403 atendimentos em 2019, um aumento de 18% face ao ano de 2018 (46.371).

A análise do relatório permite ainda aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: em 2019, a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).

Os dados de 2019 indicam também que se mantém a tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%). Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV, 79% foram vítimas de violência doméstica. É importante realçar os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela APAV.

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano de 2019 nos 64 serviços de proximidade da APAV.



Covid-19: Catarina Martins pede que vítimas de violência doméstica não sejam deixadas sozinhas

14-04-2020 20:47h

A coordenadora do BE, Catarina Martins, pediu hoje “tolerância zero à violência doméstica”, apelando a que estas vítimas, em tempos de isolamento social devido à pandemia, não sejam deixadas sozinhas.

Na edição do “País Ligado” de hoje – um vídeo diário da líder bloquista que é divulgado pelo partido sobre as várias propostas do BE para combater a pandemia – Catarina Martins debruçou-se sobre a violência doméstica, que considera ser “o principal problema de segurança pública em Portugal”.

“Nestes tempos de isolamento social, não podemos deixar as vítimas sozinhas. Tolerância zero à violência doméstica”, apelou.

Segundo a líder do BE, a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima- divulgou hoje os números relativamente a 2019 que “mostram que este crime continua a crescer”.

“Das mais de 20 mil queixas, 80% são de violência doméstica. As vítimas são de todas as idades, das mais jovens às mais velhas, quatro em cada cinco são mulheres”, enumerou.

Para Catarina Martins, “o combate à violência doméstica exige a determinação de todo um país”, das entidades públicas e de cada um.

“Se é vítima de violência, física ou psicológica, peça ajuda. O ‘stress’ destes dias não justifica violência e toda a gente tem o direito a sentir-se segura em sua casa. Pedir ajuda não é atacar ninguém, é proteger todos”, afirmou, divulgando ainda linha de apoio à vítima, o 116 006, e o número para onde enviar mensagens, o 3060.

A coordenadora do BE apela a todos para que não ignorem uma colega que, em teletrabalho, “dá sinais de ser vítima”, um aluno que, no ensino à distância, “mostra que está com problemas ou um familiar ao telefone ou uma amiga no whatsapp, “lhe está a pedir ajuda”.

“Se da casa do vizinho vêm barulhos de violência, não ponha a televisão mais alto para não ouvir. Chame a Polícia, chame a GNR, peça ajuda. Não está a incomodar, está a proteger”, defende.

A APAV acompanhou em 2019 mais de 11 mil vítimas de crime, oriundas de 273 concelhos do país, dos 308 existentes, segundo o relatório anual hoje divulgado.

Em 2019 a APAV registou 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

As estatísticas apontam para um total de crimes e outras formas de violência a ultrapassar a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos que são contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

Associação de Apoio à Vítima acompanhou mais de 11 mil pessoas em 2019

Estatísticas apontam para um total de crimes e outras formas de violência a ultrapassar a faixa dos 29 mil.

Lusa | 08:55



Há tendência crescente no número de casos de homens vítimas de violência doméstica que pedem ajuda

FOTO: Getty Images

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou em 2019 mais de 11 mil vítimas de crime, oriundas de 273 concelhos do país, dos 308 existentes, segundo o relatório anual hoje divulgado.

Em 2019 a APAV registou 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

As estatísticas apontam para um total de crimes e outras formas de violência a ultrapassar a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos que são contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

Mas a APAV realça também os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela associação.

Segundo o relatório anual da APAV os atendimentos foram feitos nos serviços de proximidade da associação, designadamente nos Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5%), com idades entre os 25 e os 54 anos (36,6%) e em termos académicos, tendo em conta os dados que foi possível recolher, o ensino superior (6,3%) apresentou-se como o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6%).

Os principais canais de acesso à associação continuam a ser os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%), além da própria vítima.

A procura faz-se através de contactos telefónicos (57,4%) e presenciais (29,6%).

As 11.676 vítimas assinaladas em 2019 foram alvo de 11.836 autores e destes cerca de 66% eram do sexo masculino e tinham idades entre os 35 e os 54 anos (18,2%).

Os dados estatísticos, segundo a APAV, permitiram ainda apurar que as relações de intimidade (45,4%) entre autor do crime e vítima foram as mais encontradas.

O tipo de vitimação continuada precalece e os locais do crime mais referenciados para a ocorrência da vitimação foram a residência comum (51,2%), a residência da vítima (16%) e o lugar/via pública (12,1%).

Ainda de acordo com os dados recolhidos em cerca de 42% das situações foi formalizada queixa/denúncia junto de pelo menos uma entidade policial.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima celebra este ano os 30 anos de existência, durante os quais apoiou 330 mil pessoas.

Quase 1500 crianças foram vítimas de crime em 2019. Chegaram à APAV quatro casos por dia

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos.

Lusa | 14 de Abril de 2020 às 10:48



Criança vítima de violência

FOTO: Getty Images

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de

Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.



1500 crianças foram vítimas de violência em 2019

PORTUGAL NO AR

© 14/04/2020 - 15h21

A-

A+

Em 2019, cerca de 1500 crianças foram vítimas de violência. O relatório anual da APAV revela ainda que em média, por dia, quatro idosos foram alvo de crime.

Quase 1500 crianças foram vítimas de crime no último ano

Maioria das vítimas são meninas. Pornografia e abuso sexual de menores são os crimes mais reportados.

Por Lusa
14 Abril, 2020 • 12:31



Mais de 150 das vítimas reportadas tinham menos de três anos © Gerardo Santos/Global Imagens

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que no ano anterior, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime, 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3% dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de

Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.

APAV registou mais de 11 mil vítimas e 54 mil atendimentos em 2019

ANA MAGALHÃES 13:00

Das vítimas referidas, quase mil e 500 são crianças.

A

país.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgou o relatório anual de 2019, tendo acompanhado mais de 11 mil vítimas de crimes, naturais de 273 concelhos dos 208 existentes no

No total, foram registados 54 mil 403 atendimentos, sendo que as estatísticas apontam para mais de 29 mil crimes ou outras formas de violência, o que prefaz um aumento de cerca de 40% do total face a 2018. A maioria dos crimes assinalados dizem respeito aos que são contra pessoas (95,9%) com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

No que respeita às vítimas, a grande fatia são mulheres, com 8 mil 394, sendo que mil 473 são crianças, mil 350 são idosos e mil 617 são homens.

De acordo com o relatório anteriormente referido, os atendimentos foram feitos nos serviços de proximidade da associação, nomeadamente nos Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

Os principais canais de acesso à associação continuam a ser os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%), além da própria vítima. A procura faz-se através de contactos telefónicos (57,4%) e presenciais (29,6%).

As 11.676 vítimas assinaladas em 2019 foram alvo de 11.836 autores e destes cerca de 66% eram do sexo masculino e tinham idades entre os 35 e os 54 anos. Segundo a APAV, os dados estatísticos permitiram ainda apurar que as relações de intimidade (45,4%) entre autor do crime e vítima foram as mais encontradas.

Vitimação continuada prevalece como a principal e os locais do crime mais descritos para a ocorrência da vitimação foram a residência comum (51,2%), a residência da vítima (16%) e o lugar/via pública (12,1%).

Os dados da APAV apontam que cerca de 42% das situações foi formalizada queixa/denúncia junto de pelo menos uma entidade policial.

Em média quatro crianças por dia são vítimas de crime

De acordo com os dados da APAV, que já foram divulgados anteriormente, mil 473 crianças foram vítimas de crime no ano de 2019, mais 532 do que no ano anterior.

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana. Do total de crianças, 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

De acordo com as estatísticas da APAV, entre os crimes contra crianças reportados destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187) .

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 % são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 % dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

Quase 1500 crianças vítimas de crimes no ano passado

Publicado há 15 horas 14 de Abril de 2020
Por José Matos



Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018.

É o que revela o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número aponta que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187) .

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

Em 2019 quatro idosos por dia foram vítimas de crime - APAV

14 | 04 | 2020 00.02H

Uma média de quatro idosos por dia, a maioria mulheres, foram vítimas de crime em 2019 tendo como autores os filhos ou os cônjuges, segundo as estatísticas anuais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) hoje divulgadas.

O Relatório Anual da APAV referente a 2019 revela que 1.350 idosos foram vítimas de violência, o que em média corresponde a quatro casos por dia ou 28 por semana.

A maioria das vítimas são mulheres (78 por cento) com uma média de idades de 75 anos, tendo a APAV registado que em 31,5 por cento dos casos a violência foi exercida pelos filhos e em 23,4 por cento pelo cônjuge.

Em 2019 quatro idosos por dia foram vítimas de crime

📅 14 Abril, 2020



Uma média de quatro idosos por dia, a maioria mulheres, foram vítimas de crime em 2019 tendo como autores os filhos ou os cônjuges, segundo as estatísticas anuais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) hoje divulgadas.

O Relatório Anual da APAV referente a 2019 revela que 1.350 idosos foram vítimas de violência, o que em média corresponde a quatro casos por dia ou 28 por semana.

A maioria das vítimas são mulheres (78 por cento) com uma média de idades de 75 anos, tendo a APAV registado que em 31,5 por cento dos casos a violência foi exercida pelos filhos e em 23,4 por cento pelo cônjuge.

Quatro idosos por dia foram vítimas de crime em 2019

por Mário Aleixo - RTP



Tratamos cada vez pior os nossos idosos RTP

Uma média de quatro idosos por dia, a maioria mulheres, foram vítimas de crime em 2019 tendo como autores os filhos ou os cônjuges, segundo as estatísticas anuais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgadas esta terça-feira.

O Relatório Anual da APAV referente a 2019 revela que 1.350 idosos foram vítimas de violência, o que em média corresponde a quatro casos por dia ou 28 por semana.

A maioria das vítimas são mulheres (78 por cento) com uma média de idades de 75 anos, tendo a APAV registado que em 31,5 por cento dos casos a violência foi exercida pelos filhos e em 23,4 por cento pelo cônjuge.

Comparando com os últimos anos, a estatística de 2019 aponta para um aumento do número de crimes contra idosos.

Em 2017 os dados da APAV revelavam que 944 idosos tinham sido vítimas de crimes, o equivalente a 18 por semana ou a três por dia, um valor equivalente ao registado em 2018 com o registo de 926 vítimas.

Números sempre a crescer

Em termos globais, e tendo como base uma recolha da informação mais depurada, a APAV registou em 2019 um total de 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

O total de crimes e outras formas de violência assinalados ultrapassou em 2019 a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos crimes contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

A associação realça também os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8 por cento do total assinalado pela APAV.

Os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%) continuam a ser os principais canais de acesso à APAV, para além da própria vítima.

As zonas do país onde houve mais vítimas apoiadas foram Cascais (465), Braga (463), Porto (379), Sintra (316), Lisboa (305), Oeiras (259) e Vila Nova de Gaia (262).

Número de vítimas apoiadas pela APAV aumentou 25% de 2018 para 2019

diariOnline RS 14 Abr 2020 14:47 Sociedade

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima acaba de apresentar as **Estatísticas APAV | Relatório Anual 2019**, cujos dados estatísticos disponibilizados se reportam aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato pelos 64 serviços de proximidade da APAV: o Sistema Integrado de Apoio à Distância (Linha de Apoio à Vítima 116 006 + apoio online), pela rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, pela rede de Estruturas de Acolhimento e pelas três sub-redes de apoio especializado: a rede UAVMD – Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação; a Rede CARE – rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual; e a RAFAVHVT – Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e de Terrorismo.

No ano de 2019, a APAV registou um total de 54.403 atendimentos, verificando-se um aumento de 18% nos atendimentos face ao ano de 2018 (46.371).

Verifica-se ainda, de 2018 para 2019, um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas pela APAV (de 9.344 vítimas em 2018 para 11.676 vítimas em 2019) e um aumento de 45% no número de crimes e outras formas de violência reportados (de 20.589 em 2018 para 29.816 em 2019).

A análise do relatório permite ainda aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: em 2019, a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).



Os dados de 2019 indicam a manutenção da tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%). Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica. É importante realçar os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela APAV.

No âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência, foram ministradas 1.911 atividades formativas, abrangendo um total de 47.171 formandos/participantes.

Sendo a maior organização nacional sem fins lucrativos de apoio à vítima de crime, seus familiares e amigos/as, a APAV pretende contribuir, com a apresentação deste relatório, para um maior conhecimento das realidades da criminalidade e da vitimação em Portugal.

Na sequência de repto e financiamento do Gabinete da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade (SECI), com o apoio de diversas entidades parceiras, a APAV abriu um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para vítimas de violência doméstica. **Consulte aqui** mais informações sobre este novo equipamento.

Neste momento de confinamento, a APAV continua disponível para prestar apoio. Apesar das restrições aos atendimentos presenciais, continuamos operacionais e reforçámos o apoio à distância, estando disponíveis nos dias úteis, das 9h às 21h, através da Linha de Apoio à Vítima | 116 006, da Linha Internet Segura | 800 21 90 90, do Messenger | [apav.portugal](https://www.apav.pt) e do Skype | [apav_lav](https://www.apav.pt).



SOCIEDADE 14 de abril 2020

APAV apoiou mais de 11 mil pessoas em 2019

Quase 1500 crianças foram vítimas de crime em 2019. Chegaram à APAV quatro casos por dia



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou, esta terça-feira, o Relatório Anual relativo a 2019.

No ano passado, a APAV apoiou um total de 11.676 vítimas, um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas em 2018 (9.344).

De acordo com a associação, a análise do relatório permite ainda aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: no último ano, a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).

Os dados de 2019 indicam a manutenção da tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%). Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica.

Ao todo, a APAV realizou um total de 54.403 atendimentos, verificando-se um aumento de 18% nos atendimentos face ao ano de 2018 (46.371).

Já no âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência, foram ministradas 1.911 actividades formativas, abrangendo um total de 47.171 formandos/participantes.

Em comunicado, a APAV relembra que neste momento de confinamento, “continua disponível para prestar apoio”. “Apesar das restrições aos atendimentos presenciais”, continuamos operacionais e reforçámos o apoio à distância, estando disponíveis nos dias úteis, das 9h às 21h, através da Linha de Apoio à Vítima | 116 006, da Linha Internet Segura | 800 21 90 90, do Messenger | [apav.portugal](https://www.apav.pt) e do Skype | [apav_lav](https://www.apav.pt).

Associação de Apoio à Vítima acompanhou mais de 11 mil pessoas em 2019. Quase 1500 foram crianças vítimas de crime

MadreMedia / Lusa

14 abr 2020 06:27

Atualidade

APAV

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou em 2019 mais de 11 mil vítimas de crime, oriundas de 273 concelhos do país, dos 308 existentes, segundo o relatório anual hoje divulgado. No que diz respeito a menores, chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.



Em 2019 a APAV registou 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

As estatísticas apontam para um total de crimes e outras formas de violência a ultrapassar a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos que são contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

Mas a APAV realça também os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela associação.

Segundo o relatório anual da APAV os atendimentos foram feitos nos serviços de proximidade da associação, designadamente nos Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5%), com idades entre os 25 e os 54 anos (36,6%) e em termos académicos, tendo em conta os dados que foi possível recolher, o ensino superior (6,3%) apresentou-se como o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6%).

Mas a APAV realça também os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela associação.

Segundo o relatório anual da APAV os atendimentos foram feitos nos serviços de proximidade da associação, designadamente nos Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5%), com idades entre os 25 e os 54 anos (36,6%) e em termos académicos, tendo em conta os dados que foi possível recolher, o ensino superior (6,3%) apresentou-se como o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6%).

Os principais canais de acesso à associação continuam a ser os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%), além da própria vítima.

A procura faz-se através de contactos telefónicos (57,4%) e presenciais (29,6%).

As 11.676 vítimas assinaladas em 2019 foram alvo de 11.836 autores e destes cerca de 66% eram do sexo masculino e tinham idades entre os 35 e os 54 anos (18,2%).

Os dados estatísticos, segundo a APAV, permitiram ainda apurar que as relações de intimidade (45,4%) entre autor do crime e vítima foram as mais encontradas.

O tipo de vitimação continuada precelece e os locais do crime mais referenciados para a ocorrência da vitimação foram a residência comum (51,2%), a residência da vítima (16%) e o lugar/via pública (12,1%).

Ainda de acordo com os dados recolhidos em cerca de 42% das situações foi formalizada queixa/denúncia junto de pelo menos uma entidade policial.

Quase 1500 crianças vítimas de crime em 2019

Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vitimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187) .

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.

Quase 1500 crianças vítimas de crime em 2019

14 ABR 2020

Dados do relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.



Um total de 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV divulga anualmente os seus dados estatísticos tendo como base uma recolha da informação mais depurada e registou 54.403 atendimentos que permitiram, em 2019, acompanhar mais de 11 mil vítimas.

A APAV comemora este ano 30 anos de existência, tendo prestado apoio, desde 1990, a mais de 330.000 mil pessoas.

Em 2019 foram registados 54.403 atendimentos nos serviços de proximidade da APAV, designadamente Gabinetes de

Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos, dos 308 existentes.

Terça-feira 14 Abril, 2020

Mais de 11 mil pessoas acompanhadas pela Associação de Apoio à Vítima em 2019

O relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) indica que, em 2019, a instituição acompanhou mais de 11 mil vítimas de crime, oriundas de 273 concelhos do país, dos 308 existentes. Nesse ano, quase 1500 crianças foram vítimas de crime.



Em 2019, a APAV registou 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

Os números apontam para mais de 29 mil crimes e outras formas de violência, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos que são contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79%).

Os atendimentos foram feitos nos serviços de proximidade da associação, designadamente nos Gabinetes de Apoio à Vítima, Linhas de Apoio (Linha de Apoio à Vítima e Linha Internet Segura), Redes Especializadas e Casas de Abrigo.

Segundo o [relatório anual da APAV](#), a maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5%), com idades entre os 25 e os 54 anos (36,6%). Em termos académicos, “tendo em conta os dados que foi possível recolher”, o ensino superior (6,3%) apresentou-se como o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6%).

Os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%) continuam a ser os principais canais de acesso à associação, seguido dos amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%), além da própria vítima.

A procura pela associação faz-se através de contactos telefónicos (57,4%) e presenciais (29,6%).

Segundo o relatório, as 11.676 vítimas assinaladas em 2019 foram alvo de 11.836 autores – destes, cerca de 66% eram do sexo masculino e tinham idades entre os 35 e os 54 anos (18,2%).

As relações de intimidade (45,4%) entre autor do crime e vítima foram as mais encontradas, indica ainda c dados estatísticos apuradas pela APAV.

Os locais do crime mais referenciados para a ocorrência da vitimação foram a residência comum (51,2%), a residência da vítima (16%) e o lugar/via pública (12,1%).

Cerca de 42% das situações foi formalizada queixa/denúncia junto de pelo menos uma entidade policial.

O relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima revela ainda que 1.467 crianças foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018.

Em média, em 2019, chegaram à APAV quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime, 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

Entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A APAV é a maior organização nacional sem fins lucrativos de apoio à vítima de crime, seus familiares e amigos/as.

Neste momento de confinamento, e apesar das restrições aos atendimentos presenciais, a APAV continua operacional, tendo reforçado o apoio à distância, estando disponível nos dias úteis, das 9h às 21h, através da **Linha de Apoio à Vítima | 116 006**, da **Linha Internet Segura | 800 21 90 90**, do **Messenger | apav.portugal** e do **Skype | apav_lav**.

APAV apoiou 11.676 vítimas de violência em 2019, na maioria mulheres

14 ABRIL, 2020

ATUALIDADE

0 COMENTÁRIOS



Os números constam do Relatório Anual de 2019 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), divulgados hoje por aquela entidade e reúnem os dados estatísticos reportados pelos seus 64 serviços de proximidade.

Em 2019, a APAV registou um total de 54.403 atendimentos, mais 18% do que em 2018 e aumentou em 25% o número de vítimas apoiadas: foram 11.676, quando em 2018 tinham sido 9.344.

A APAV registou ainda um aumento de 45% no número de crimes e outras formas de violência que lhe foram denunciadas: de 20.589 em 2018 para 29.816 em 2019.

Mantém-se a tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%): foram 8.394 mulheres adultas – em média, 23 por dia e 161 por semana.

Mas a APAV também apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime: foram em média, quatro por dia, 26 por semana. Foram ainda ajudados 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana), 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana).

Das 11.676 pessoas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica.

"É importante realçar os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela APAV", informa a organização numa nota enviada à comunicação social.

"Sendo a maior organização nacional sem fins lucrativos de apoio à vítima de crime, seus familiares e amigos, a APAV pretende contribuir, com a apresentação deste relatório, para um maior conhecimento das realidades da criminalidade e da vitimação em Portugal", explica a organização.

Na sequência de repto e financiamento do Gabinete da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade (SECI), com o apoio de diversas entidades parceiras, a APAV abriu um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência para vítimas de violência doméstica.

Apesar das restrições aos atendimentos presenciais, a associação reforçou o apoio à distância, estando disponíveis nos dias úteis, das 9h às 21h, através da Linha de Apoio à Vítima 116 006, da Linha Internet Segura 800 21 90 90, do Messenger [apav.portugal](https://www.apav.pt) e do Skype [apav_lav](https://www.apav.pt).

Ana Grácio Pinto

Quatro crimes por dia contra crianças em Portugal

Relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 1.467 crimes contra crianças, em 2019. Em termos gerais, a organização acompanhou mais 11 mil vítimas, oriundas de 273 concelhos

BY FRANCISCO PEDRO 14 DE ABRIL, 2020



Quatro vítimas por dia, 28 por semana. O relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), divulgado esta terça-feira, 14 de abril, revela que, em 2019, se registaram em Portugal 1.467 crimes contra crianças. A maioria das vítimas são do sexo feminino, tem uma média de idades de 11 anos, e, em 27,3 por cento dos casos o autor do crime foi o pai ou a mãe.

Entre os crimes contra crianças reportados à APAV, destacam-se a pornografia de menores (699 casos), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187). Do total de crianças vítimas de crime, 153 tinham entre os zero e os três anos, 109 entre os quatro e os cinco anos, 374 entre os seis e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

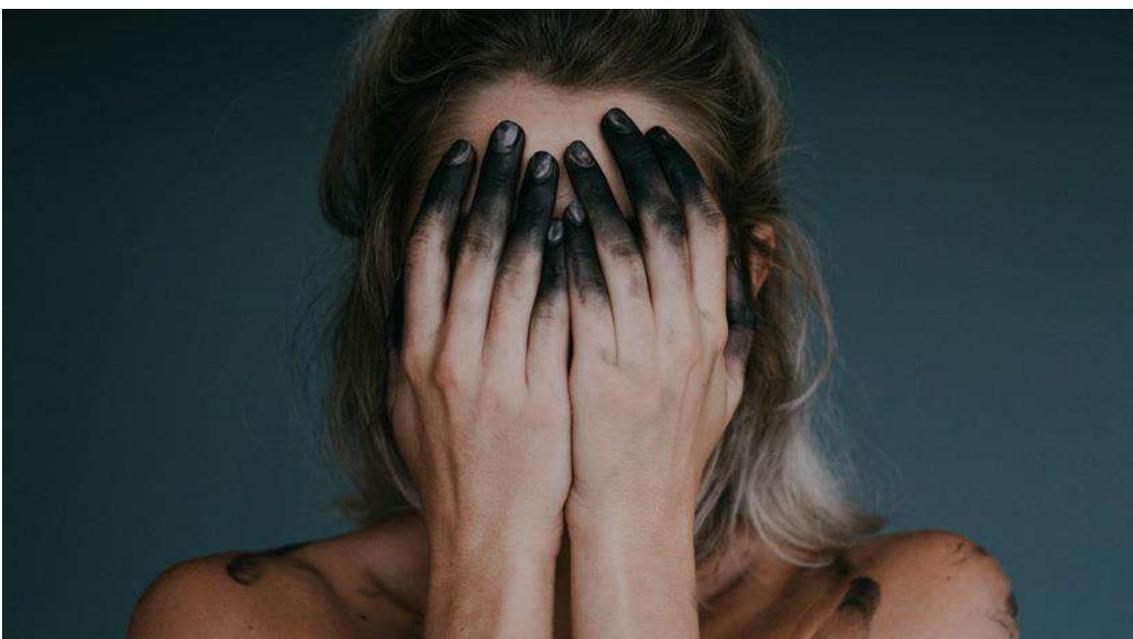
Em termos globais, o ano passado, a associação acompanhou mais de 11 mil vítimas de crime, oriundas de 273 concelhos do país, dos 308 existentes. Estes números correspondem a um total de crimes e outras formas de violência que ultrapassou a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40 por cento, face a 2018.

A maioria dos crimes assinalados, segundo o relatório da APAV, diz respeito aos que são contra as pessoas (95,9 por cento), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79 por cento). Grande parte das vítimas continua a ser do sexo feminino (80,5 por cento), com idades entre os 25 e os 54 anos (36,6 por cento) e em termos académicos, tendo em conta os dados que foi possível recolher, o ensino superior (6,3 por cento) apresentou-se como o grau de ensino mais referenciado, seguindo-se o ensino secundário (4,6 por cento).

QUATRO IDOSOS POR DIA, 28 CRIANÇAS POR SEMANA. AS VÍTIMAS DE CRIME EM 2019

É o balanço da APAV do ano passado. O total de crimes e outras formas de violência assinalados registou um aumento de cerca de 40 por cento em relação a 2018.

Por Revista Dignus / 14/04/2020



Um total de 1467 crianças foi vítima de crime em 2019, mais 532 do que em 2018, segundo o relatório anual da **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)**.

Este número revela que chegaram à APAV em 2019 em média de quatro vítimas por dia, 28 por semana.

Do total de crianças vítimas de crime, 153 tinham entre os 0 e os 3 anos, 109 entre os 4 e os 5 anos, 374 entre os 6 e os 10 anos e 831 entre os 11 e os 17 anos.

As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187).

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9% são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3% dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

Em 2019, foi igualmente registada **uma média de quatro idosos por dia vítimas de crimes, a maioria mulheres**. Os autores foram os filhos ou os cônjuges.

O Relatório Anual da APAV referente a 2019 revela que 1350 idosos foram vítimas de violência, o que em média corresponde a quatro casos por dia ou 28 por semana.

A maioria das vítimas são mulheres (78%) com uma média de idades de 75 anos, tendo a APAV registado que em 31,5% dos casos a violência foi exercida pelos filhos e em 23,4% pelo cônjuge.

Comparando com os últimos anos, a estatística de 2019 aponta **para um aumento do número de crimes contra idosos**.

Em 2017 os dados da APAV revelavam que 944 idosos tinham sido vítimas de crimes, o equivalente a 18 por semana ou a três por dia, um valor equivalente ao registado em 2018 com o registo de 926 vítimas.

Em termos globais, e tendo como base uma recolha da informação mais depurada, a APAV registou em 2019 um total de 54 403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.

O total de crimes e outras formas de violência assinalados ultrapassou em 2019 a faixa dos 29 mil, tendo-se registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018.

Os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%) continuam a ser os principais canais de acesso à APAV, para além da própria vítima.

APAV realizou mais de uma centena de atendimentos a vítimas no distrito

JOSÉ FONSECA

QUARTA, 15 ABRIL 2020



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) realizou no ano passado mais de uma centena de atendimentos oriundos de 17 dos 24 concelhos do distrito de Viseu.

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pela APAV foram registados, no distrito, 103 processos de apoio. O concelho com mais processos foi Viseu com um total de 27, seguindo-se os municípios de Cinfães e Lamego, cada um com 13 processos, e Tondela, com 12 processos. Da lista de concelhos do distrito com processos de apoio constam ainda Armamar (três), Carregal do Sal (dois), Mangualde (um), Mortágua (dois), Nelas (quatro), Penedono (dois), Resende (cinco), São Pedro do Sul (quatro), Santa Comba Dão (quatro), Sátão (um), Tabuaço (três), Tarouca (dois), Vila Nova de Paiva (dois) e Vouzela, com três processos.

Comparado com os dados de 2018, registam-se um aumento de 77 para 103 processos. Em concelhos como Cinfães, o número de apoios mais que duplicou de 2018, quando foram registados seis atendimentos, para 2019. Em Viseu, os atendimentos aumentaram de 18 para 27, em Tondela de seis, em 2018, para 12.

A nível nacional, a APAV registou um total de 54.403 atendimentos, verificando-se um aumento de 18% nos atendimentos face ao ano de 2018.

Verifica-se ainda, de 2018 para 2019, um crescimento de 25% no número de vítimas apoiadas pela APAV (de 9.344 vítimas em 2018 para 11.676 vítimas em 2019) e um aumento de 45% no número de crimes e outras formas de violência reportados (de 20.589 em 2018 para 29.816 em 2019).

A análise do relatório permite ainda aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: em 2019, a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana).

Mais de 80% são mulheres

Os dados de 2019 indicam a manutenção da tendência de anos anteriores, com uma maioria de vítimas do sexo feminino (81%). Das 11.676 vítimas apoiadas pela APAV em 2019, 79% foram vítimas de violência doméstica. É importante realçar os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8% do total assinalado pela APAV.

Associação de Apoio à Vítima regista maior número de vítimas em 2019

QUARTA, 15 ABRIL 2020



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou, em 2019, mais de 11 mil vítimas de crime. Os concelhos mais problemáticos foram Cascais (465), Braga (463), Porto (379), Sintra (316), Lisboa (305), Oeiras (259) e Gaia (262). Os indicadores na região de Aveiro estão longe daqueles números - o concelho de Aveiro, com um total de 44 casos, lidera esta infeliz tabela distrital, seguindo-se Santa Maria da Feira. Murtosa, Sever do Vouga e Vagos não aparecem na lista.

A APAV fez as contas à sua actividade no ano passado: 54.403 atendimentos (mais 18 por cento do que no ano anterior), 29.816 crimes e outras formas de violência (mais 45 por cento) e 11.676 vítimas (mais 25 por cento). A maioria dos crimes assinalados são crimes contra pessoas (95,9 por cento), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79 por cento). A APAV realça também os crimes contra o património, que em 2019 representaram 1,8 por cento do total assinalado pela associação.

Leia a notícia completa na edição em papel.

“Não se cale, não se isole, combine sinais” – Associação Mulher Séc. XXI

“Não tenha vergonha do escândalo público, peça socorro, se necessário, grite bem alto e fuja para as escadas do prédio ou rua” aconselha a Associação sediada em Leiria.



Publicado há 6 dias em 15 de Abril de 2020
Por Ana Marisa Vieira



O confinamento social para a contenção do novo coronavírus aumenta o perigo para situações de violência doméstica, já que a vítima fica mais exposta ao agressor.

Ana Bastos, da Mulher Século XXI – Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres, aconselha a que a vítima **“não se cale, não se isole, combine sinais, palavras-chave para situações de perigo iminente, para que chame a polícia se necessário (exemplo: batidas nas portas, paredes ou chão)”**, partilhando mesmo a sua situação com amigos ou vizinhos.

A vítima deverá manter-se **“atenta/o aos sinais que antecedem uma situação de conflito (aumento do tom de voz; gestos bruscos, alteração nas expressões faciais)”** e **avaliar antecipadamente “os locais mais seguros de casa, que tenham acesso a telefones e locais por onde sair rapidamente se precisar de fugir”**.

Em casos onde existam filhos, Ana Bastos, da Associação Mulher Século XXI, sugere que **“ensine os seus/suas filhos/as a pedir ajuda e a não se envolverem na agressão”**, combinando um código caso seja necessário pedir ajuda ou mesmo abandonar a casa.

“Não tenha vergonha do escândalo público, peça socorro, se necessário, grite bem alto e fuja para as escadas do prédio ou rua” aconselha ainda a Associação sediada em Leiria.

Alertas e conselhos para que os casos de violência doméstica, no mínimo, não aumentem com a pandemia de Covid-19.

No distrito de Leiria, o número de casos novos recebidos pela Associação Mulher Séx. XXI, até dia 14 de abril, manteve-se ligeiramente abaixo do mesmo período de 2019.

Desde o dia 1 de janeiro até ao dia 14 de abril de 2020, a Associação de Apoio à Mulher atendeu um total de 49 casos (janeiro – 17, fevereiro – 14, março – 15 e até ao dia 14 de abril – 4).

Em 2019, “os números não se elevaram exponencialmente, houve um aumento no mês de janeiro (2 casos mais que em 2019) e fevereiro (1 caso mais que me 2019) no entanto os números decrescem em março e abril”, explica Ana Bastos apontando para um total de 60 casos.

Quanto aos “atendimentos gerais de utentes em acompanhamento”, a Associação aponta um aumento ligeiro com “com pedidos de informações gerais relativas aos seus processos individuais informações jurídicas”.

Um possível aumento da violência doméstica nesta fase de pandemia está em cima da mesa para vários governos. **Em França, as farmácias tornaram-se num ponto de encontro. Foi criada a expressão de código “Máscara-19” para as vítimas poderem pedir ajuda.**

Contudo, e apesar desta iniciativa também ter circulados nas redes sociais **em Portugal, a campanha nunca esteve em vigor**, como alertou a Associação de Apoio à Vítima (APAV).

Associação de Apoio à Vítima regista maior número de vítimas em 2019

QUARTA, 15 ABRIL 2020



Já no âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência, foram ministradas 1.911 actividades formativas, abrangendo um total de 47.171 formandos/participantes.

Em comunicado, a APAV relembra que neste momento de confinamento, “continua disponível para prestar apoio”. “Apesar das restrições aos atendimentos presenciais”, continuamos operacionais e reforçámos o apoio à distância, estando disponíveis nos dias úteis, das 9h às 21h, através da Linha de Apoio à Vítima | 116 006, da Linha Internet Segura | 800 21 90 90, do Messenger | [apav.portugal](https://www.apav.pt) e do Skype | [apav_lav](https://www.apav.pt).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou, em 2019, mais de 11 mil vítimas de crime. Os concelhos mais problemáticos foram Cascais (465), Braga (463), Porto (379), Sintra (316), Lisboa (305), Oeiras (259) e Gaia (262). Os indicadores na região de Aveiro estão longe daqueles números – o concelho de Aveiro, com um total de 44 casos, lidera esta infeliz tabela distrital, seguindo-se Santa Maria da Feira. Murtosa, Sever do Vouga e Vagos não aparecem na lista.

A APAV fez as contas à sua actividade no ano passado: 54.403 atendimentos (mais 18 por cento do que no ano anterior), 29.816 crimes e outras formas de violência (mais 45 por cento) e 11.676 vítimas (mais 25 por cento). A maioria dos crimes assinalados são crimes contra pessoas (95,9 por cento), com especial relevo para os crimes de violência doméstica (79 por cento). A APAV realça também os crimes contra o património, que em 2019 representaram 1,8 por cento do total assinalado pela associação.

Leia a notícia completa na edição em papel.

Apoio à vítima: 117 pessoas pediram ajuda no distrito de Viseu em 2019

por Redação 15 de Abril de 2020, 15:34



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu 117 vítimas oriundas do distrito de Viseu, ao longo de 2019. O número representa um aumento de mais 36 vítimas face aos dados de 2018, onde constavam 81 casos.

Os dados constam do último relatório estatístico divulgado pela instituição no seu site. Ao todo, em 2019, a APAV atendeu vítimas em 21 concelhos do distrito.

Os concelhos com mais casos foram Viseu (27), Lamego (13), Cinfães (13) e Tondela (12).

Seguem-se Moimenta da Beira (6 casos), Resende (5), S. João da Pesqueira (5), S. Pedro do Sul (4), Santa Comba Dão (4), Nelas (4), Vouzela (3), Armamar (3), Castro Daire (3), Tabuaço (3), Mortágua (2), Carregal do Sal (2), Penedono (2), Tarouca (2), Vila Nova de Paiva (2), Sátão (1) e Mangualde (1).

Em comparação com 2018, Penedono passou a ter duas vítimas, quando antes não tinha nenhuma. Nesse ano anterior, Oliveira de Frades e Penalva do Castelo tinham duas vítimas registadas pela APAV em ambos os territórios. Agora não têm.

Já Sernancelhe não teve, em 2018 e 2019, nenhuma vítima atendida pela associação.

A nível nacional, houve um aumento de atendimentos a vítimas para 54.403, mais 18 por cento em comparação com 2018.

A APAV apoiou vítimas oriundas de 273 concelhos do país. Em 2019, foram atendidas 11.676 vítimas, um aumento de 25 por cento em comparação com o ano anterior. Os crimes também aumentaram 45 por cento para 29.816.

A grande maioria destes crimes foi contra pessoas, representando 95,9 por cento das ocorrências registadas em 2019, ou seja, 28.602 crimes. 79,1 por cento destes crimes foram de violência doméstica (23.586 crimes).

A maioria das vítimas foram mulheres, com 80,5 por cento, e com idades entre os 25 e os 54 anos de idade (36,6 por cento). Os homens representaram 18,7 por cento. A idade média das vítimas era de 42 anos.

Já os autores de crime foram apurados em 11.836, sendo que cerca de 66 por cento eram homens. Entre vítimas e autores de crimes, 45,4 por cento tinham relações de intimidade.

Violência disparou em 2019 e as mulheres são as principais vítimas

Quarta-feira, 15 Abril 2020

DELAS

Crimes contra idosos e crianças dispararam em 2019, tal como a violência doméstica. Veja os números da APAV em ano negro para as mulheres portuguesas



[Fotografia: iStock]

Uma **média de quatro idosos por dia, a maioria mulheres, foram vítimas de crime em 2019** tendo como autores os filhos ou os cônjuges, segundo as estatísticas anuais da **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)** divulgadas na terça-feira, 14 de abril. O Relatório Anual da APAV referente a 2019 faz eco de uma preocupação que a **entidade tinha já dado conta ao Delas.pt ao longo do ano passado** e revela que **1.350 idosos foram vítimas de violência, o que em média corresponde a quatro casos por dia ou 28 por semana.**

A maioria das vítimas são mulheres (78 por cento) com uma média de idades de 75 anos, tendo a APAV registado que em 31,5 por cento dos casos a violência foi exercida pelos filhos e em 23,4 por cento pelo cônjuge.

Comparando com os últimos anos, a **estatística de 2019 aponta para um aumento do número de crimes contra idosos. Em 2017 os dados da APAV revelavam que 944 idosos tinham sido vítimas de crimes**, o equivalente a 18 por semana ou a três por dia, um valor equivalente ao registado em 2018 com o registo de 926 vítimas.

Em termos globais, e tendo como base uma recolha da informação mais depurada, a **APAV registou em 2019 um total de 54.403 atendimentos que permitiram acompanhar mais de 11 mil vítimas.**

Violência doméstica e crimes contra crianças sobem

O total de crimes e outras formas de violência assinalados ultrapassou em 2019 a faixa dos 29 mil, tendo-se **registado um aumento de cerca de 40% do total face a 2018**. A maioria dos crimes assinalados diz respeito aos crimes contra as pessoas (95,9%), com especial relevo para os **crimes de violência doméstica** (79%).

Violência doméstica: Mais 100 vagas e três novas estruturas a caminho

Também as crianças estão ainda mais vulneráveis. Um **total de 1.467 foram vítimas de crime em 2019, mais 532 do que em 2018**, segundo o relatório anual da APAV. Ora, tal significa que foi registada uma média de quatro vitimas por dia, 28 por semana. Do total de crianças vítimas de crime 153 tinham entre os zero e os três anos, 109 entre os quatro e os cinco, 374 entre os seis e os dez anos e 831 entre os 11 e os 17 anos. As estatísticas da APAV revelam ainda que entre os crimes contra crianças reportados à associação destacam-se a **pornografia de menores (699), o abuso sexual de crianças com idade inferior a 14 anos (305) e os crimes de violação (187)**.

Relativamente ao perfil das vítimas, os dados da APAV revelam que 61,9 por cento são do sexo feminino com média de idades de 11 anos e que em 27,3 por cento dos casos o autor do crime é pai ou mãe.

A associação realça também os crimes contra o património que, em 2019, representaram 1,8 por cento do total assinalado pela APAV. **Os Órgãos de Polícia Criminal (19,6%), bem como os amigos/conhecidos e vizinhos (14,8%)** continuam a ser os **principais canais de acesso à APAV**, para além da própria **vítima**. As zonas do país onde houve mais vítimas apoiadas foram Cascais (465), Braga (463), Porto (379), Sintra (316), Lisboa (305), Oeiras (259) e Vila Nova de Gaia (262).

Carla Bernardino com Lusa

Como reconhecer a violência no namoro

by Cláudia Mendonça — 15 Abril, 2020

Atualmente, é difícil nunca ter ouvido falar de alguém que sofra (ou já tenha sofrido) de violência no namoro ou de violência doméstica. Ademais, se em tempos a sociedade relegava estas questões para o foro íntimo do casal, hoje pode – e deve – denunciar situações destas.

Mas sabes exatamente o que é a **violência no namoro**? Sabes como identificá-la?

É importante aclarar tudo a este respeito.

O que é a violência no namoro?

Segundo à APAV, «é um ato de violência pontual ou contínua cometido por um dos parceiros (ou por ambos), numa relação de namoro». Basta que uma das pessoas aja de forma a dominar, humilhar ou subjugar a outra para que devamos estar alerta.

E desengane-se quem considere que é só em casais adultos que a violência surge. Aliás, a **violência no namoro** é cada vez mais comum em adolescentes, o que é uma janela aberta para futuros casamentos abusivos.



Alguns sinais de violência

É crucial que conheças **os principais sinais de violência** para que os consigas reconhecer na tua ou na relação de uma amiga.

São eles:

- ter crises de ciúmes frequentes e despropositadas;
- limitar o convívio com determinadas pessoas;
- adotar uma postura agressiva sem motivo;
- controlar obsessivamente os contactos recebidos, os horários e os locais que o/a companheiro/a frequenta;
- justificar as suas atitudes violentas com os comportamentos do outro;
- insistir para ter relações sexuais, mesmo que o desejo não seja mútuo.

Mas é claro que estes são apenas os primeiros sintomas de uma relação abusiva... Na sua forma mais grave a violência é inequívoca, manifestando-se:

- no psicológico – com manipulação e extremo controlo;
- a nível verbal – com críticas e comentários propositadamente ameaçadores;
- a nível físico – com empurrões, murros ou qualquer ação que intente contra a integridade física do/a parceiro/a.

O agravamento da violência em confinamento

Mas todos estes sinais surgem sobretudo em privado, o que torna o confinamento devido à Covid-19 particularmente propício ao agravamento da violência.

Por isso, é natural que muitas vítimas de **violência no namoro** se sintam, agora, ainda mais vulneráveis e com dificuldade em pedir socorro...

Assim, se te consideras uma vítima de violência, sabe que, agora mais do que nunca, deves pedir ajuda caso te sintas ameaçada. Se reconheceres estes padrões de comportamento num vizinho/a, familiar ou amigo/a deves denunciar a situação e, claro, dar apoio à vítima.

A **violência no namoro** é sempre intolerável e o confinamento não pode ser uma desculpa.

Estado vai poupar milhões e dinheiro deveria apoiar reinserção de reclusos, diz associação

O governo aprovou legislação que irá libertar cerca de dois mil reclusos por perdão de pena, antecipação de condicional e por indulto. A associação Confiar - que faz a promoção da justiça restaurativa - diz que bastava um milhão para melhorar o apoio à reinserção social em todo o país.



Lei aprovada pelo governo libertou 500 presos em dois dias.

Ana Mafalda Inácio
15 Abril 2020 — 00:12



TÓPICOS

- COVID-19
- coronavírus
- prisões
- reclusos
- Justiça

O combate ao covid-19 veio exigir também medidas excecionais na área da justiça. Aliás, foi mesmo a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, quem veio alertar para a necessidade de se tomarem medidas urgentes, de forma a impedir uma situação sanitária dramática dentro das 49 prisões de todo o país, caso aparecesse um infetado - **já que está definido que um infetado com este novo coronavírus, de transmissão agressiva, pode infetar em média entre 2,5 e 3 pessoas.**

E foi neste sentido, e tendo por base o princípio da precaução em saúde pública bem como razões humanitárias - no caso de reclusos com doenças graves -, que, numa semana, o governo legislou, o Parlamento aprovou e o Presidente da República promulgou [a Lei 9/2020, que entrou em vigor na passada sexta-feira.](#)

Desde este dia que os mandados emitidos pelos tribunais de execução de penas estão a chegar aos serviços centrais e aos estabelecimentos prisionais para ser dado andamento aos processos de libertação, mas deste grupo a lei exclui os reclusos que cometeram crimes de homicídio, sexuais, violência doméstica e "contra membros das forças policiais e de segurança, forças armadas e guardas dos serviços prisionais, no exercício das respetivas funções".

Até esta segunda-feira, dia 13 de abril, e de acordo com fonte da Direção-Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP), já tinham sido cumpridos 760 mandados de execução, mas os critérios definidos na nova lei deverão abranger entre 1700 e 2000 reclusos, segundo avançou a própria ministra.

Esta tomada de posição do governo já foi criticada por alguns, aplaudida por outros. As associações que trabalham com reclusos e com vítimas defendem que não comentam decisões do poder político tornadas legais, mas alertam para o facto de a situação poder ser uma oportunidade para se repensar o sistema prisional e o trabalho de reinserção social que está a ser feito.

O presidente de uma destas associações, a Confiar - Associação de Fraternidade Prisional, que integra o projeto Prison Fellowship International, que trabalha com reclusos, promovendo a reinserção social e a justiça restaurativa, já veio lançar um alerta: **"É altura de repensar o sistema prisional e a reinserção social. É altura de se olhar para as associações como parceiros e não como voluntários que apenas servem para entreter reclusos"**, defendeu ao DN Luís Gagliardini Graça.

Reforçando: "É uma excelente oportunidade para se usar as associações, IPSS e a comunidade como um todo para melhorar a reinserção social. Não é soltando as pessoas que o Estado vai aumentar o que já faz na reinserção social. Por isso, o que solicitamos ao poder político é que deem condições às associações para que essa reinserção possa ser melhorada e passar a ser feita de forma sistematizada e com mais apoio."

Estado vai poupar quatro milhões, parte deveria apoiar a reinserção social

A Confiar tem como projeto o desenvolvimento de um programa de justiça restaurativa, que assenta na recuperação e na reinserção dos reclusos. Na verdade, **um projeto que já resultou na assinatura de um protocolo com a DGRSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com a Associação de Apoio à Vítima (APAV) e com a Câmara Municipal de Cascais, para o desenvolver e alargar, já que o objetivo é estendê-lo ao resto do país.**

Neste momento, estão a funcionar só com uma casa de saída no concelho de Cascais, onde são recebidos os reclusos que aceitam integrar o projeto, e que tem capacidade para acolher cinco a seis reclusos. "Temos três pessoas na casa e já comunicámos ao Estabelecimento do Linhó que temos capacidade para receber mais duas pessoas que possam sair no âmbito das medidas agora aprovadas e que não tenham para onde ir. **Mas, sejamos realistas, estamos a falar de duas vagas, quando poderá haver pessoas nesta situação em todo o país. Daí o nosso alerta para que este projeto possa ser alargado a muitos outros concelhos.**"

Luís Gagliardini Graça vai mais longe e apela mesmo ao poder político para que use uma pequena parte do que vai poupar com a saída destes reclusos para poder apoiar as associações que promovem a reinserção social.

"Um estudo realizado pela Nova Business School of Economics prova que por cada euro investido no nosso trabalho, na nossa ação enquanto IPSS na área da reinserção social, devolvemos à comunidade quatro euros. Ora, com a libertação de dois mil reclusos o Estado terá poupado, em números redondos, cerca de quatro milhões de euros ao fim de um ano - tendo em conta custos diretos, cama, mesa e roupa lavada. **Se uma pequena parte deste montante fosse investido no trabalho das associações mais centros de apoio familiar poderiam ser abertos no futuro para se melhorar o regresso destas pessoas à sociedade.**"

O presidente da Confiar argumenta que um milhão de euros bastaria para se abrir, pelo menos, dez centros de apoio familiar aos reclusos, tendo em conta que cada centro custa à volta de 80 mil euros. Sublinhando que todo o dinheiro investido seria poupado à sociedade.

Holanda é exemplo na justiça restaurativa

Luís Graça dá ainda como exemplo outras associações congéneres da Confiar existentes em países da União Europeia e que estão a dar resultados tendo por base a filosofia da justiça restaurativa. "É assim que se está a funcionar na Holanda através da integração da atividade das associações privadas com os poderes públicos, voluntariado e comunidade. **A nossa congénere da Prison Fellowship tem 24 funcionários e cerca de 500 voluntários e está a ser um sucesso. As prisões como as conhecemos estão a encerrar**", assegura.

Portugal ainda está longe de uma realidade assim. A prová-lo estão os números da reincidência no crime - 75% dos reclusos acabam por reincidir. Uma situação que poderia ser diferente se houvesse uma verdadeira aposta num modelo de justiça de recuperação dos reclusos. **"O problema não é do Ministério da Justiça nem da DGRSP. O problema é de todos nós e se os reclusos forem mal enquadrados, os problemas podem ser muito maiores do que se os deixarmos confinados na prisão"**, alerta.

"O governo tomou a decisão de libertar reclusos mediante determinadas regras. As propostas têm um tempo, a ação tem outro. E este é o momento de a Confiar e as suas equipas irem ao encontro desta população que precisa de apoio e orientação", sublinha. **O que está em causa não é, portanto, a decisão política, "essa fica para os políticos, mas a dignidade da pessoa humana no contexto de um Estado de direito que tomou uma medida legítima e que a tornou legal"**.

É por isso que a Confiar vem alertar para a manutenção do investimento nas associações, acreditando que a redenção social também pode ser conseguida através desta libertação antecipada e neste contexto. "Há mais na justiça do que mero castigo, há integração, há redenção, há humanidade, há esperança. Deem-nos os meios e garantiremos apoio a esta comunidade, com a qual trabalharemos no sentido de prevenir comportamentos de risco e à qual prestaremos apoio social e psicológico. Não nos substituímos ao Estado e nem às instituições públicas, somos um parceiro social com provas dadas e com um espírito de missão e de cidadania."

APAV espera que seja cumprido direito de informação à vítima

A APAV, parceira da Confiar neste projeto de justiça restaurativa, não comenta a decisão política, até porque deste grupo de reclusos estão excluídos os que cometeram crimes de sangue, sexuais e de violência doméstica, que são aqueles com que trabalha mais pelo apoio que dá às vítimas.

No entanto, Frederico Marques, jurista desta associação, espera que estejam a ser cumpridas todas as regras que constam do Código de Execução de Penas, nomeadamente o direito de informar uma vítima que o autor de um crime irá ser posto em liberdade. **"Esta é uma das nossas preocupações em relação a esta medida e às vítimas, já que em tempos normais, tal regra é muitas vezes esquecida", frisa o jurista. "O código prevê em vários pontos que seja tido em conta o interesse da vítima, mas muitas vezes isso não acontece. Desde logo há um dever de as autoridades informarem a vítimas em caso de libertação ou de fuga por parte de um autor de crime, que possa colocar em causa a segurança da vítima. Esta é a nossa preocupação e esperamos que seja cumprida."**

Os mandados de execução de penas emitidos pelos tribunais vão continuar a chegar aos serviços centrais e aos estabelecimentos prisionais,. Além dos reclusos que estão abrangidos pelo perdão de penas, pela antecipação da condicional e pelos indultos atribuídos pelo Presidente da República, o que só deverá acontecer no final desta semana ou início da próxima, há outros que terão direito a uma licença especial de saída precária de 45 dias.

Neste momento, garantiu fonte oficial da DGRSP, **está a ser ultimado todo o expediente que permitirá a alguns reclusos usufruírem de uma licença de 45 dias**, desde que aceitem o confinamento ao domicílio. Esta medida destina-se a reclusos que já usufruíram desta medida e que a cumpriram, saindo e regressando conforme as regras.

A mesma fonte disse não se saber quantos reclusos poderão estar enquadrados nesta medida. Sabe-se, no entanto, que por ano há cerca de dez mil saídas precárias, podendo cada recluso ter três a quatro saídas precárias. Portanto, "o número não chega sequer a metade das saídas, nem de longe nem de perto". O diretor-geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais esteve durante esta terça-feira a assinar documentação destinada ao cumprimento desta medida. Por isso, é natural que a partir desta quarta-feira os estabelecimentos comecem a executá-la para que os reclusos possam usufruir dela.

OS NÚMEROS DA APAV

OS 20 CRIMES MAIS REGISTRADOS

Violência Doméstica	23 586
Ameaça/coação	971
Pornografia de menores	699
Perseguição (stalking)	580
Ofensa à integridade física (simples)	469
Meus-tratos	318
Difamação/Injúrias	315
Abuso sexual de crianças*	305
Violação	187
Importunação sexual	161
Bullying	150
Ofensa à integridade física (grave)	125
Violação domicílio/perturb. vida privada	113
Devassa de vida privada/imagens ilícitas	93
Dano	92
Outros crimes sexuais	89
Burla	88
Cibercrime	84
Furto: outros furtos	70
Extorsão	61

LOCAL DO CRIME

Residência comum	5455
Residência da vítima	1703
Via pública	1284
Residência do autor	761
Local de trabalho	424
Veículo automóvel	110
Escola	100
Estabelecimento de ensino	74
Centro comercial	63
Instituição de acolhimento	37
Unidade de saúde	34
Outros	596

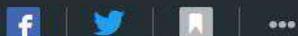
IDADE DA VÍTIMA



Os números da APAV

Saiba tudo nesta infografia.

15 de Abril de 2020 às 01:30



APAV lança 2.ª edição do Prémio APAV para o Jornalismo

16 ABRIL 2020



2020
prémio **APAV**
para o jornalismo

apoio



Com o propósito de reconhecer a qualidade, a relevância e a importância do jornalismo feito em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima lança a segunda edição do **Prémio APAV para o Jornalismo**.

O Prémio, que conta com o apoio El Corte Inglés, é atribuído anualmente à melhor peça jornalística que, no ano anterior, tenha contribuído para o conhecimento dos temas ou problemas relacionados com o apoio às vítimas de crime em Portugal.

Poderão concorrer trabalhos jornalísticos desenvolvidos nas seguintes categorias: imprensa, rádio, televisão, jornalismo digital e ilustração/cartoon. **As candidaturas deverão ser submetidas, até dia 31 de maio**, através de formulário online: bit.ly/premio_apav.

O Prémio APAV para o Jornalismo tem um valor monetário de 1.500 euros e será ainda entregue um troféu, da autoria do designer Gonçalo Falcão.

O painel de jurados é constituído por Álvaro Laborinho Lúcio (Associado-Fundador e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APAV), Sofia Branco (Presidente do Sindicato dos Jornalistas) e André Sendin (Presidente da Escola Superior de Comunicação Social). A data de entrega do Prémio será divulgada futuramente.

Para mais informações: apav.pt/premiojornalismo



APAV lança 2ª edição do prémio para o jornalismo

Por MARTA SOUSA - 16/04/2020



2020
prémio **APAV**
para o jornalismo

apoio



Com o propósito de reconhecer a qualidade, a relevância e a importância do jornalismo feito em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima acaba de lançar a segunda edição do Prémio APAV para o Jornalismo.

Poderão concorrer trabalhos jornalísticos desenvolvidos nas categorias de imprensa, rádio, televisão, jornalismo digital e ilustração ou cartoon. As candidaturas deverão ser submetidas, até dia 31 de maio, através de formulário online, disponível na página de internet da APAV.

O Prémio, no valor de 1.500 euros, é atribuído anualmente à melhor peça jornalística que, no ano anterior, tenha contribuído para o conhecimento dos temas ou problemas relacionados com o apoio às vítimas de crime em Portugal.

O painel de jurados é constituído por Álvaro Laborinho Lúcio, Associado-Fundador e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APAV; Sofia Branco, Presidente do Sindicato dos Jornalistas e André Sendin, Presidente da Escola Superior de Comunicação Social. A data de entrega do Prémio será divulgada futuramente.

Para mais informações consulte [o regulamento na página do concurso](#).



Violência doméstica: Novos pedidos de ajuda já diminuíram em 15%

Por [Joana Almeida Carvalho](#) e [Rute Cardoso](#) / 18:20 - 16 Abril, 2020 / 55 / 0 /

Já foram tomadas diversas medidas para combater a violência doméstica em época de isolamento provocado pela pandemia de COVID-19. A "Máscara-19" não foi uma delas.



O número de novos pedidos de ajuda já diminuiu só no mês de março. [FOTO: DR/PEXELS](#)

“O número de denúncias [de violência doméstica] diminuiu e o número de novos pedidos” também, assegura, ao JPN, Daniel Cotrim, psicólogo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). O psicólogo confirma que **em março, houve menos 15% de “atendimentos novos** relativos a violência doméstica, comparando com fevereiro” deste ano. O que “não quer dizer que esteja tudo bem”, pois, diz, **vive-se numa “tranquilidade aparente”**.

O psicólogo da APAV aponta alguns motivos para as denúncias terem diminuído, tais como a **“ansiedade e medo que a pandemia gerou”** e o facto de terem sido **“tomadas medidas completamente inéditas na nossa democracia”** que levaram a situações de **“lay-off e desemprego”**.

A associação aposta em **“apelar à consciência cívica dos vizinhos, das comunidades”** nestes tempos. “Se até dia 01 de março contávamos até dez para saber se devíamos chamar a polícia, agora não temos sequer que contar”, afirma Daniel Cotrim.

Para quem estiver em situações de risco, o psicólogo aconselha a “aproveitar quando têm de sair, ir às compras, ir à farmácia” para “combinar com os vizinhos sinais” e “**não adotar comportamentos que sejam confrontativos**”.

A **população tem contactado a APAV** para perceber como vão continuar a trabalhar nesta altura atípica. Sem a possibilidade de apoio presencial, a associação vai continuar a fazer o “*follow-up* de situações de violência doméstica que já estavam a ser acompanhadas” à distância, segundo Daniel Cotrim.

Com o financiamento concedido pela secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, foram inaugurados, na segunda-feira (07), **dois centros de acolhimento temporário de emergência em Portugal**, um para o Norte e outro para o Centro/Sul do país. A APAV é a responsável pela gestão do centro na área metropolitana de Lisboa.

No total, os centros têm **capacidade para cerca de 100 pessoas**, e visam acolher “mulheres, acompanhadas ou não por crianças ou jovens até aos 18 anos”, como explica Daniel Cotrim. “**A partir do momento em que os centros começaram a funcionar começaram a ter alguma procura**”, mas “**não é uma procura imediata**”, sublinha o psicólogo.

A parceria com o Ministério da Saúde permite **agilizar a realização de testes à COVID-19**, estando também disponíveis quartos de espera e confinamento, se necessário.

Com o objetivo de **complementar os serviços telefónicos disponíveis** para auxiliar vítimas de violência doméstica, a Fundação Vodafone Portugal em conjunto com o Governo, criou uma **linha de apoio SMS**. Disponível desde 27 de março, a ideia surgiu depois da criação de um **e-mail de emergência** (violencia.covid@cig.gov.pt). Segundo o comunicado do gabinete da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, “**o confinamento de mulheres e crianças no espaço doméstico junto com agressores**” pode “**limitar a sua capacidade de pedir ajuda**”.

A linha 3060 “permite o envio de mensagens de texto rápidas (SMS) pelas vítimas que queiram pedir ajuda”, de forma **gratuita e confidencial**, segundo a mesma fonte. A equipa especializada da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), em conjunto com toda a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, vai responder aos pedidos de ajuda.

Relativamente à alegada campanha Máscara-19, **a APAV já foi contactada por diversos farmacêuticos a pedir informações ou a esclarecer dúvidas**.

“Máscara-19”

A “Máscara-19” **não está em funcionamento** em Portugal, **nem disponível em nenhuma farmácia. Um cartaz** divulgado pela Assembleia Feminista de Lisboa (AFL) **circulou pelas redes sociais e resultou em centenas de partilhas.**

A imagem divulgava a “máscara-19” que **serviria para as vítimas de violência doméstica pedirem ajuda nesta altura de isolamento social.** O cartaz explicava que as vítimas apenas tinham de se dirigir a uma farmácia e pedir uma “máscara-19” e o farmacêutico saberia como agir de seguida.

A campanha começou a ser divulgada como uma forma de criar uma **palavra-chave** que as vítimas pudessem utilizar, algo que já era feito noutros países.

Apesar de esta campanha nunca ter estado ativa, a AFL admitiu o erro e as falhas de comunicação e apagou a imagem das redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) e lançou um comunicado sobre a “mascara-19”.

No cartaz, o **Hospital São João também está representado.** Segundo avançou o jornal *Expresso*, o Hospital São João mostrou-se disponível para colaborar com a iniciativa mas, posteriormente, não chegou a receber qualquer indicação sobre os procedimentos a adotar.

“A ‘mascarilla-19’ foi iniciada pelo Instituto Canário de Igualdade do Governo das Canárias, e tendo em conta o sucesso, **pareceu-nos urgente transpô-la para o contexto português**”, explicou a AFL ao *Expresso*.

A Associação Feminista de Lisboa contactou várias entidades nomeadamente, a Associação Nacional de Farmácias, os serviços farmacêuticos nacionais, a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género e a Ordem dos Farmacêuticos. No entanto, **não houve qualquer vínculo ou apoios institucionais** e, segundo o que a Ordem dos Farmacêuticos explicou ao *Expresso*, “qualquer divulgação que tenha ocorrido desta campanha terá sido a título individual, por serviços farmacêuticos, farmácias ou pelas próprias associações”.

O problema agravou-se quando um perfil privado lançou a campanha, tornando-a pública. Posteriormente, a AFL tomou a decisão de avançar com o cartaz e com a campanha, mesmo sem esta estar implementada na Farmácia do Centro Hospitalar de São João, única farmácia de que havia referência.

A **campanha foi retirada** pela Associação Feminista de Lisboa depois de entidade contactar o Hospital de São João e de ter sido informada que o “centro hospitalar está sob **tutela governamental e que os serviços farmacêuticos teriam de suspender a campanha**”, como consta na notícia referida.

Artigo editado por Filipa Silva.

COVID-19: Maus-tratos infantis não podem passar para segundo plano

Por Maria Simiris - 16 de abril de 2020 - 11:30



Número de sinalizações ainda não aumentou, mas as instituições que apoiam os mais frágeis temem a «aparente acalmia» na violência doméstica. Ouvida pelo barlavento, Nídia Cavaco, presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Faro, não esconde a sua preocupação.

O confinamento em casa é a fórmula coletiva para o lema «vamos ficar todos bem», apesar de ninguém saber muito bem quando. O problema é que, até lá, com o isolamento social, as situações de risco podem vir a agravar-se.

Nídia Cavaco, presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Faro, não esconde a sua preocupação.

«Antes, as crianças almoçavam nas escolas e tinham direito a um lanche. Há famílias com três ou quatro filhos que receamos que possam estar a passar grandes dificuldades. Pese embora, que a sociedade civil se esteja a organizar e muitas entidades estão a fazer esforços para entregar cabazes e refeições confeccionadas. Nesse aspeto, julgamos que há algum suporte para quem precisa». No entanto, a alimentação não é o maior receio por parte da responsável.

«A minha principal preocupação são as crianças e os jovens sujeitos a ambientes e climas de conflitos constantes. São feridas difíceis de sarar que podem durar uma vida inteira, causar traumas e desequilíbrios», sublinha ao barlavento.

Embora todas as atividades das várias CPCJ da região algarvia continuem asseguradas, e apesar de os técnicos permanecerem disponíveis, os planos de contingência para minimizar a pandemia da COVID-19 em vigor ditam que todos os contactos presenciais, atendimentos, visitas domiciliárias e eventos sejam suspensos.

«Contactamos com alguns jovens, com idades superiores a 12 anos, ou então com os seus responsáveis legais, à distância. Há outras entidades, sobretudo no apoio psicológico, que agora estão disponíveis através de videochamada», explica.

Apesar de, até à data, o número de sinalizações ainda não ter um aumento notável, a verdade é que «os casos de violência doméstica continuam a surgir das mais variadas formas. São o nosso principal motivo de atuação. Nesta fase, parece que há uma aparente acalmia», embora isto possa ser apenas a face escondida de uma *bomba-relógio* social.

Trata-se de uma «acalmia deturpada devido ao isolamento e à situação da convivência familiar forçada no âmbito do estado de Emergência. As escolas fecharam, as empresas pararam e quase todas as atividades coletivas foram suspensas».

«Vivemos um enclausuramento forçado. As vítimas acabam por perder a liberdade e passam a estar controladas 24 horas por dia, o que invalida e limita os pedidos de ajuda dos jovens, das mães ou dos pais. Isto preocupa-nos porque sabemos que a violência doméstica não diminuiu. Até as famílias ditas normais não estão preparadas para esta relação forçada de convívio», compara.

O pior é que «quando esta relação é forçada, as tensões têm tendência para se agravarem. Foram criadas uma série de linhas específicas de apoio à COVID-19 por parte das entidades de saúde e de várias autarquias. Mas uma vítima que está em casa controlada por um agressor, como é que faz? Essa é a minha real preocupação», sublinha.

Para tentar minimizar os riscos, a CPCJ de Faro contacta com frequência todas as famílias sinalizadas para saber qual o ponto de situação e como é que o isolamento está a afetar as relações familiares, o contexto económico, a carência social e a parte emocional. Ainda assim, este tipo de inquérito não é o ideal.

«Este contacto pode despoletar uma situação de conflito ou agudizar a que já existe. É um risco muito grande que temos de correr porque não temos outra forma de aferir neste momento», admite.

Só na manhã de quinta-feira, dia 9 de abril, a Polícia de Segurança Pública (PSP) encaminhou três casos para a CPCJ de Faro. «Ou seja, três famílias com agressões físicas graves na presença de crianças ou jovens», explicita Nídia Cavaco.

Quão grave é o que se passa entre quatro paredes? «Acompanhei uma situação de uma vítima que à noite, para evitar adormecer, sentava-se numa cadeira e colocava os pés num alguidar de água fria. Um dos filhos dormia encostado à porta do quarto e não na cama, para poder socorrer a mãe mais rapidamente, assim que ouvisse gritos».

Ainda segundo a responsável, que já soma uma experiência de 22 anos a lidar com esta realidade, o pior pode estar ainda por vir. «Nestas medidas extraordinárias de contenção social, socorrer as pessoas da forma como seria possível presencialmente] torna-se complicado e a percepção que tenho é que se vai agravar. Quando o estado de Emergência terminar, creio que vão cair em catadupa as queixas e os pedidos de ajuda», prevê.

Neste momento, a CPCJ de Faro, face a esta situação de exceção, está com as «atenções redobradas», sempre «em estreita articulação com as forças de segurança, com o procurador do Ministério Público e com as entidades de primeira linha. Se for preciso fazer a integração de alguém numa casa de acolhimento, estamos cá para fazer esse trabalho», sublinha.

O barlavento tentou contactar outras CPCJs, nomeadamente do Barlavento algarvio, mas até à data do fecho desta edição na terça-feira, dia 14 de abril, não obteve resposta.

Quão grave é o que se passa entre quatro paredes? «Acompanhei uma situação de uma vítima que à noite, para evitar adormecer, sentava-se numa cadeira e colocava os pés num alguidar de água fria. Um dos filhos dormia encostado à porta do quarto e não na cama, para poder socorrer a mãe mais rapidamente, assim que ouvisse gritos».

Abril é o mês de prevenção contra os maus-tratos

Desde o início do século XXI que em abril se assinala o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-tratos na Infância. Nos últimos anos, muitas foram as atividades dinamizadas.

A Comissão Nacional tinha colocado um desafio a todas as CPCJs para o encerramento da campanha, no dia 30 de abril, em que todas fariam um laço humano com as crianças das escolas, em todos os concelhos do país. Visto que tal não será possível devido à epidemia do novo Coronavírus, Faro lançou um repto local.

«Estamos a fazer atividades de sensibilização. Vamos desafiar todas as entidades a criarem um laço azul com materiais recicláveis, ou não, para que no dia 30 de abril, o coloquem na porta de entrada ou numa janela das suas sedes, de forma a assinalar este mês. Vamos envolver todas as nossas parceiras nesta ação. Apesar da atual situação que vivemos não podemos descurar as crianças e os jovens. Acima de tudo, não nos podemos esquecer que este é o mês dos maus-tratos», explica Nídia Cavaco.

Além disso, a CPCJ de Faro tem um Hino, intitulado «quem ama não trata mal» (disponível [aqui](#)), composto por Luís Conceição e criado contra os maus-tratos, que será também divulgado localmente e até a nível nacional. Isto porque, com as atividades presenciais suspensas, a Comissão Nacional desafiou cada CPCJ a enviar fotografias e uma frase característica do concelho, de modo a compilar tudo num vídeo, para ser partilhado nas redes sociais. Do concelho de Faro sairá o título do Hino.

«Vivemos um enclausuramento forçado. As vítimas acabam por perder a liberdade e passam a estar controladas 24 horas por dia, o que invalida e limita os pedidos de ajuda dos jovens, das mães ou dos pais. Isto preocupa-nos porque sabemos que a violência doméstica não diminuiu. Até as famílias ditas normais não estão preparadas para esta relação forçada de convívio», compara.

APAV já regista mais casos de violência doméstica e burlas

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), presente em 12 concelhos algarvios, também continua operacional em todas as suas vertentes. Apesar de os contactos presenciais terem sido substituídos por videochamadas, uma equipa mantém-se preparada para atuar em quaisquer situações de emergência que possam acontecer na região.

Júlia Cardoso, coordenadora regional da APAV, ouvida pelo barlavento, relata que já se conseguem sinalizar diferenças desde o início do decreto que estabeleceu o estado de Emergência nacional.

«À semelhança do que tem acontecido em outros países, que temos vindo a ter conhecimento, também cá nos temos apercebido de algumas situações que se agravaram devido à obrigatoriedade de se permanecer em casa. A vítima acaba por estar confinada na sua residência junta com o agressor. Não só a situação de pode tornar mais grave devido ao convívio durante as 24 horas, como também em termos de pedidos de ajuda, a vítima tem menos oportunidade de o fazer. No início do estado de Emergência esta situação não se verificava, mas ao longo das duas últimas semanas, os pedidos de ajuda e os contactos connosco têm aumentado».



Júlia Cardoso, coordenadora regional da APAV.

Tratam-se de pedidos de ajuda feitos por homens e mulheres, de qualquer faixa etária. «Infelizmente, esta é uma situação transversal. Verifica-se em toda a sociedade, desde pessoas muito jovens até às com idade avançada. Embora muitos casos digam respeito a casais com alguns anos de relação e já com filhos, também temos recebido pedidos de ajuda por parte de idosos, e de jovens devido a violência no namoro», revela.

Ainda segundo a responsável, a APAV presta apoio a vítimas de qualquer tipo de crime.

No Algarve, «uma boa parte dos contactos que recebemos são de violência doméstica. Os crimes de natureza sexual também nos chegam com bastante frequência, assim como os crimes patrimoniais». Com a situação de pandemia, «também os crimes de burla têm vindo a

aumentar», alerta.

Já no pós-pandemia, de acordo com a opinião de Júlia Cardoso, «também à semelhança do que tem acontecido em outros países, estamos a prever que o número de vítimas possa aumentar bastante e é uma situação que nos preocupa bastante».

No entanto, a coordenadora regional da APAV assegura que «têm sido criadas alternativas» e métodos diferentes de forma a acompanhar as vítimas, tendo em conta as circunstâncias. «Tentamos sempre encontrar solução e uma forma de contactar com a pessoa sem a por em risco, não esquecendo que um contacto, sem que sejam tomadas algumas medidas, poderá agravar uma situação».

Por fim, recorda que qualquer pessoa que queira denunciar alguma situação, ou pedir ajuda, pode fazê-lo através de telefone, email, redes sociais e até carta, sendo que pode sempre fazê-lo em anonimato.

Agentes de segurança são «anjos da guarda»

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) devem trabalhar em articulação com as forças de segurança locais, uma vez que são os primeiros a serem chamados aos locais das ocorrências de, por exemplo, situações de violência doméstica.

Com o isolamento social obrigatório devido ao estado de Emergência nacional imposto, as vítimas passaram a ser obrigadas a estar 24 horas com os seus agressores.

Neste sentido, a CPCJ de Faro está a pedir aos vizinhos «que estejam alerta, sensíveis, atentos a ruídos, barulhos e a outros indicadores», conta ao barlavento Nídia Cavaco, presidente da entidade, lembrado que qualquer denúncia pode ser feita anonimamente através de chamada telefónica, email, mensagem nas redes sociais e até por carta.

Para a responsável, os anjos da guarda, que estão sempre na primeira linha deste tipo de ocorrências, são as forças de segurança.

«Além de agentes, são verdadeiros psicólogos, assistentes sociais e são os primeiros a chegarem à casa das vítimas. Fazem um trabalho extraordinário e estão devidamente formados».

Um trabalho que tem sido feito «de proximidade e com um bom relacionamento entre a CPCJ de Faro, a rede social e todas as entidades que a compõe. Esta dinâmica, nas respostas sociais, é uma mais valia para que todas as situações estejam acauteladas».

Laço Azul recorda uma história

A Campanha do Laço Azul iniciou-se em 1989, nos Estados Unidos da América (EUA), quando uma avó prendeu uma fita azul à antena do ser carro de forma a fazer a população questionar-se. Infelizmente, aquela avó perdera um neto vítima de violência doméstica. O azul foi escolhido porque não queria esquecer o corpo espancado com nódoas negras. Aquela cor servir-lhe-ia como um lembrete constante para a sua luta na proteção das crianças contra os maus-tratos e na promoção dos seus direitos.

Caso conheça alguma situação, contacte:

- CPCJ de Faro: 961321812/ 289870029/ cpcp.faro@cnpdpcj.pt
- PSP: 289822022
- GNR: 28987605
- CHUA-Gabinete do Cidadão: 289891144/ 289891145
- Linha Nacional de Emergência Social: 144
- Linha de Apoio à Vítima: 116006

Fotos: Bruno Filipe Pires (excepto APAV).

APAV lança 2.ª edição do Prémio APAV para o Jornalismo

16 Abr. 2020 in País by Rádio Ideias



2020
prémio **APAV**
para o jornalismo

apoio



Com o propósito de reconhecer a qualidade, a relevância e a importância do jornalismo feito em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima lança a segunda edição do Prémio APAV para o Jornalismo.

O Prémio, que conta com o apoio El Corte Inglés, é atribuído anualmente à melhor peça jornalística que, no ano anterior, tenha contribuído para o conhecimento dos temas ou problemas relacionados com o apoio às vítimas de crime em Portugal.

Poderão concorrer trabalhos jornalísticos desenvolvidos nas seguintes categorias: imprensa, rádio, televisão, jornalismo digital e ilustração/cartoon. As candidaturas deverão ser submetidas, até dia 31 de maio, através de formulário online: bit.ly/premio_apav.

O Prémio APAV para o Jornalismo tem um valor monetário de 1.500 euros e será ainda entregue um troféu, da autoria do designer Gonçalo Falcão.

O painel de jurados é constituído por Álvaro Laborinho Lúcio (Associado-Fundador e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APAV), Sofia Branco (Presidente do Sindicato dos Jornalistas) e André Sendin (Presidente da Escola Superior de Comunicação Social). A data de entrega do Prémio será divulgada futuramente.

Almost 1,500 child victims of crime in 2019

in [News](#) · 17-04-2020 01:00:00 · [0 Comments](#)



A total of 1,467 children were victims of crime in 2019, 532 more than in 2018, according to the annual report of the Portuguese Association for Victim Support (APAV).

The figures reveal that in 2019 an average of four victims per day arrived at APAV, representing 28 per week.

Of the total number of child victims of crime, 153 were between 0 and 3-years-old, 109 were between 4 and 5-years-old, 374 were between 6 and 10-years-old and 831 were between 11 and 17-years-old.

APAV statistics also reveal that among the crimes against children reported to the association are pornography of minors (699), sexual abuse of children under the age of 14 (305) and crimes of rape (187).

Regarding the profile of the victims, the APAV data shows that 61.9 percent are female with an average age of 11 years and that in 27.3 percent of the cases the perpetrator is a father or mother.

APAV annually discloses its statistical data based on a collection of the most accurate information and recorded 54,403 visits that allowed, in 2019, to monitor more than 11,000 victims.

This year APAV celebrates 30 years of existence, having provided support, since 1990, to more than 330,000 people.

In 2019, 54,403 calls were made to APAV's proximity services, namely Victim Support, Support Lines (Victim Support Line and Safe Internet Line), Specialised Networks and Shelters.

APAV supported victims from 273 municipalities, of the 308 existing.

A pandemia “roubou” a voz às vítimas



JOÃO AMARAL SANTOS
17/04/2020 19:47

As queixas por violência doméstica caíram desde o início do confinamento, com agressores e vítimas debaixo do mesmo teto. A APAV alerta para sinais “de tranquilidade aparente que não correspondem à realidade”.

Os números da violência doméstica em Portugal caíram a pique no mês de março, sobretudo a partir de dia 13, quando o primeiro estado de emergência foi decretado no país. A PSP registou menos 15% de queixas, a GNR menos 26% e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) menos 15%. Na prática, a APAV passou dos 50 a 60 atendimentos por dia registados, em média, nos primeiros dois meses deste ano para 20 a 30, após o início do confinamento.

Dados que desafiam a lógica ou até a própria realidade, segundo quem lida diariamente com o fenómeno. Mas que ainda assim surgem sem surpresa no contexto atual. Ao i, Daniel Cotrim, representante da APAV, afirma que estes números “revelam uma tranquilidade aparente”, mas “não correspondem à realidade” dos factos, uma ideia já corroborada pelas forças de segurança. E que até é fácil de explicar: “Esta é uma situação inédita para todos e já era expectável a diminuição dos contactos e das denúncias de eventuais vítimas de violência doméstica”. O psicólogo afirma que nas primeiras semanas do estado de emergência “as pessoas estiveram muito preocupadas com a covid-19, a reorganizarem as suas vidas, adaptando-se a uma nova realidade que mistura casa,

trabalho e até o acompanhamento escolar dos filhos”. “Todas as questões que dizem respeito à violência em contexto familiar passaram, neste período inicial, para um segundo ou terceiro plano”, garante.

Aliás, a cada crise a tendência repete-se. E existem exemplos anteriores que o podem comprovar, e têm servido de modelo às autoridades: na verdade, os episódios de violência doméstica agravam-se, mas as queixas e denúncias das vítimas tendem a diminuir. Porquê? O psicólogo esclarece que, por um lado, “a vítima passa a ter mais dificuldade em aceder a mecanismos para pedir apoio, pois encontra-se confinada com o seu agressor, sem espaço e ainda mais controlada, o que permite frustrar todas as tentativas de utilizar um telemóvel, um e-mail ou uma rede social para pedir ajuda”. Por outro lado, as denúncias tendem a diminuir “com a perspetiva de problemas sociais e económicos”. A crise que se antevê, nesta fase, na sequência da pandemia, leva, regra geral, ao aumento da vulnerabilidade da vítima. Tal como já aconteceu na crise financeira e social de 2008. “É uma situação muito complicada. A maioria das vítimas torna-se mais vulnerável nestas situações, devido à dependência económica em relação aos agressores e também às questões relacionadas com os filhos”, como as condições de sustento e partilha, diz Daniel Cotrim.

“Violência vai aumentar”. O representante da APAV não tem dúvidas de que a frieza dos números não espelha a realidade que se vive. E, admite, teme pelos tempos que se avizinham. “Esta é uma situação inédita para todos. A única comparação que podemos fazer é com os períodos após as férias de verão, entre setembro e outubro, ou após as festas de família, depois do Natal e da Páscoa. É nestes momentos que o número de denúncias, normalmente, aumenta mais significativamente. As pessoas, que anteriormente estavam muito próximas, voltam a afastar-se um pouco. E o agressor tenta controlar mais e controlar tudo. O conflito agudiza-se e a violência aumenta”, descreve Daniel Cotrim.

Neste momento, segundo o psicólogo, verifica-se o denominado “período de lua de mel” e apenas quando o confinamento terminar será possível clarificar a situação. A APAV receia “o aumento da violência sexual e contra as crianças” no contexto atual, mas é no período pós-confinamento que os responsáveis acreditam que a violência poderá disparar: “Identificámos vários riscos, no contexto pós-confinamento, e acreditamos na forte possibilidade de existir um aumento imediato da violência doméstica, como, por exemplo, mais casos de mulheres a serem colocadas fora de casa”. “É uma situação que pode ocorrer até mesmo em famílias sem um histórico destes episódios”, alerta Daniel Cotrim.

Para fazer face a este fenómeno, Estado, forças de segurança e organizações uniram esforços logo no início do estado de emergência. Daniel Cotrim deixa elogios ao Governo, que, considera, “desta vez não teve uma atitude reativa, mas sim preventiva”. O Executivo criou um e-mail de emergência (violencia.covid@cig.gov.pt), um serviço de mensagens curtas (3060) e um reforço da linha telefónica para vítimas de violência doméstica (800 202 148).

A par destas medidas, a APAV mantém-se operacional - e embora existam constrangimentos, os acompanhamentos presenciais continuam a ser realizados, quando a situação o justifica. A APAV também reforçou o apoio à distância, estando disponível nos dias úteis, das 9h00 às 21h00, através da Linha de Apoio à Vítima (116 006), da Linha Internet Segura (800 21 90 90), do messenger (apav.portugal) e do Skype (apav_lav).

Uma rede de apoio que tem contado com as forças de segurança como parceiras, mas que a APAV quer envolver igualmente a sociedade. “A violência doméstica é um crime, ponto. A APAV tem estado, neste último mês, a trabalhar com a comunidade, tentando sensibilizar para a importância dos vizinhos neste momento. É importante as pessoas estarem atentas em relação a potenciais episódios de violência doméstica: discussões, altercações, barulhos de coisas a partir - e pedimos que, desta vez, não contem até dez, nem fiquem à espera do dia seguinte para reagirem. Denunciem estes casos às autoridades”, apela Daniel Cotrim.

Agressores “normativos”. A violência doméstica em Portugal segue estereótipos globais, é transversal à sociedade e, por isso, difícil de identificar e combater. Não escolhe vítimas, nem agressores. E decorre, na maioria das vezes, dentro de quatro paredes. “Costumo dizer que é o crime mais democrático de todos”, diz Daniel Cotrim, sublinhando que “qualquer pessoa pode ser agressor ou vítima”.

Em 2019, a APAV recebeu 23586 queixas de violência doméstica. Feitas as contas, são quase 65 denúncias por dia, o que representa um aumento de 18% face ao ano transato. Nos primeiros dois meses de 2020, os atendimentos da associação seguiam em linha com os anos anteriores, até que a pandemia veio submergir o problema dentro de quatro paredes.

Em Portugal, 79% dos agressores são homens, entre 22 e 55 anos, com educação superior e emprego. Indivíduos normativos, sem contacto direto com situações de alcoolismo ou toxicod dependência (como antes se supunha). Já 79% das vítimas são mulheres, que correspondem à mesma descrição.

SOCIEDADE

Violência no namoro: só 23% das queixas recolhidas pelo observatório foram denunciadas às autoridades

17.04.2020 às 7h01



MARCOS BORGA

Nos 284 casos registados, 11,6% das vítimas correram risco de vida. 91,9% dos agressores são homens



LUSA

Observatório da Violência no Namoro (ObVN) recebeu nos últimos três anos 284 denúncias, das quais 266 de jovens mulheres, sendo que 91,9% dos agressores são homens. Segundo a plataforma, apenas 22,5% das situações não foram denunciadas, sendo a larga maioria (77,5%) desconhecida das autoridades.

Segundo dados recolhidos pelo observatório, das 284 denúncias recebidas, 140 foram feitas por ex-vítimas, 115 por testemunhas e 29 por atuais vítimas. Em 11,6% das situações relatadas, as vítimas correram risco de vida.

As vítimas de violência são quase na sua totalidade do sexo feminino (89,7%) e os agressores são jovens homens (91,9%), com uma média de idades de 25 anos.

Os dados do observatório revelam ainda que, em 46.8% dos casos, os agressores ainda namoram com as vítimas, e em 52.5% dos casos, são ex-namoradas.

A média de idades das vítimas é de 23 anos, 92,3% são portuguesas e 89,1% são heterossexuais e, em relação à ocupação, 59.5% são estudantes.

O local de maior incidência da violência é a habitação (69.7%), seguido da rua (51.8%), estabelecimento público (por exemplo café ou discoteca) (32%) e escola/faculdade (26.4%).

Em 27.5% das situações de violência relatada foi praticada online.

As tipologias de violência mais relevantes, segundo as denúncias, são a violência psicológica (84.5%), a violência emocional (82%), a violência verbal (80.3%), seguida do perda de controlo (63.7%).

A violência física foi relatada em 48.6% das situações, seguida pela violência social (35.6%), perseguição (32.7%) e depois a violência sexual (22.5%).

Em 14.4% dos casos as vítimas dizem ter sido alvo de ameaças de morte.

Indicam os dados que 20.4% das vítimas necessitaram de receber tratamento médico e 2.8% foram hospitalizadas em consequência da agressão sofrida.

Quanto às principais causas apontadas para a existência de violência durante o namoro, os denunciantes destacaram o ciúme, em 70.8% das situações, problemas mentais da pessoa agressora (37%), o consumo de álcool ou de outras substâncias pelo agressor (22.5%) e os problemas familiares (19.5%).

Também a conduta da vítima foi referida em 18% das queixas, seguida da influência dos amigos (14.1%) e as dificuldades económicas da pessoa agressora (9.9%).

Os crimes ocorreram, em 43% dos casos, no Porto, 15.5% das situações verificaram-se em Lisboa e 7.7% dos casos em Braga.

O Observatório da Violência no Namoro é uma iniciativa da Associação Plano i no âmbito do Programa UNi+, financiado pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, nos dois primeiros anos, e pelo Fundo Social Europeu no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego POISE do Portugal 2020.

#fiqueemcasa – Mas e se é lá que o perigo mora?

Por Carolina Gomes | 18 de Abril, 2020

O que acontece quando nos dizem para ficar em casa, mas é lá que o perigo mora? Não é novidade que a violência doméstica é o maior problema de segurança pública em Portugal, sendo dentro de casa, um local que deveria ser sinónimo de segurança, que ocorre o maior número de crimes contra pessoas.

Esta quarta-feira a APAV, Associação de Apoio à Vítima, divulgou as estatísticas do relatório anual referente a 2019. Os pedidos que a associação recebeu em 2019 ultrapassaram inequivocamente os de 2018. 80% das mais de 20 mil queixas foram relativas a crimes de violência doméstica. Há vítimas com todos os perfis, mas mais uma vez a grande maioria das vítimas (81%) são mulheres.

No entanto estes são números que reportam a 2019, agora, em 2020, os primeiros números parecem corroborar o receio existente de que o confinamento diminuísse as denúncias e pedidos de ajuda. As queixas por violência doméstica à GNR registadas em março diminuíram em relação ao período homólogo de 2019 – no total, a GNR recebeu 938 denúncias por violência doméstica, menos 26% do que em 2019.

Estes números não significam, de todo, que há menos casos de violência doméstica, serão o reflexo de um maior medo da denúncia, de um maior medo de, mesmo depois da denúncia, ter que permanecer em casa com o agressor. O isolamento poderá levar a um desfasamento particularmente acentuado entre o número de queixas e o número efetivo de crimes de violência doméstica.

Importa nesta altura lembrar que a violência doméstica é um crime público, dizendo, nessa qualidade, respeito a qualquer pessoa. A prevenção e combate deste crime é uma responsabilidade e um dever que também nos cabe a nós, não apenas às entidades públicas. É uma missão que precisa de toda a gente, especialmente em tempos de isolamento que exigem que a atenção seja redobrada.

Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, lançou um apelo que irei agora citar, se se aperceber que alguém é vítima de violência doméstica “Chame a PSP ou a GNR, peça-lhes que intervenham. Não está a incomodar, está a proteger. Se é vítima de violência, física ou psicológica, peça ajuda. O stress destes dias difíceis não desculpa a violência e toda a gente tem o direito de se sentir segura em sua casa. Pedir ajuda não é atacar ninguém. É defender todos.”

Este é um apelo direto que deve ser reproduzido sem moderação. Se é vítima, uma chamada ou uma SMS podem fazer toda a diferença, o importante é fazer chegar o alerta a quem pode ajudar. Pode ser enviada SMS para o 3060, ou ser feita chamada para a linha de apoio à vítima 116 006, ou ainda para o número do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica 800 202 148.

Neste estranho tempo, em que o isolamento impera, não podemos deixar isoladas as vítimas de violência. A tolerância aceitável para com a violência doméstica deve continuar a ser a mesma: zero!

(Emissora das Beiras 26)

APAV lança 2.^a Edição do prémio para Jornalismo

19/04/2020 às 8:19



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lançou a segunda edição do Prémio para o Jornalismo com o propósito de reconhecer a qualidade, a relevância e a importância do jornalismo feito em Portugal.

O prémio tem um valor monetário de 1.500 euros e é atribuído anualmente à melhor peça jornalística que, no ano anterior, tenha contribuído para o conhecimento dos temas ou problemas relacionados com o apoio às vítimas de crime em Portugal.

Poderão concorrer trabalhos jornalísticos desenvolvidos nas categorias imprensa, rádio, televisão, jornalismo digital ou ilustração/cartoon. As candidaturas deverão ser submetidas até dia 31 de maio através de formulário online.

O painel de jurados é constituído por Álvaro Laborinho Lúcio, Associado-Fundador e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APAV, Sofia Branco, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, e André Sendin, Presidente da Escola Superior de Comunicação Social.

O poder da Coscuvilhice – A nossa arma contra a violência doméstica

Por **Rita Andrew** - 19 de Abril de 2020



Naquela manhã fui para o escritório com um olho negro. Negro daqueles que nem o melhor tutorial do 'YouTube' consegue disfarçar. E doía. Foram precisos alguns 'Ben-u-ron' para me fazer arrancar para o dia. Mas lá fui com a minha saia travada trabalhar. Fui almoçar à cantina, como fazia amiúde. Senti-me olhada. Se calhar aquela saia caía-me melhor do que pensava. Depois do almoço uma colega, mulher, já vivida, abordou-me... "Rita, está tudo bem lá em casa? O teu marido está bem? Se precisares de alguma coisa podes sempre dizer..." Agradei-lhe. E o dia foi passando. Ao fim do dia, mesmo antes de sair, passei pelo gabinete de uma outra colega, também ela mulher, para um trivial "até amanhã" e eis que surge outra vez: "Rita, que coisa... o teu olho. Está tudo bem em casa?". Em casa? Olho? Nesse momento ficou tudo muito claro. Senti imediatamente a pressão de cabalmente esclarecer o assunto. Dizer que não, que não tinha sido nada disso, que agradecia imenso a atenção mas que não, que eu e o meu marido nos entendíamos muito bem, que nos respeitávamos, e que tinha realmente sido um acidente, uma 'turra' dada inadvertidamente pelo meu filho. E assim me justifiquei.

E se é verdade que apreciei a abordagem cuidadosa das minhas colegas, também é verdade que me senti muito incomodada pelo facto de lhes ter passado pela cabeça que eu poderia ser mais uma de entre as vítimas. Mas porquê é que me senti tão constrangida? Não seria totalmente plausível que eu fosse uma de entre as **23.586 vítimas de violência doméstica** registadas pela APAV em 2019? Preencho todos os requisitos, sou mulher, estou na faixa etária alvo, e tenho o nível de educação adequado...

Confesso que este é um tema que me perturba bastante. Que me atordoa. Porque é tão íntimo. Expõe-nos tanto. São segredos de cama... de vida... de entre-os-lençóis-da-casa. Revelam fotografias estragadas. Arruinam o sonho de 'felizes-para-sempre' em que crescemos a acreditar. Desalentam a busca pela felicidade que guia o ser humano. Mancham-nos a alma, o orgulho e, pior, o nosso amor próprio...

Mas lá veio o Coronavírus levantar a poeira. Que, a fazer das suas, nos desafia como sociedade a encontrar uma resposta que realmente ajude os que ao ficar em casa não podem escapar de uma ameaça muito mais visível do que este vírus.

"Mas ajudar como?", perguntarão.

"Coscuvilhando." – respondo eu.

Assim, simples.

Vamos todas, já, acabar com o estigma que existe em torno da violência doméstica! Vamos falar disso como se nada e tudo fosse. Vamos abrir-nos. Vamos 'quadrilhar' com a vizinha, com a irmã, com a amiga, com o homem da padaria, com o que também passeia o cão. Perguntemos à nossa mãe se também ela passou por isto, à nossa tia. Liguemos à nossa colega e raios! falemos disto. Daquela vez em que dormimos com 'fulano' e da outra beijámos com 'sicrano'. E do grito. Da ameaça pequenina. Da violência implícita. Do beijo forçado. Da perseguição. Da chantagem. Dos palavrões. Do controle. Da estalada. Da violação. Disso, disto e de muito mais. Também é vida. Também é a nossa vida. Não é vergonha. É viver! E às vezes é sobreviver!

Sabiam que nomeadamente Yuval Noah Harari no seu livro 'Sapiens: A Brief History of Humankind' argumenta que o mexerico é a base da sobrevivência da nossa espécie. O tipo de informação que nos transmite permite-nos apreender certas realidades que de outro modo nunca intuiríamos nem aprenderíamos.

Tomemos então isto por certo! Por arma! Sem medos. Façamos algo proveitoso nestes tempos de enclausura. Falemos de nós próprias para variar e das outras se calhar. Vamos acabar com isto e já! Vamos falar a verdade, de verdade, e com isso espantar este silêncio, este bicho papão. Estendamos a nossa mão!

Vamos juntas criar um mundo no qual se fala abertamente de violência doméstica. Esta é a arma mais poderosa e que ninguém jamais poderá desactivar.

Agora cairia bem para a credibilidade deste texto se eu aqui dissesse que também já passei por isto, que também eu sou vítima, que compreendo. Mas a verdade é que não, nunca. Esse não foi o meu fado.

Mas agora tenho o mote e a inspiração. Inspiração que são todas as mulheres que para além da vida visível de trabalho, casa e família, ainda têm essa sombra de vida invisível.

É por nós, porque ser mulher é de todas! E por entender que para ela vai sempre existir um momento, um instante, em que um 'flashback' do abuso surge, em que um ataque repentino de ansiedade espreita, em que 'desconfiar' é a palavra de ordem, em que qualquer relação que se construa com alguém terá esqueletos no armário. E para nós que ouvimos, saber que depois destes 'mexericos' também que a nossa vida nunca mais vai ser a mesma. Que a história que vamos escutar vai mudar-nos para sempre tal como mudou as mulheres que a viveram. Não prometo nada. Apenas que sei ouvir e que sei fazer rir e tentar não julgar.

Peço-vos... ele não vale a vossa vida... a vida que vos tira a cada minuto... falem... peçam ajuda... desabafem... se precisarem estamos todas aqui... e também está a APAV... no número gratuito 116 006 (de segunda a sexta das 09:00 – 21:00) ou o Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica no número 800 202 148, ou escrevendo para linha SMS 3060 ou email para: covid@cig.gov.pt (24h por dia/ 365 dias por ano). Todos são serviços anónimos e confidenciais. E não se esqueçam o 'WhatsApp' nunca deixa pista basta apagar a mensagem...

E, de saída, uma última nota. É-me muito óbvio que a violência doméstica não vitimiza apenas mulheres. Não me esqueci de todas as crianças, e jovens, e avós, e pais, e homens, e todas as pessoas que por um motivo ou por outro sofrem ou sofreram desta violência. Mas, infelizmente, os números estão lá para mostrar, a violência contra as mulheres representa 80,5% de todos os casos de violência doméstica registados pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) em 2019 em Portugal. Entretanto, o meu mais sincero respeito por todos...

CRIME+INVESTIGATION ALERTA PARA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Por Pedro Durães a 20 de Abril de 2020



Numa altura em que há o risco de agravamento da violência de género devido ao isolamento, o canal Crime+Investigation junta-se à APAV numa campanha de sensibilização. A campanha de responsabilidade social #

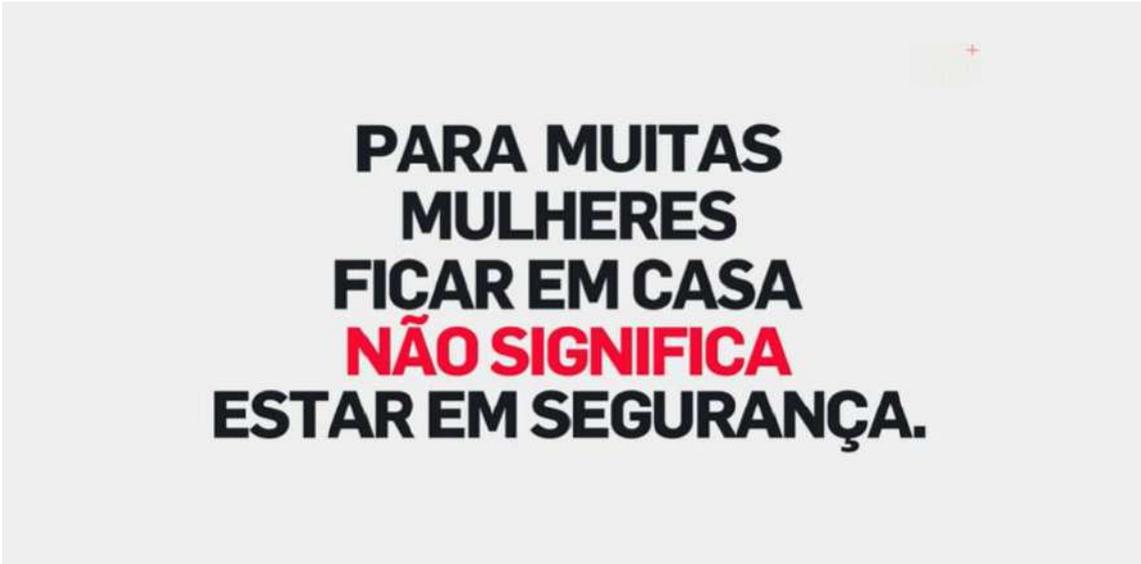
StopàViolênciaContraAsMulheres, que tem marcado a comunicação do canal deste o início do ano, é agora reforçada para alertar para o potencial agravar do problema em tempo de confinamento. “O contexto excepcional em que vivemos requer também uma atenção reforçada aos grupos de maior risco, que enfrentam não um, mas dois inimigos silenciosos”, salienta Carolina Godayol, directora-geral do The

History Channel Ibéria, referindo que “numa altura de confinamento social, as mulheres vítimas de violência doméstica estão mais desprotegidas, por isso sentimos uma responsabilidade acrescida na sensibilização deste assunto junto da sociedade, para que possamos dar força às mulheres para não terem medo de apresentar denúncias dos seus agressores”.

“Neste momento de confinamento, existe a possibilidade de controlo e domínio por parte de um agressor/a. O possível aumento da violência doméstica é uma realidade. Neste momento de confinamento, para muitas mulheres ficar em casa não significa estar em segurança”, reforça João Lázaro, presidente da APAV, recordando que a associação “continua disponível para apoiar e reforçou o apoio à distância”.

É vítima de violência e não sabe a quem ligar? Esta campanha esclarece

Por **Marketeer** — em 21:00, 20 Abr, 2020



**PARA MUITAS
MULHERES
FICAR EM CASA
NÃO SIGNIFICA
ESTAR EM SEGURANÇA.**

Ficar em casa é uma das recomendações de prevenção e segurança relativamente ao novo coronavírus. Mas, para algumas pessoas, ficar em casa não significa que estão mais seguras, tal como lembra o mais recente anúncio do canal Crime + Investigation contra violência de género durante o período de isolamento.

Em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), o canal lembra que há formas de pedir apoio – mesmo que à distância. É o caso da linha gratuita 116 006, disponível durante os dias úteis das 9h às 21h. Também é possível entrar em contacto com a associação através do Messenger, por exemplo, ou do Skype (apav_lav).

Além de divulgar os canais de apoio, o spot visa sensibilizar a população para o agravamento do problema da violência de género durante a quarentena e chega na sequência da campanha #StopàViolênciaContraAsMulheres.

Com divulgação no próprio Crime + Investigation e nas redes sociais, o novo spot tem por base o contexto excepcional em que vivemos, tal como lembra Carolina Godayol, directora-geral do The History Channel Ibéria. A situação de confinamento «requer também uma atenção reforçada aos grupos de maior risco, que enfrentam não um, mas dois inimigos silenciosos».

Segundo a responsável, as mulheres vítimas de violência doméstica estão mais desprotegidas. Por isso mesmo, o Crime + Investigation sentiu «uma responsabilidade acrescida na sensibilização deste assunto junto da sociedade, para que possamos dar força às mulheres para não terem medo de apresentar denúncias dos seus agressores».

APAV apresenta conselhos para ajudar idosos

Organismo português pede à população para oferecer ajuda aos mais velhos, respeitando sempre as medidas de segurança para evitar o contágio pela Covid-19

BY JULIANA BATISTA 21 DE ABRIL 2020



A possibilidade do distanciamento social poder “aumentar o risco de violência e ter consequências psicológicas graves” nos mais velhos, levou os profissionais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) a apresentar “conselhos para familiares e amigos de pessoas idosas”.

Os profissionais deste organismo apelam a um contacto próximo com a população sénior. “Mantenha o contacto diário com o seu familiar ou amigo/a idoso/a através de chamadas telefónicas regulares. Estar em contacto com as pessoas idosas é essencial para monitorizar o seu bem-estar, para sinalizar quaisquer necessidades que possam ter (falta de medicamentos, bens alimentares ou outras), para os sensibilizar sobre os cuidados que devem ter e para informá-los acerca dos rápidos desenvolvimentos da pandemia e das medidas de emergência adotadas pelo Governo. Vivemos um período de incerteza e medo. É, por isso, especialmente importante dar informação às pessoas idosas com calma e paciência. Devemos, primeiramente, reconhecer as emoções que nós próprios sentimos e regular a forma como comunicamos”, explica a APAV.

É também recomendável a manutenção do contacto com os profissionais de saúde. “Garanta que o seu familiar ou amigo tem tudo o que necessita, incluindo medicamentos, e saiba o nome e contacto do seu médico de família. Caso a pessoa idosa não o possa fazer por si própria, é importante manter o contacto com os profissionais de saúde que normalmente o acompanham”, adverte a associação portuguesa.

A APAV pede também atenção aos apoios que se encontram disponíveis. “Informe-se sobre a rede de apoio comunitária. Conheça os apoios disponíveis na área de residência do seu familiar ou amigo/a, por exemplo na junta de freguesia ou outras entidades locais. Se mora longe e não pode dar este apoio, incentive o seu familiar ou amigo/a a solicitar os apoios necessários à obtenção de bens alimentares, medicamentos ou no passeio do seu animal de estimação. Se o seu familiar ou amigo/a apresentam alguma condição que os impede de solicitar este apoio por si próprio, com a sua autorização, solicite-os você mesmo”, aconselha o organismo português.

A APAV recorda a importância que uma vida ativa pode assumir. “Encoraje o seu familiar e amigo/a a manter-se ativo (a fazer exercício físico e outras atividades que ajudem a passar o tempo) mas lembre-se que ninguém gosta de ser obrigado a fazer algo de que não gosta. Seja compreensivo e sugira algumas distrações mas deixe que seja a própria pessoa a escolher como passa o seu tempo”, sugerem os responsáveis da associação.

O organismo nacional pede à população que “ofereça ajuda” aos “vizinhos idosos”. “Informe os seus vizinhos de que se encontra disponível para ajudar e explique de que formas”, refere a APAV, deixando um último apelo – “Se acha que o seu familiar, amigo/a ou vizinho/a é vítima de violência, peça ajuda à APAV através da Linha de Apoio à Vítima | 116 006 (chamada gratuita, dias úteis, das 09h00 às 21h00)”.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

PROJETO 'PROVICTIMS': O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS

21 abr 2020

Divulga-se a *terceira newsletter* do Projeto denominado PROVICTIMS: o papel do Ministério Público na promoção dos direitos das vítimas, cuja direção pertence à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Procuradoria-Geral da República como parceira/beneficiária.

O objetivo geral é incrementar a cooperação entre o Ministério Público e os serviços de apoio à vítima, com vista à promoção dos direitos das vítimas.

O projeto tem ainda como parceiros/beneficiários, o Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Conselho Irlandês das Liberdades Cívicas, a Associação da Círculo Branco da Croácia e o Instituto de Reintegração Social da Associação IRSE-EBI do País Basco.

PROVICTIMS
THE ROLE OF THE PUBLIC PROSECUTION
IN THE PROMOTION OF VICTIMS' RIGHTS





Stalking

Perseguiu ex-companheira e ligou-lhe 63 vezes num dia

21 Abril 2020 às 11:05



COMENTAR

TÓPICOS

Justiça

Stalking



O Tribunal da Relação do Porto manteve a pena de multa de 1.080 euros aplicada a um homem condenado por ter perseguido a ex-companheira, enviando-lhe sucessivos SMS com conteúdo intimidatório.

Os juízes desembargadores julgaram improcedente o recurso interposto pelo arguido e, em consequência, confirmaram a sentença recorrida.

O tribunal deu como provado que o arguido, entre os dias 14 de junho de 2018 e 23 de julho de 2018, "perturbou a ofendida, enviando-lhe sucessivos SMS com conteúdo intimidatório".

Num mesmo dia, o arguido terá efetuado 63 chamadas para o telemóvel da ex-companheira, conduta que só cessou com a intervenção de um agente da PSP que atendeu o telefone da vítima.

O arguido foi condenado na primeira instância por um crime de perseguição, na pena de 180 dias de multa, à taxa diária de seis euros, o que perfaz o montante de 1.080 euros.

Além da multa, terá de pagar à ex-companheira uma indemnização de mil euros, pelos danos não patrimoniais que advieram da prática do ilícito criminal.

Os dados do último relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revelam que em 2019, o crime de perseguição ou 'stalking' foi o quarto crime a registar mais vítimas.

Ao todo foram registados 580 casos, o que corresponde a 1,9% do total de crimes contabilizados pela associação.

Relação mantém multa a homem que ligou 63 vezes para a ex-companheira num dia

Um homem condenado por ter perseguido a ex-companheira, enviando-lhe sucessivos SMS com conteúdo intimidatório e efetuando 63 chamadas num mesmo dia, terá de pagar uma multa de 1.080 euros.



► Num dia, o arguido ligou 63 vezes à ex-companheira e só parou com a intervenção de um agente da PSP que atendeu o telefone da vítima



O Tribunal da Relação do Porto manteve a pena de multa de 1.080 euros aplicada a um homem condenado por ter perseguido a ex-companheira, enviando-lhe sucessivos SMS com conteúdo intimidatório, segundo um acórdão esta terça-feira consultado pela Lusa.

Os juízes desembargadores julgaram improcedente o recurso interposto pelo arguido e, em consequência, confirmaram a sentença recorrida.

O tribunal deu como provado que o arguido, entre os dias 14 de junho de 2018 e 23 de julho de 2018, "perturbou a ofendida, enviando-lhe sucessivos SMS com conteúdo intimidatório".

Num mesmo dia, o arguido terá efetuado 63 chamadas para o telemóvel da ex-companheira, conduta que só cessou com a intervenção de um agente da PSP que atendeu o telefone da vítima.

O arguido foi condenado na primeira instância por um **crime de perseguição, na pena de 180 dias de multa, à taxa diária de seis euros, o que perfaz o montante de 1.080 euros.**

Além da multa, **terá de pagar à ex-companheira uma indemnização de mil euros**, pelos danos não patrimoniais que advieram da prática do ilícito criminal.

Os dados do último relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revelam que em 2019, o crime de perseguição ou *stalking* foi o quarto crime a registar mais vítimas. Ao todo foram registados 580 casos, o que corresponde a 1,9% do total de crimes contabilizados pela associação.

VÍTIMA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: «VOU SER CONDENADA POR ALGO QUE NÃO COMETI»



21 abr 2020

No «Você na TV!», «Maria», enumera várias razões que a levam acreditar que será condenada, injustamente, de cometer o crime que na realidade foi ela vítima. Daniel Cotrim, assessor técnico da Direção da APAV, fala deste caso e como podemos ajudar os mais novos a entender estas situações.

A LUTA CONTRA A «PANDEMIA» DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



21 abr 2020

No «Você na TV!», Daniel Cotrim, assessor técnico da Direção da APAV, fala de os meios disponíveis para as vítimas procurarem ajuda.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPO DE PANDEMIA



21abr 2020

No «Você na TV!», Daniel Cotrim, assessor técnico da Direção da APAV, fala da aparente «fase de tranquilidade» nos números da violência doméstica. Admite que os casos tenham aumentado, mas que devido à pandemia e ao medo acrescido de sair à rua, as pessoas façam menos denúncias.

Portugal: Court dismisses appeal, upholds fine against stalker

By LUSA



The Porto Court of Appeal upheld a fine of 1,080 euros imposed on a man convicted of having persecuted his former partner by sending her successive SMS messages with intimidating content, according to a judgment on Tuesday.

The Judges dismissed the appeal filed by the defendant and, consequently, confirmed the judgment under appeal.

The court proved that the defendant, between June 14, 2018 and July 23, 2018, "disturbed the offended person by sending her successive SMS with intimidating content".

On one of the days, the accused made 63 calls to his former partner's cell phone, which only ended with the intervention of a PSP policeman who answered the victim's phone.

The defendant was convicted in the first instance of a persecution offence, with a penalty of 180 days of fine, at a daily rate of six euros, which amounts to €1,080.

In addition to the fine, he will have to pay the former partner compensation of €1,000 for the non-pecuniary damage resulting from the criminal offence.

Data from the latest report of the Portuguese Association for Victim Support (APAV) show that in 2019, the crime of stalking was the fourth crime to register more victims.

In total 580 cases were registered, which correspond to 1.9% of the total crimes accounted for by the association.



Udruga
za
pomoć
žrtvama

UDRUGA BIJELI KRUG HRVATSKE

PROVICTIMS Newsletter 3#

 Udruga Bijeli Krug  Bijeli Krug

Predstavljamo Newsletter 3# projekta PROVICTIMS kojem je cilj suradnja državnih odvjetnika i organizacija civilnog društva u svrhu zaštite i promicanja prava žrtava.

Čitajući ovaj Newsletter možete saznati više o aktivnostima koje se provode od rujna 2019. godine.

Možete saznati više o partnerskom sastanku u Dublinu gdje smo bili gosti Irish Council of Civil Liberties (ICCL). Ovo je bila odlična prilika da saznamo i razumijemo kako funkcionira irski pravni sistem.

Također saznajte više o projektnim aktivnostima koje slijede.

Više u linku ispod teksta:

<http://mkt.apav.pt/vl/3af5d6-be0cb338054-d510b974019bbc57f69225eb1em1zle12tXe40133447df>

SÁBADO

Relação mantém multa a homem que ligou 63 vezes para a ex-companheira num dia

21.04.2020 10:30 | por Lusa

O arguido foi condenado na primeira instância por um crime de perseguição, na pena de 180 dias de multa, à taxa diária de seis euros, o que perfaz o montante de 1.080 euros.



O Tribunal da Relação do Porto manteve a pena de multa de 1.080 euros aplicada a um homem condenado por ter perseguido a ex-companheira, enviando-lhe sucessivos SMS com conteúdo intimidatório, segundo um acórdão hoje consultado pela Lusa.

Os juízes desembargadores julgaram improcedente o recurso interposto pelo arguido e, em consequência, confirmaram a sentença recorrida.

O tribunal deu como provado que o arguido, entre os dias 14 de junho de 2018 e 23 de julho de 2018, "perturbou a ofendida, enviando-lhe sucessivos SMS com conteúdo intimidatório".

Num mesmo dia, o arguido terá efetuado 63 chamadas para o telemóvel da ex-companheira, conduta que só cessou com a intervenção de um agente da PSP que atendeu o telefone da vítima.

O arguido foi condenado na primeira instância por um crime de perseguição, na pena de 180 dias de multa, à taxa diária de seis euros, o que perfaz o montante de 1.080 euros.

Além da multa, terá de pagar à ex-companheira uma indemnização de mil euros, pelos danos não patrimoniais que advieram da prática do ilícito criminal.

Os dados do último relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revelam que em 2019, o crime de perseguição ou 'stalking' foi o quarto crime a registar mais vítimas.

Ao todo foram registados 580 casos, o que corresponde a 1,9% do total de crimes contabilizados pela associação.

Confinamento agrava violência doméstica

O fenómeno não é exclusivo dos Açores, mas também aqui já se começa a notar. A situação prolongada de confinamento das famílias para combater a pandemia de Covid-19 é potenciadora de um aumento dos casos de violência doméstica e, conseqüentemente, também de maus-tratos a crianças.

22 de Abr de 2020, 10:12

84 Shares



84



Foto: Eduardo Costa
Autor: Rui Jorge Cabral

Estas situações já começaram a refletir-se desde o início de abril nos contactos para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos Açores. Não se trata propriamente de casos de violência que tenham começado agora, mas sobretudo de comportamentos reincidentes, que escalaram com a convivência prolongada e constante sob o mesmo teto.

Ler mais na edição desta quarta-feira, 22 abril 2020, do Jornal Açoriano Oriental

Portugueses pouco confiantes que Estado garanta privacidade dos seus dados - barómetro

Lusa · 22 abr 2020 23:23 · Atualidade

Um barómetro sobre as perceções dos portugueses sobre cibersegurança revelam que 80% dos inquiridos não confiam no Estado para garantir a privacidade dos seus dados pessoais e a maioria crê num risco crescente de ser vítima de cibercrime.



O barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) hoje revelado foi elaborado com base num questionário online a 591 pessoas entre 27 de fevereiro e 08 de março e mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à internet, seja em casa, no trabalho, ou até na rua, pelo uso de smartphones, com a consulta de emails, o acesso às redes sociais e a leitura de notícias a serem as atividades predominantes.

Entre os inquiridos, 80% "receia que a confidencialidade da sua informação pessoal não esteja a ser assegurada pela Administração Pública" e 90% tem esse receio em relação a 'websites', de forma geral.

A quase totalidade dos inquiridos acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal online. Um quarto dos inquiridos não se sente capaz de se proteger de ataques e ameaças de cibercrime, como seja proteger o computador com a instalação de um antivírus.

Ataques de software malicioso, roubo de identidade, acesso indevido a contas nas redes sociais ou email e burla estão entre as principais preocupações.

Sobre a perceção do que pode ser considerado cibercrime, a pornografia online encabeça a lista, com 84% dos inquiridos a manifestarem esse entendimento, seguindo-se roubo de identidade e divulgação online sem consentimento de vídeos e fotos íntimas.

12% considera o discurso de ódio ou o incitamento ao ódio um cibercrime de menor importância.

Quase metade dos inquiridos afirma que nos últimos três anos não foi vítima nem teve conhecimento no seu círculo de pessoas próximas de casos cibercrime, mas quando isso aconteceu as chamadas fraudulentas, ataque aos dispositivos eletrónicos e as burlas online foram as situações mais relatadas.

No caso das burlas online a maioria das vítimas denunciou à polícia e outras entidades responsáveis e nos acessos indevidos a contas de email ou redes sociais as vítimas optaram maioritariamente por alterar a sua password.

Mais de metade dos inquiridos afirma ter alterado a password nos últimos 12 meses para acesso ao email, redes sociais ou serviços de banca online.

Apenas 10% dos participantes no barómetro declarou ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime, tendo a APAV, a Polícia Judiciária e outras forças policiais sido as mais mencionadas por esses casos.

Os inquiridos que declaram ter menores a cargo afirmaram, na sua maioria, que monitorizam as atividades online dos mais jovens. Quase metade controla o tempo que as crianças e jovens passam online e recorrem a controlos parentais no navegador de internet.

IMA // ZO

Lusa/fim

COVID-19: Risco acrescido para vítimas de violência doméstica

22 de Abril de 2020 • helenabonzinho



COVID-19

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É CRIME PÚBLICO.

DENUNCIAR É UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA. NÃO HESITE. CHAME AS FORÇAS DE SEGURANÇA.

INFORMAÇÕES E APOIO LIGUE:
APAV CASCAIS - 217657933
Espaço V - 210994321

cascais.pt/VD

 FÓRUM MUNICIPAL
CONTRA
A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA
CASCAIS

CASCAIS
Tudo começa nas pessoas

A pandemia de COVID-19 obrigou ao isolamento social e à restrição dos contactos e da mobilidade, tornando mais difícil às vítimas de violência doméstica pedir ajuda, fazendo com que cada um e cada uma de nós possa fazer a diferença.

O [Fórum Municipal de Cascais para a Violência Doméstica](#) lançou um conjunto de materiais com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a importância do papel de cada um e de cada uma de nós na denúncia e/ou apoio a pessoas que estejam a ser vítimas de violência doméstica

Os serviços de Apoio às Vítimas ([APAV](#) e [Espaço V](#)) constituem um recurso não só para as vítimas, como também para qualquer pessoa ou profissional que se depare com a suspeita ou uma situação de VD e que tenha dúvidas sobre como ajudar.

Conheça aqui a informação disponível

PROGRAMAS /
NOTICIÁRIO

Seguir

Observador
Texto

23 abr 2020, 02:07



Portugueses não confiam no Estado para garantir a privacidade dos dados pessoais

Barómetro da APAV, dedicado às percepções sobre a segurança, revela que 80% dos inquiridos não confiam que o Estado garanta a privacidade de dados online.



PROGRAMAS /
RESPOSTA PRONTA

Seguir

Observador
Texto

23 abr 2020, 19:23



APAV considera que as medidas do governo são positivas para as vítimas

Ricardo Estrela da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima diz que as medidas apresentadas pelo Governo vão acelerar os processos. E os portugueses não se sentem seguros relativamente ao cibercrime.



Subscrever Podcast:
Spotify | Google

CIBERSEGURANÇA

Do sexting à sextortion: sexo está na base de muitas queixas recebidas pela Linha Internet Segura

A Linha Internet Segura está activa das 9h às 21h e pode-se enviar um email a qualquer hora, mas muitas pessoas ainda não conseguem identificar uma estrutura em Portugal para apoiar vítimas de cibercrime.

Karla Pequeno - 23 de Abril de 2020, 9:35



Com os pais a passar mais tempo em casa, muitos estão mais alerta sobre o comportamento dos filhos PAULO PIMENTA

O sexo está no centro das muitas das preocupações de cibersegurança dos portugueses que contactam a Linha Internet Segura, um serviço de denúncia de conteúdos ilegais online. Em causa está um aumento de pessoas a receberem emails de *hackers* que ameaçam divulgar conteúdos explícitos que terão obtido do utilizador, e pais que descobriram que os filhos estão a usar os telemóveis para enviar mensagens com cariz sexual aos parceiros ou a desconhecidos.

“No mundo ‘pós-covid’, com as medidas de isolamento social, os pais apercebem-se muito mais dos comportamentos das crianças online, com muitos a investigar os motivos por detrás de crianças que passam as madrugadas a trocar mensagens online”, explica ao PÚBLICO Ricardo Estrela, responsável pela operacionalização das Linhas Internet Segura e Alerta da APAV, gerida por uma equipa de cerca de 20 voluntários peritos em áreas como psicologia, direito e serviço social.

“Quando os adultos descobrem mensagens com cariz sexual explícito produzidos pelos filhos, ligam a pedir ajuda. Por vezes são jovens a falar com a namorada ou namorado que está longe e é uma questão de alertar os mais novos sobre os riscos em enviar este tipo de conteúdo, mas também há casos em que se identifica aliciamento de menores em sites online. Esses casos são encaminhados para a Polícia Judiciária”, afirma.

Tal como acontecia antes, a linha também recebe múltiplas denúncias de pornografia infantil *à solta na dark web* — só que agora, há páginas dedicadas a incitarem abusos a crianças.

90% não sabe onde pedir ajuda

Actualmente os profissionais desta linha de apoio (que funciona das 9h às 21h) recebem entre seis a sete chamadas directas por dia, além de dezenas de emails, mensagens nas redes sociais e denúncias em formulários. O número, no entanto, podia ser maior.

Apenas 10% dos inquiridos no Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e Intercampus de 2020, subordinado ao tema Percepção da População sobre Cibersegurança, admite ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime. E ao todo, só 98 pessoas referiram conhecer a Linha Internet Segura (17%). Os resultados da sondagem, com base em 591 inquéritos preenchidos entre 27 de Fevereiro e 8 de Março de 2020, foram publicados esta quinta-feira.

Embora os dados não incluam informação sobre o actual período de isolamento social, o aumento recente de queixas de engenharia social — o chamado *phishing* — pode estar relacionada com alguns dos hábitos dos portugueses. Embora 83% dos inquiridos admitam estar preocupados com a possibilidade de furto de identidade (50% está muito preocupado), 71% esteja preocupado com a segurança dos pagamentos online e 90% não acredite que os websites guardam informação de forma segura, apenas metade dos inquiridos mudou a palavra-passe nos últimos 12 meses.

“Desde ‘a covid-19’ tem-se notado um aumento de queixas sobre *sextortion*, de pessoas preocupadas com criminosos que lhes enviam mensagens onde dizem ter imagens comprometedoras delas”, partilha Ricardo Estrela. “Só que muitos são tentativas de engenharia social para tentar aproveitar pessoas que passam mais tempo ligadas à Internet e têm os contactos em listas utilizadas por criminosos. Muitas vezes o esquema é enganar as pessoas ao pedir dinheiro, levá-las a clicar em links perigosos, ou partilhar credenciais.”

Ricardo Estrela não acredita que fugas recentes de dados estejam na base destes ataques. Em vez disso, a teoria é que pessoas *com más intenções (e mais tempo livre)* se estejam a aproveitar de bases de dados antigas que foram publicadas na Internet.

Quando os utilizadores usam as mesmas credenciais (nome de utilizador e palavra-passe) para aceder a vários serviços, basta que um seja comprometido para os atacantes tentarem usar a combinação em múltiplos serviços (um fenómeno conhecido como *credential stuffing*, em inglês).

Pais monitorizam mais

Quanto ao aumento de pais a descobrir que os filhos enviam mensagens de cariz sexual, 74% dos encarregados de educação que responderam ao barómetro da APAV **admite que monitoriza a actividade dos filhos online** e 42% usa ferramentas de controlo parental no *browser*.

Embora a UNICEF alerte que monitorizar os passos dos menores cria ainda mais limites à liberdade, para alguns pais deixar os filhos sozinhos na Internet não é opção. Na semana passada também foram registadas várias chamadas para a Linha Internet Segura sobre os populares vídeos de invasões a aulas online publicadas no YouTube.

O número de emails sobre **denúncias de pornografia infantil online mantém-se alto**, diz Estrela, embora apenas 1% dos inquiridos no barómetro da APAV digam ter encontrado, acidentalmente, este tipo de conteúdo. “É normal”, diz Ricardo Estrela. “Não posso afirmar isto com 100% de certeza, mas, regra geral, as pessoas que encontram este tipo de conteúdo são por norma pessoas com algum conhecimento técnico, habituadas a navegar da *dark web*. Uma pessoa denuncia várias páginas ilegais de uma só vez.”

A *dark web* é uma parte “escondida” da World Wide Web, **infame por ser utilizada por visitantes do mercado negro online**. Resume-se a um conjunto de redes (conhecidas como *darknets*) que estão intencionalmente escondidas da Internet visível através de sistemas de encriptação. Como tal, não se encontram sites da *dark web* através de pesquisas em motores de busca, ou ao escrever o endereço de IP em navegadores de Internet normais.

Ricardo Estrela lembra que além de contactar a Linha Internet Segura “por telefone, email, redes sociais ou formulário” é “sempre aconselhável a denúncia destas situações à unidade de Cibercrime da Polícia Judiciária.”

Entre os dados divulgados no mais recente barómetro de cibersegurança da APAV, o computador e o smartphone são a forma mais comum de aceder à Internet. Antes das medidas de isolamento social, emails, chamadas fraudulentas e ataques aos dispositivos por meio de burlas online já estavam entre o tipo de cibercrimes mais comuns. São os mais velhos (faixa etária acima dos 55 anos) que mais se queixam de estarem mal informados sobre os riscos de segurança do mundo online.

Serviços telefónicos de apoio

Linha Internet Segura

internetsegura.pt
linhainternetsegura@apav.pt
800 21 90 90 (9h-21h)

UNC3T - Polícia Judiciária

(Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica)
Rua Gomes Freire 1169-007 Lisboa
211 967 000

APAV

Linha de Apoio à Vítima: 116 006 (dias úteis das 9h às 21h)
apav.sede@apav.pt

Portugueses pouco confiantes que Estado garanta privacidade dos seus dados

23/04/2020



MOTOR24

DINHEIROVIVO

A quase totalidade dos inquiridos da APAV acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal.

Leia mais em www.dinheirovivo.pt

Covid-19. Pandemia e aumento do cibercrime: como estão os portugueses a proteger-se?

23.04.2020 às 23h59



BILL HINTON/GETTY IMAGES

A Procuradoria já avisara: os cibercrimes multiplicaram-se em Portugal desde o início da pandemia de covid-19 e podem aumentar em 300%. O barómetro da APAV e Intercampus dá pistas sobre a perceção da população relativamente a cibersegurança

HUGO TAVARES DA
SILVA

Há quanto tempo não muda as *passwords*? Onde costuma aceder à Internet? Com que frequência? O que costuma fazer? Considera a pornografia infantil *online* cibercrime? As respostas a estas e muitas outras perguntas constam na última edição do barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e da Intercampus, que tem como objeto a perceção da população relativamente a cibersegurança.

Por exemplo, metade dos 591 inquiridos não mudou as *passwords* dos dispositivos e plataformas que frequenta nos últimos 12 meses. Por outro lado, mais de três quartos diz não fornecer informação pessoal quando acede à Internet. Mais de três quartos refere, também, que tem preocupação em usar antivírus, recorre a *passwords* mais complexas e diz também não abrir e-mails de remetentes desconhecidos.

Na terça-feira, a Procuradoria-Geral da República (PGR) alertou que os cibercrimes multiplicaram-se em Portugal desde o início da pandemia de covid-19 e que poderão aumentar em 300% até ao final de abril. Os dados foram revelados pelo gabinete de cibercrime da PGR.

A Procuradoria recebeu, até 16 de abril, 162 queixas e encaminhou 28 para abertura de inquérito. Em 2019, foram denunciadas 193 situações ilícitas, sendo que 67 delas culminaram em inquérito no Ministério Público.

O barómetro diz que “praticamente a totalidade” dos inquiridos acede à Internet em computadores, portáteis e smartphones. As ações mais repetidas são a consulta de e-mail pessoal, visitas a redes sociais e leitura de notícias. Quase todos os inquiridos (94%) compra ou vende ou já comprou e vendeu algum produto *online* e ainda acede à conta bancária via Internet.

Apenas 24% dos entrevistados revela estar bastante bem informado relativamente a cibersegurança e aos riscos do cibercrime -- 13%, em que a maioria se trata de gente mais velha, admite estar pouco ou nada informado sobre o cibercrime.

Este documento revela também que tipo de histórias ou problemas os inquiridos já sofreram ou ouviram de um parente ou de alguém chegado. A lista é liderada essencialmente por e-mails fraudulentos (36 pessoas), ataques aos dispositivos através de software malicioso (27) e burlas *online* (24). Três dos entrevistados diz que já acedeu ou conhece quem tenha acedido acidentalmente a conteúdos de pornografia infantil *online*. Quarenta e três pessoas não teve contacto ou conhecimento próximo de nenhuma situação do género.

Entre os 591 inquiridos, 208 têm crianças ou jovens com menos de 16 anos ao seu cuidado. Nesse sentido, a ação mais adotada (74%) como medida de segurança é a monitorização da atividade *online* da criança ou jovem -- 42% refere que recorre a controlos parentais disponibilizados pelos browsers de Internet. Pouco mais de metade (58%) desses adultos menciona que discute a temática dos riscos *online* com as crianças ou jovens. Quase metade (45%) controla e limita o tempo de utilização dos dispositivos com ligação à Internet.

Este estudo de APAV e da Intercampus pediu também aos entrevistados para definirem por gravidade alguns crimes. Por exemplo, 84% dos inquiridos considera a pornografia infantil *online* muito grave; 77% define como muito grave o furto de identidade, assim como outros 64% dizem o mesmo sobre o *ransomware* (ataque aos dispositivos que lhe negam depois acesso até ao pagamento de um resgate). A lista continua: 66% diz que a divulgação não consensual de fotos/vídeos íntimos é muito grave (26% considera apenas grave e 2% diz que não se trata de um crime). Quando a questão é o discurso de ódio ou incitamento ao ódio, 45% diz ser um crime muito grave, 38% um crime grave e 12% revela que se trata de um crime de menor importância (3% diz que não é crime).

Um dos números que será porventura mais preocupante é aquele que indica que apenas 10% dos inquiridos diz conhecer alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime.

A Linha Internet Segura, um serviço gerido pela APAV, é conhecida apenas por 17% dos inquiridos, revela o mesmo estudo. Sete por cento já contactou ou conhece alguém que já tenha contactado a Linha Internet Segura.

A Linha Internet Segura está disponível através do email linhainternetsegura@apav ou através do número de telefone 800.219.090. A APAV recorda que este apoio é confidencial e gratuito, tal como acontece com todos os outros serviços da associação.

Barómetro da APAV indica que portugueses estão pouco confiantes que o Estado garanta privacidade dos seus dados

Posted by **Agencia Lusa**

23 Abril, 2020 at 11:17



Um barómetro sobre as **percepções** dos portugueses sobre **cibersegurança** revelam que 80% dos inquiridos não confiam no Estado para garantir a privacidade dos seus dados pessoais e a maioria crê num risco crescente de ser vítima de cibercrime.

O barómetro da **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)** hoje revelado foi elaborado com base num **questionário** online a 591 pessoas entre 27 de fevereiro e 8 de março e mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à internet, seja em casa, no trabalho, ou até na rua, pelo uso de smartphones, com a consulta de emails, o acesso às redes sociais e a leitura de notícias a serem as atividades predominantes.

Entre os inquiridos, 80% “receia que a confidencialidade da sua informação pessoal não esteja a ser assegurada pela Administração Pública” e 90% tem esse receio em relação a ‘websites’, de forma geral.

A quase totalidade dos inquiridos acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal online. Um quarto dos inquiridos não se sente capaz de se proteger de ataques e ameaças de cibercrime, como seja proteger o computador com a instalação de um antivírus.

Ataques de software malicioso, roubo de identidade, acesso indevido a contas nas redes sociais ou email e burla estão entre as principais preocupações.

Sobre a percepção do que pode ser considerado cibercrime, a pornografia online encabeça a lista, com 84% dos inquiridos a manifestarem esse entendimento, seguindo-se roubo de identidade e divulgação online sem consentimento de vídeos e fotos íntimas.

12% considera o discurso de ódio ou o incitamento ao ódio um cibercrime de menor importância.

Quase metade dos inquiridos afirma que nos últimos três anos não foi vítima nem teve conhecimento no seu círculo de pessoas próximas de casos cibercrime, mas quando isso aconteceu as chamadas fraudulentas, ataque aos dispositivos eletrónicos e as burlas online foram as situações mais relatadas.

No caso das burlas online a maioria das vítimas denunciou à polícia e outras entidades responsáveis e nos acessos indevidos a contas de email ou redes sociais as vítimas optaram maioritariamente por alterar a sua password.

Mais de metade dos inquiridos afirma ter alterado a password nos últimos 12 meses para acesso ao email, redes sociais ou serviços de banca online.

Apenas 10% dos participantes no barómetro declarou ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime, tendo a APAV, a Polícia Judiciária e outras forças policiais sido as mais mencionadas por esses casos.

Os inquiridos que declaram ter menores a cargo afirmaram, na sua maioria, que monitorizam as atividades online dos mais jovens. Quase metade controla o tempo que as crianças e jovens passam online e recorrem a controlos parentais no navegador de internet.

Maioria dos portugueses não confia no Estado para garantir a privacidade dos seus dados

23 de Abril de 2020



Quase totalidade dos inquiridos num barómetro da APAV acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal online

80% dos portugueses receiam que a confidencialidade da sua informação pessoal “não esteja a ser assegurada pela administração pública” e 90% tem esse receio em relação a sites, em geral.

A conclusão é do barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), divulgado esta quinta-feira com base num questionário online a 591 pessoas entre 27 de fevereiro e 8 de março, que mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à internet. Seja em casa, no trabalho, ou até na rua, pelo uso de smartphones, a consulta de emails, o acesso às redes sociais e a leitura de notícias são as atividades predominantes.

A quase totalidade dos inquiridos acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal online. Um quarto não se sente capaz de se proteger de ataques e ameaças de crime online, como proteger o computador com a instalação de um antivírus.

Ataques de software malicioso, roubo de identidade, acesso indevido a contas nas redes sociais ou email e burla estão entre as principais preocupações.

Sobre a perceção do que pode ser considerado cibercrime, a pornografia online encabeça a lista, com 84% dos inquiridos a manifestarem esse entendimento, seguindo-se roubo de identidade e divulgação online sem consentimento de vídeos e fotos íntimas. 12% consideram o discurso de ódio ou o incitamento ao ódio um cibercrime de menor importância.

Quase metade dos inquiridos afirma que nos últimos três anos não foi vítima nem teve conhecimento no seu círculo de pessoas próximas de casos de cibercrime, mas – nos casos em que isso aconteceu – as chamadas fraudulentas, os ataques aos dispositivos eletrónicos e as burlas online foram as situações mais relatadas.

No caso das burlas online, a maioria das vítimas apresentou denúncia à polícia e outras entidades responsáveis e nos acessos indevidos a contas de email ou redes sociais as vítimas optaram maioritariamente por alterar a sua password. Mais de metade dos inquiridos afirma ter alterado a password nos últimos 12 meses para acesso ao email, redes sociais ou serviços de banca online.

Apenas 10% dos participantes no barómetro declarou ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime, tendo a APAV, a Polícia Judiciária e outras forças policiais sido as mais mencionadas por esses casos.

Os inquiridos que declaram ter menores a cargo afirmaram, na sua maioria, que monitorizam as atividades online dos mais jovens. Quase metade controla o tempo que as crianças e jovens passam online e recorrem a controlos parentais no navegador de internet.

Fonte: Expresso

Portugueses pouco confiantes que Estado garanta privacidade dos seus dados



Dinheiro
Vivo/Lusa

23.04.2020 | 07:16

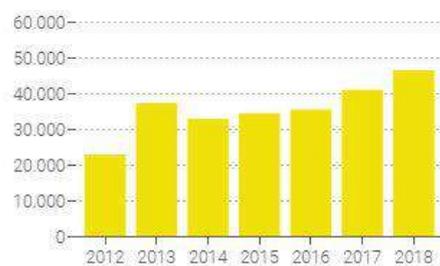
A quase totalidade dos inquiridos da APAV acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal.

Um barómetro sobre as perceções dos portugueses sobre cibersegurança revelam que 80% dos inquiridos não confiam no Estado para garantir a privacidade dos seus dados pessoais e a maioria crê num risco crescente de ser vítima de cibercrime.

O barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revelado esta quinta-feira foi elaborado com base num questionário online a 591 pessoas entre 27 de fevereiro e 08 de março e mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à internet, seja em casa, no trabalho, ou até na rua, pelo uso de smartphones, com a consulta de emails, o acesso às redes sociais e a leitura de notícias a serem as atividades predominantes.

Atuação da APAV

Número de atendimentos feitos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



Fonte: APAV a 04/03/2020

[Sugestões?](#)



Entre os inquiridos, 80% “receia que a confidencialidade da sua informação pessoal não esteja a ser assegurada pela Administração Pública” e 90% tem esse receio em relação a ‘websites’, de forma geral.

A quase totalidade dos inquiridos acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal online. Um quarto dos inquiridos não se sente capaz de se proteger de ataques e ameaças de cibercrime, como seja proteger o computador com a instalação de um

antivírus.

Ataques de software malicioso, roubo de identidade, acesso indevido a contas nas redes sociais ou email e burla estão entre as principais preocupações.

Sobre a perceção do que pode ser considerado cibercrime, a pornografia online encabeça a lista, com 84% dos inquiridos a manifestarem esse entendimento, seguindo-se roubo de identidade e divulgação online sem consentimento de vídeos e fotos íntimas.

12% considera o discurso de ódio ou o incitamento ao ódio um cibercrime de menor importância.

Quase metade dos inquiridos afirma que nos últimos três anos não foi vítima nem teve conhecimento no seu círculo de pessoas próximas de casos cibercrime, mas quando isso aconteceu as chamadas fraudulentas, ataque aos dispositivos eletrónicos e as burlas online foram as situações mais relatadas.

No caso das burlas online a maioria das vítimas denunciou à polícia e outras entidades responsáveis e nos acessos indevidos a contas de email ou redes sociais as vítimas optaram maioritariamente por alterar a sua password.

Mais de metade dos inquiridos afirma ter alterado a password nos últimos 12 meses para acesso ao email, redes sociais ou serviços de banca online.

Apenas 10% dos participantes no barómetro declarou ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime, tendo a APAV, a Polícia Judiciária e outras forças policiais sido as mais mencionadas por esses casos.

Os inquiridos que declaram ter menores a cargo afirmaram, na sua maioria, que monitorizam as atividades online dos mais jovens. Quase metade controla o tempo que as crianças e jovens passam online e recorrem a controlos parentais no navegador de internet.

Barómetro APAV/Intercampus | Perceção da População sobre Cibersegurança

23 ABRIL 2020



TOOLS

IMPRIMIR

TYPOGRAPHY

MEDIUM

DEFAULT

READING MODE

SHARE THIS



A APAV apresenta hoje as conclusões do Barómetro APAV/Intercampus sobre a "Perceção da População sobre Cibersegurança". O inquérito sobre cibersegurança foi desenvolvido no âmbito da parceria mecenática entre a APAV e a Intercampus, resultando da aplicação de um questionário junto da população portuguesa.

A informação foi recolhida através de entrevistas online, junto de um painel de internautas, no período entre 27 de fevereiro e 8 de março de 2020. O inquérito é composto maioritariamente por perguntas fechadas sobre, por exemplo, a frequência de acesso à internet, atividades que realiza online, perceções sobre cibersegurança, perceções sobre cibercrime, estruturas de apoio a vítimas de cibercrime.

Destacamos algumas conclusões:

- 24% dos inquiridos considera estar bastante bem informado sobre os riscos inerentes ao Cibercrime;
- Apenas 10% dos inquiridos declara ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste Apoio a Vítimas de Cibercrime;
- 17% do total da amostra tem conhecimento da Linha Internet Segura, sendo que 7% dos que conhecem já contactou ou conhece alguém que tenha contactado com a Linha Internet Segura.

As conclusões do Barómetro APAV/Intercampus serão apresentadas esta tarde, pelas 17h, numa transmissão em direto no Instagram da APAV. Ricardo Estrela, gestor da Linha Internet Segura, e Clara Francisco, representante da Intercampus, estarão à conversa sobre o tema.

Consulte aqui o documento:

[Barómetro APAV/Intercampus | Perceção da População sobre Cibersegurança \(PDF\)](#)

Portugueses pouco confiantes que Estado garanta privacidade dos seus dados

Barómetro



Há 2 semanas em 23/04/2020

Por Redação



Foto: Arquivo

Um barómetro sobre as perceções dos portugueses sobre cibersegurança revelam que 80% dos inquiridos não confiam no Estado para garantir a privacidade dos seus dados pessoais e a maioria crê num risco crescente de ser vítima de cibercrime.

O barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) hoje revelado foi elaborado com base num questionário online a 591 pessoas entre 27 de fevereiro e 08 de março e mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à internet, seja em casa, no trabalho, ou até na rua, pelo uso de smartphones, com a consulta de emails, o acesso às redes sociais e a leitura de notícias a serem as atividades predominantes.

Entre os inquiridos, 80% “receia que a confidencialidade da sua informação pessoal não esteja a ser assegurada pela Administração Pública” e 90% tem esse receio em relação a ‘websites’, de forma geral.

A quase totalidade dos inquiridos acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal online. Um quarto dos inquiridos não se sente capaz de se proteger de ataques e ameaças de cibercrime, como seja proteger o computador com a instalação de um antivírus.

Ataques de software malicioso, roubo de identidade, acesso indevido a contas nas redes sociais ou email e burla estão entre as principais preocupações.

Sobre a perceção do que pode ser considerado cibercrime, a pornografia online encabeça a lista, com 84% dos inquiridos a manifestarem esse entendimento, seguindo-se roubo de identidade e divulgação online sem consentimento de vídeos e fotos íntimas.

12% considera o discurso de ódio ou o incitamento ao ódio um cibercrime de menor importância.

Quase metade dos inquiridos afirma que nos últimos três anos não foi vítima nem teve conhecimento no seu círculo de pessoas próximas de casos cibercrime, mas quando isso aconteceu as chamadas fraudulentas, ataque aos dispositivos eletrónicos e as burlas online foram as situações mais relatadas.

No caso das burlas online a maioria das vítimas denunciou à polícia e outras entidades responsáveis e nos acessos indevidos a contas de email ou redes sociais as vítimas optaram maioritariamente por alterar a sua password.

Mais de metade dos inquiridos afirma ter alterado a password nos últimos 12 meses para acesso ao email, redes sociais ou serviços de banca online.

Apenas 10% dos participantes no barómetro declarou ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime, tendo a APAV, a Polícia Judiciária e outras forças policiais sido as mais mencionadas por esses casos.

Os inquiridos que declaram ter menores a cargo afirmaram, na sua maioria, que monitorizam as atividades online dos mais jovens. Quase metade controla o tempo que as crianças e jovens passam online e recorrem a controlos parentais no navegador de internet.

Portugueses pouco confiantes que Estado garanta privacidade dos seus dados

O barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima foi elaborado com base num questionário online a 591 pessoas entre 27 de fevereiro e 8 de março e mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à internet, seja em casa, no trabalho, ou até na rua, pelo uso de smartphones, com a consulta de emails, o acesso às redes sociais e a leitura de notícias a serem as atividades predominantes.



Lusa

23 de abril de 2020 às 00:20

Um barómetro sobre as perceções dos portugueses sobre cibersegurança revelam que 80% dos inquiridos não confiam no Estado para garantir a privacidade dos seus dados pessoais e a maioria crê num risco crescente de ser vítima de cibercrime.

O barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revelado esta quinta-feira foi elaborado com base num questionário online a 591 pessoas entre 27 de fevereiro e 8 de março e mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à internet, seja em casa, no trabalho, ou até na rua, pelo uso de smartphones, com a consulta de emails, o acesso às redes sociais e a leitura de notícias a serem as atividades predominantes.

Entre os inquiridos, 80% "receia que a confidencialidade da sua informação pessoal não esteja a ser assegurada pela Administração Pública" e 90% tem esse receio em relação a 'websites', de forma geral.

A quase totalidade dos inquiridos acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita fornecer informação pessoal online. Um quarto dos inquiridos não se sente capaz de se proteger de ataques e ameaças de cibercrime, como seja proteger o computador com a instalação de um antivírus.

Ataques de software malicioso, roubo de identidade, acesso indevido a contas nas redes sociais ou email e burla estão entre as principais preocupações.

Sobre a perceção do que pode ser considerado cibercrime, a pornografia online encabeça a lista, com 84% dos inquiridos a manifestarem esse entendimento, seguindo-se roubo de identidade e divulgação online sem consentimento de vídeos e fotos íntimas.

12% considera o discurso de ódio ou o incitamento ao ódio um cibercrime de menor importância.

Quase metade dos inquiridos afirma que nos últimos três anos não foi vítima nem teve conhecimento no seu círculo de pessoas próximas de casos cibercrime, mas quando isso aconteceu as chamadas fraudulentas, ataque aos dispositivos eletrónicos e as burlas online foram as situações mais relatadas.

No caso das burlas online a maioria das vítimas denunciou à polícia e outras entidades responsáveis e nos acessos indevidos a contas de email ou redes sociais as vítimas optaram maioritariamente por alterar a sua password.

Mais de metade dos inquiridos afirma ter alterado a password nos últimos 12 meses para acesso ao email, redes sociais ou serviços de banca online.

Apenas 10% dos participantes no barómetro declarou ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste apoio a vítimas de cibercrime, tendo a APAV, a Polícia Judiciária e outras forças policiais sido as mais mencionadas por esses casos.

Os inquiridos que declaram ter menores a cargo afirmaram, na sua maioria, que monitorizam as atividades online dos mais jovens. Quase metade controla o tempo que as crianças e jovens passam online e recorrem a controlos parentais no navegador de internet.

Portugueses não confiam no Estado para proteger dados

Um barómetro aponta que quase a totalidade dos inquiridos acredita que o risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar e evita, tanto quanto possível, fornecer informação pessoal online

23/04/2020



Cerca de **80% dos portugueses** receiam que a **privacidade** dos dados relativos a **informação pessoal** “não esteja a ser assegurada pela administração pública”. Simultaneamente, **90% dos portugueses têm o mesmo receio em relação a sites**, no geral.

O barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) baseia-se num questionário online a 591 pessoas e mostra que a maioria dos inquiridos está sempre ligada à Internet, seja em casa, no trabalho ou na rua.

O estudo indica, de acordo com a Agência Lusa, que a quase totalidade dos inquiridos acredita que o **risco de ser vítima de cibercrime está a aumentar** e evita fornecer informação pessoal online. Ao mesmo tempo, um quarto dos inquiridos não se sente capaz de se proteger de ataques e ameaças de crime online.

O barómetro refere que quase metade dos inquiridos afirma que, nos últimos três anos, não foi vítima, nem teve conhecimento no seu círculo de pessoas próximas de casos de cibercrime. Entre os casos que aconteceram, as chamadas fraudulentas, os ataques a dispositivos eletrónicos e burlas online foram as situações mais relatadas.

Sociedade

Covid-19: Violência doméstica é uma “epidemia escondida” no confinamento

Por **Jornalista Rui Rosa** - 23 Abril, 2020

 122

 [Compartilhar no Facebook](#)

 [Tweet no Twitter](#)

 [G+](#)

 [Pinterest](#)

Armadilha invisível

Metade do mundo está em confinamento e o isolamento social é fundamental para combater a pandemia de covid-19, mas como fazê-lo quando se vive com um agressor? Como se proteger da ameaça que vem de uma das pessoas mais próximas? A quarentena é, para milhões de mulheres, uma armadilha invisível.

“Sabemos que os confinamentos são essenciais para suprimir a covid-19, mas podem encurralar as mulheres com parceiros abusivos”, escreveu no Twitter António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas. “Para muitas mulheres e raparigas, a ameaça é maior onde deviam estar mais seguras: nas suas próprias casas”, continuou, sublinhando em comunicado ser necessário um “aumento do investimento nos serviços online e das organizações da sociedade civil”. Que os governos “ponham a segurança das mulheres em primeiro lugar na resposta à pandemia”, pediu.

Os especialistas das Nações Unidas chamam à violência doméstica “a epidemia escondida” e as medidas de isolamento social vieram exacerbar as condições para a violência estrutural num espaço que deveria ser de segurança. Os números já eram assustadores antes da pandemia – 249 milhões de mulheres e raparigas dos 15 aos 49 anos foram vítimas de violência nos últimos 12 meses, diz a ONU – e subiram em tempos de confinamento.

Em Portugal

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) já alertou para a possibilidade de, durante o período de isolamento devido à Covid-19, aumentar a violência doméstica. Por essa razão, a associação lançou uma nova campanha.

“Em tempos em que a contenção e isolamento sociais são imperativos, a APAV alerta para o possível aumento da violência doméstica, do cibercrime e de crimes contra o património” avisou, pedindo às vítimas que prestem atenção aos sinais e que não fiquem em silêncio. O Governo português anunciou, na semana passada, um aumento do número de camas disponíveis em abrigos para acolher vítimas de violência doméstica, assim como a criação de um endereço de e-mail (violencia.covid@cig.gov.pt) específico para a receção de denúncias durante a pandemia.

Existe ainda a hipótese de as vítimas telefonarem ou enviarem uma mensagem gratuita para o número 3060, sendo que o registo desse contacto é confidencial e, portanto, não aparecerá nas faturas telefónicas.

O decreto do Governo português que especifica as medidas do estado de emergência devido à pandemia esclarece que é permitida a circulação de cidadãos que se desloquem para o "acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica ou tráfico de seres humanos, bem como de crianças e jovens em risco".

Junta de Freguesia de Vila Real aprovou terceiro conjunto de apoios financeiros a instituições locais



🕒 23 Abr, 23:18 📍 Coronavírus, Vila Real 📧 🌐 🐦 🔄

A Junta de Freguesia de Vila Real aprovou a 21 de abril o terceiro conjunto de apoios financeiros a instituições da freguesia, para comparticipação de despesas relativas a medidas de prevenção e contenção da COVID-19.

Os beneficiários são o Gabinete de Apoio à Vítima de Vila Real, da APAV, e os Lares de Infância e Juventude da Associação Via Nova e da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (Florinhas da Neve).

Este é o terceiro conjunto de apoios financeiros extraordinários que a Freguesia de Vila Real atribuiu às instituições para reforço dos meios de resposta à COVID-19. Nos dois primeiros foram beneficiárias as Corporações de Bombeiros, Cruz Branca e Cruz Verde, a Re-Food e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) detentoras de resposta social dos tipos Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) ou Lar Residencial: Centro Social Paroquial de Santo António, Lar de Nossa Senhora das Dores, Santa Casa da Misericórdia de Vila Real e Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real.

Estes apoios enquadram-se num conjunto de medidas que a Freguesia tem vindo a implementar para mitigar os efeitos da COVID-19. Destas medidas destaca-se o programa "Nós vamos por si", através do qual a Freguesia de Vila Real disponibiliza colaboração e apoio para cidadãos com mais de 65 anos, sem retaguarda familiar, doentes crónicos, portadores de incapacidade ou com mobilidade condicionada para as tarefas de aquisição de medicamentos ou bens de primeira necessidade. Também no âmbito deste programa, a Freguesia procede à entrega ao domicílio de medicação de ambulatório hospitalar. O objetivo é evitar que os utentes se desloquem propositadamente ao Hospital para procederem ao seu levantamento.

Recentemente a Freguesia de Vila Real colocou também à disposição a sua sede e os polos de S. Pedro e N. S. da Conceição para a distribuição de refeições escolares aos alunos abrangidos pelos escalões A e B da Ação Social Escolar e que estejam sinalizados pelos Agrupamentos/Escolas como necessitados da manutenção destas refeições.

Estudo APAV/Intercampus sobre cibersegurança é apresentado esta quinta-feira

IVA SOARES 24-04-2020



crime online tem sido tema nos últimos dias com o aumento devido ao confinamento e ao uso extremo da internet.

Esta quinta-feira, 23 de abril, são apresentadas as conclusões do Barómetro APAV/Intercampus sobre a **“Perceção da População sobre Cibersegurança”**. O inquérito sobre cibersegurança foi desenvolvido no âmbito da parceria mecénica entre a APAV e a Intercampus, resultando da aplicação de um questionário junto da população portuguesa.

As entrevistas foram feitas online no período entre 27 de fevereiro e 8 de março de 2020.

As questões incidiram na frequência de acesso à internet, atividades que as pessoas realizam online, perceções sobre cibersegurança, perceções sobre cibercrime, estruturas de apoio a vítimas de cibercrime.

Das conclusões do estudo destaca-se que 24% dos inquiridos considera estar bastante bem informado sobre os riscos inerentes ao Cibercrime. Apenas 10% dos inquiridos declara ter conhecimento de alguma estrutura em Portugal que preste Apoio a Vítimas de Cibercrime e 17% do total da amostra tem conhecimento da Linha Internet Segura, sendo que 7% dos que conhecem já contactou ou conhece alguém que tenha contactado com a Linha Internet Segura.

APAV apela a vizinhos das vitimas que denunciem agressões

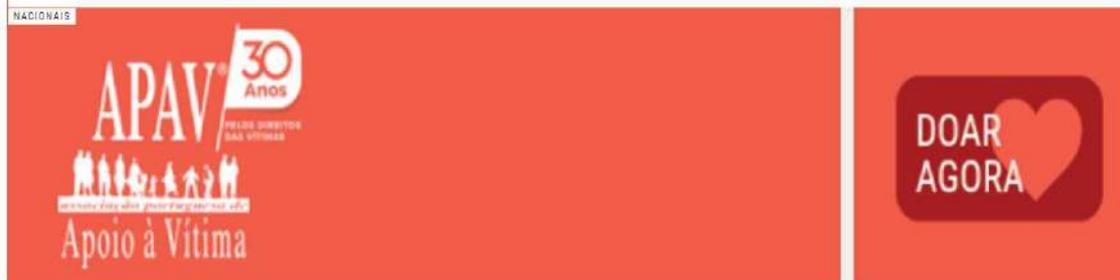


As queixas de violência doméstica desceram mais de 15% entre fevereiro e março deste ano em Portugal, mas o número não significa uma diminuição real das agressões.

Em tempo de confinamento, as autoridades policiais e a associação de apoio a vítima apelam para que as denúncias sejam feitas pelos vizinhos.

Posição da APAV sobre a necessidade de considerar o Impacto das Medidas de Saúde Pública

27 ABRIL 2020



TOOLS

IMPRIMIR

TYPOGRAPHY

MEDIUM

DEFAULT

READING MODE

SHARE THIS



Posição da APAV sobre a necessidade de considerar o impacto das medidas de saúde pública de combate à pandemia de COVID-19 sobre as pessoas idosas.

A APAV apresenta hoje a sua posição sobre a necessidade de considerar os efeitos que o levantamento gradual das medidas de saúde pública, a ser atualmente discutido, terá nas pessoas idosas, nas relações intergeracionais e na construção de uma sociedade menos idadista.

Na persecução da sua missão – já com 30 anos de idade – de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima, a APAV, que no último ano prestou apoio a 1.350 pessoas idosas vítimas de crime e violência, defende que:

1. Devem os decisores políticos transmitir à sociedade portuguesa, tão claramente como transmitem medidas restritivas e de saúde pública, que vivemos num Estado de Direito democrático que não cai na tentação de adotar generalizações facilitistas e onde os direitos, liberdade e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa não expiram com a idade;
2. Devem ser chamados à discussão sobre o levantamento das medidas de saúde pública na presente e seguintes fases do combate à pandemia COVID-19 aqueles profissionais que poderão informar acerca dos efeitos, a curto e longo prazo, que as decisões agora tomadas terão para as pessoas idosas e para a sociedade portuguesa;
3. Devem ser chamados a esta mesma discussão pessoas idosas e/ou associações que as representem.

A APAV está atenta ao impacto que a situação epidemiológica do nosso país tem na sociedade portuguesa e, em particular, nos fenómenos de vitimação, e considera que, por um lado, esta pandemia permitiu um despertar generalizado para as condições em que muitas pessoas idosas vivem, particularmente em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. Por outro lado, começa a surgir, entre aqueles cujas atenções sempre estiveram voltadas para as pessoas idosas, uma sensação de que se avizinham tempos perigosos para a dignidade e igualdade das mesmas.

É premente ouvir os psicólogos, os sociólogos, os geriatras, os gerontólogos, os investigadores, os corpos dirigentes e todos os que trabalham em lares, os cuidadores e as próprias pessoas idosas.

É necessário ouvi-los falar, por exemplo, sobre os perigos do isolamento e da solidão para a saúde física e mental, o fraco investimento público nas respostas sociais e as deficiências do sistema de fiscalização em vigor ou o impacto negativo que o isolamento tem também naqueles que vivem em contextos de violência, confinados com os seus agressores.

Consulte aqui o documento:

[Posição da APAV sobre a necessidade de considerar o impacto das medidas de saúde pública de combate à pandemia de COVID-19 sobre as pessoas idosas\(PDF\)](#)

APAV

CHAMADA GRATUITA
116 006
Linha de Apoio à Vítima
Também disponível em 112

Linha Internet Segura
800 294 990

ORDEN DA LIBERDADE

CONSIGNAÇÃO DO IRS
**RECOMEÇAR DO ZERO,
0,5% DE CADA VEZ**

Doe 0,5% do imposto liquidado à APAV, sem custos para si.

NIF 502 547 952

APAV
Apoio à Vítima
30 Anos
PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS



LINHA DE APOIO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CRIADA HÁ UM MÊS JÁ TEVE 113 PEDIDOS DE AJUDA DURANTE A QUARENTENA

Rafaela Simões · 27 abr 2020 10:32 · Atualidade

Apesar de a APAV relatar um diminuição de pedidos, revela que estes não representam a realidade e apela a que os vizinhos estejam atentos.



Engin Akyurt/Pexels

A 27 de março, há precisamente um mês, foi lançado pelo Governo e a Fundação Vodafone uma linha de apoio para vítimas de violência doméstica para reforçar a ajuda nestes tempos de isolamento. Esta linha seria um apoio extra dado à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). **Os pedidos de ajuda nestes primeiros 30 dias chegaram aos 113.**

A linha gratuita e confidencial — o número é o 3060 — veio reforçar a resposta da APAV, que viu decrescer os pedidos de ajuda entre 15 a 20%, desde o início de março. Contudo, a Associação revela que há mais vizinhos e amigos a pedir informações sobre apoios disponíveis na área de residência, diz Daniel Cotrim, da APAV, de acordo com o "[Jornal de Notícias](#)".

O mesmo acrescenta que a diminuição de pedidos de ajuda não representa a realidade: **"Primeiro, as vítimas estão fechadas com o agressor, é difícil pedir ajuda. Depois, a crise financeira também lhes levanta dúvidas sobre se é o momento para denunciarem"**, explica.

A secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade revela que "a situação de confinamento e o contexto de stress agudizam o risco de violência doméstica", algo que pode traduzir-se numa maior dificuldade das vítimas em pedir ajuda, de acordo com o "JN".

Só em 2019, de acordo com o último relatório da APAV, foram registadas 23.586 queixas de violência doméstica. Já em 2020, não se sabe o total de pedidos de ajuda, mas sabe-se que ao contrário de outros países europeus, cujos casos aumentaram em um terço, em Portugal essa subida, quer de denúncias ou procura de apoio, ainda não se verifica.

No entanto, é conhecido que a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) já recebeu 113 SMS até ao momento. Os profissionais da equipa da CIG, quando consultados através da linha de apoio, fornecem conselhos sobre procedimentos a adotar em caso de perigo, dão apoio psicológico e indicam locais para formalizar denúncias.

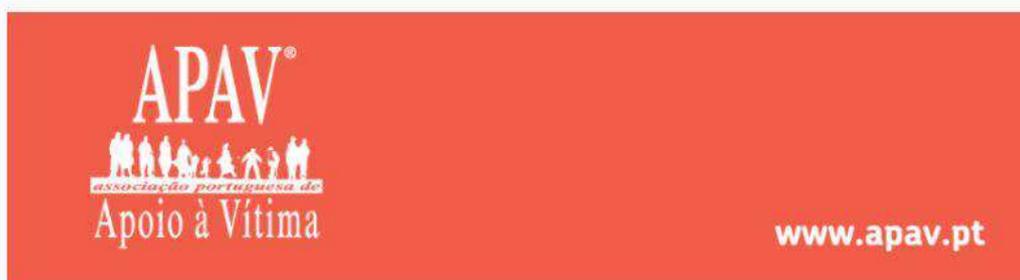
A Comissão está em contacto permanente com as forças de segurança territoriais de forma a garantir a rapidez de resposta, como é o caso de patrulhamento das autoridades caso necessário. Outras medidas estão também a ser tomadas pelo **Governo, que já estendeu o período de acolhimento das vítimas nas casas de abrigo e criou, a 6 de abril, duas novas estruturas temporárias para acolhimento de emergência.**

Daniel Cotrim revela que alguns casos de acolhimento de emergência são diferentes do comum, uma vez que as mulheres estão a ser postas na rua pelos companheiros, motivados pelo stresse do confinamento. O membro da APAV apela aos vizinhos que estejam atentos, uma vez que tema o aumento da violência psicológica e da coação sexual.

As vítimas **"não devem confrontar os agressores e devem aproveitar quando vão à rua para pedir ajuda"**, conclui Daniel Cotrim.

Posição da APAV sobre a necessidade de considerar o impacto das medidas de saúde pública de combate à pandemia de COVID-19 sobre as pessoas idosas

27 Abr, 2020. In COVID-19 / País by Rádio Ideias



A APAV apresenta hoje a sua posição sobre a necessidade de considerar os efeitos que o levantamento gradual das medidas de saúde pública, a ser atualmente discutido, terá nas pessoas idosas, nas relações intergeracionais e na construção de uma sociedade menos idadista.

Na persecução da sua missão – já com 30 anos de idade – de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima, a APAV, que no último ano prestou apoio a 1.350 pessoas idosas vítimas de crime e violência, defende que:

Devem os decisores políticos transmitir à sociedade portuguesa, tão claramente como transmitem medidas restritivas e de saúde pública, que vivemos num Estado de Direito democrático que não cai na tentação de adotar generalizações facilitistas e onde os direitos, liberdade e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa não expiram com a idade;

Devem ser chamados à discussão sobre o levantamento das medidas de saúde pública na presente e seguintes fases do combate à pandemia COVID-19 aqueles profissionais que poderão informar acerca dos efeitos, a curto e longo prazo, que as decisões agora tomadas terão para as pessoas idosas e para a sociedade portuguesa;

Devem ser chamados a esta mesma discussão pessoas idosas e/ou associações que as representem.

A APAV está atenta ao impacto que a situação epidemiológica do nosso país tem na sociedade portuguesa e, em particular, nos fenómenos de vitimação, e considera que, por um lado, esta pandemia permitiu um despertar generalizado para as condições em que muitas pessoas idosas vivem, particularmente em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. Por outro lado, começa a surgir, entre aqueles cujas atenções sempre estiveram voltadas para as pessoas idosas, uma sensação de que se avizinham tempos perigosos para a dignidade e igualdade das mesmas.

É premente ouvir os psicólogos, os sociólogos, os geriatras, os gerontólogos, os investigadores, os corpos dirigentes e todos os que trabalham em lares, os cuidadores e as próprias pessoas idosas.

É necessário ouvi-los falar, por exemplo, sobre os perigos do isolamento e da solidão para a saúde física e mental, o fraco investimento público nas respostas sociais e as deficiências do sistema de fiscalização em vigor ou o impacto negativo que o isolamento tem também naqueles que vivem em contextos de violência, confinados com os seus agressores.

Consulte aqui o documento:

[Posição da APAV sobre a necessidade de considerar o impacto das medidas de saúde pública de combate à pandemia de COVID-19 sobre as pessoas idosas\(PDF\)](#) 

VIOLENCIA

Mais de uma centena de vítimas de violência doméstica enviaram SMS a pedir ajuda

A funcionar há um mês, o serviço de mensagens para vítimas de violência doméstica recebeu 113 pedidos de ajuda. Um apoio disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, grátis e que não é rastreável.

Por Rute Fonseca
27 Abril, 2020 • 07:45

PARTILHAR

Facebook

Twitter

WhatsApp

E-mail



Comentar



© pixabay

A ideia partiu da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade. A funcionar desde o dia 27 de março, 113 vítimas de violência doméstica enviaram SMS a pedir ajuda.

Rosa Monteiro, secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, explica que sempre que necessário a polícia intervém, mas os contactos têm objetivos diferentes: "Uns são pedidos de informação, outros pedidos de apoio imediato e direto, outros de esclarecimentos, de encaminhamento para a rede de apoio que existe no país e com estruturas de atendimento ou de acolhimento de emergência por exemplo. E são também pedidos de apoio mais imediato que a equipa de apoio de atendimento posteriormente entra em contacto com as forças de segurança".

Rosa Monteiro sublinha que o monitorização das várias estruturas a nível nacional revelou que enquanto o serviço de SMS cresceu a procura de ajuda por outros meios diminuiu: "Terá muito a ver com a circunstância de os agressores neste momento e com as medidas de confinamento sentirem que têm mais controlo da situação e controlo sobre a vítima, o que desencadeia menos situações de violência ou de agressão".

O que irá mudar assim que as vítimas possam retomar parte do seu cotidiano.

"A partir do momento em que as medidas de confinamento possam ser atenuadas e as mulheres tenham mais autonomia e retoma da sua vida normal, mais longe da capacidade total de controle que os agressores têm sobre elas, o desencadear de situações irá explodir".

O governo já está a trabalhar para a fase em que as medidas de confinamento vão ser mais leves, a Rede Nacional de Apoio às vítimas de violência doméstica foi reforçada com 100 camas e quem procura apoio psicológico pode recorrer à rede do Programa Nacional de Saúde Mental.

A SMS deve ser enviada para o número 3060, do outro lado está alguém da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, articulada com a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

No último mês foram criadas novas estruturas de emergência para vítimas de violência doméstica, incluindo um centro temporário de acolhimento da APAV. Desde o dia 6 de abril, quase 40 mulheres recorreram a esta ajuda, revela à TSF Daniel Cotrim, responsável pelo centro da associação de apoio à vítimas.

Das 36 mulheres vítimas de violência doméstica acolhidas pela APAV, muitas chegaram com os filhos. Daniel Cotrim considera que o país está a viver uma tranquilidade aparente no que diz respeito à violência doméstica.

"Neste tipo de situações, aquilo que acontece é que é uma situação muito mais violenta que leva as mulheres a uma situação de pedir e de terem necessidade de acolhimento, mas, obviamente, continuamos a achar que isto é apenas uma ponta do icebergue", sustenta.

Crimes caem para metade. Só as denúncias de violência doméstica feitas por amigos ou familiares aumentaram

Relatório sobre 2.º estado de emergência revela que a criminalidade denunciada caiu 55% – violência doméstica incluída. Nestes casos, as queixas feitas por amigos, familiares ou vizinhos aumentaram.

28 abr 2020, 18:05



Tânia Pereirinha
Texto

Era um dos maiores receios das autoridades portuguesas e das associações de apoio à vítima: que com o isolamento social ditado pela declaração do estado de emergência e com as tensões inerentes ao confinamento, o número de crimes de violência doméstica disparasse.

CRIMINALIDADE EM PORTUGAL

Número total de participações criminais registadas pelos oito Órgãos de Polícia Criminal



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna à [Sugestões?](#)
03/04/2019

Sabe-se agora, com a divulgação por parte do Ministério da Administração Interna (MAI) do relatório sobre a segunda aplicação do estado de emergência, se aconteceu, de facto, esse aumento não foi denunciado às autoridades. Tal como a criminalidade denunciada em geral caiu para mais de metade — **entre 13 de**

março e 17 de abril deste ano, o número de ocorrências caiu 55% em relação ao mesmo período do ano passado —, também as queixas relativas a crimes de violência doméstica baixaram.

Não significa, ainda assim, que não sejam números preocupantes os que o documento esta terça-feira apresentado revela: de 13 de março a 17 de abril **foram registados 1.105 crimes de violência doméstica e 61 pessoas foram detidas** — no mesmo período de 2019 tinham sido 1.692 as queixas e 88 as detenções pelo mesmo motivo. Ao contrário do que aconteceu em algumas partes do mundo (na China, por exemplo, o número de queixas foi multiplicado por quatro, durante a quarentena), com a declaração do estado de emergência, em vez de subir, **o número de queixas por violência doméstica caiu 34,7%** em Portugal.

Esta redução de denúncias também não quer necessariamente dizer que o número efetivo de crimes tenha diminuído. Essa é aliás uma das preocupações das autoridades: que o confinamento doméstico com os agressores possa impossibilitar as vítimas de pedir ajuda. Por esse mesmo motivo, explica o mesmo relatório, a PSP tem estado a trabalhar com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, nomeadamente na promoção de formas alternativas ao telefone e ao 112 para dar o alerta.

Além disso, foi incentivado o contacto com amigos e familiares e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) **pediu especial atenção aos vizinhos**, que podiam servir de alerta. **Tudo isso parece ter resultado**: as denúncias feitas por terceiros, tenham sido eles familiares, amigos ou até vizinhos aumentaram em relação ao ano passado. Do total de 476 participações de violência doméstica feitas no segundo estado de emergência, **129 foram apresentadas “por terceiros” — em termos percentuais, são 26%, uma subida de cinco pontos em relação a 2019.**

Algumas queixas chegaram também através do e-mail exclusivo criado para esse propósito: violenciadomestica@psp.pt. E só durante a vigência do segundo estado de emergência, entre os dias 3 e 17 de abril, **15 de um total de 476 participações de violência doméstica chegaram ao conhecimento das autoridades através desta caixa de entrada.**

Avaliado apenas este período, a queda de participações foi um pouco menos expressiva; menos 29% em relação às mesmas duas semanas de 2019 — há um ano foram feitas 673 denúncias, e agora 476. Dá uma **média de 32 queixas de violência doméstica por dia** — nestes mesmos dias, no ano passado, a média era de 45 denúncias a cada 24 horas.

Os dados mostram ainda que a maior parte das vítimas (81.5%) são mulheres, a maior parte dos agressores (85%) são homens — como aconteceu também em 2019 e nos anos antes desse.

Álcool na estrada, furtos de oportunidade e por carteiristas — os crimes que mais caíram

Olhando para os dados da criminalidade geral, a queda foi vertiginosa: se entre 13 de março e 17 de abril de 2019 as forças policiais se viram a braços com 17.458 denúncias de crime e efetuaram 2.786 detenções; este ano, no mesmo período, tiveram de acorrer a 7.852 situações e detiveram 1.104. São **diminuições de 55% e de 60,4%**, respetivamente, que decorrerão do isolamento a que os cidadãos se viram forçados no esforço contra a propagação do novo coronavírus. E, para alguns tipos de crime, isso é ainda mais evidente.

Com discotecas, bares e até cafés encerrados por decreto presidencial, **os crimes de condução com taxa de alcoolémia igual ou superior a 1,2 gr/l caíram 82,9%** entre 13 de março e 17 de abril, em comparação com o ano passado. Se em 2019, nestas cinco semanas, foram detidas 1.007 pessoas com uma taxa de álcool criminosa no sangue, este ano, no mesmo espaço de tempo, foram apenas 172.

Sem turistas (ou sequer portugueses) nas ruas ou nos transportes públicos, os **furtos por carteirista diminuíram 91,9% e o mesmo aconteceu com os “furtos por oportunidade”, que caíram 82,5%** — também deixou de haver mochilas descuidadamente deixadas no chão ou carteiras ou telemóveis pousados em cima de mesas em esplanadas apinhadas.

A completar o top cinco dos crimes que mais desceram, o MAI destaca ainda a “ofensa à integridade física voluntária simples”, que baixou 67,2%, e o “furto em veículo motorizado”, que caiu 58%. **No conjunto dos cinco, foram contabilizadas 1.383 ocorrências.** O ano passado, no mesmo período do calendário, os mesmos crimes foram registados pelas autoridades policiais 5.408 vezes, o que representa, ainda assim, uma queda de 74,4%.

Crimes por desobediência e burlas por fraude bancária — os delitos em crescimento

Em contrapartida, alguns crimes dispararam com o confinamento e as sucessivas declarações de estado de alerta e de emergência. E o crescimento das burlas por fraude bancária, que já a 7 de abril a Direção Nacional da PSP **tinha destacado**, será um bom exemplo disso: na altura, o crescimento em relação ao ano anterior era de 67,4%; agora **estacionou nos 67,6%**, revela o relatório do MAI. Parte de um bolo maior, que é dos crimes contra o património em geral, que até registou uma diminuição de 16% neste tempo de pandemia, este tipo de burlas estão em destaque no documento — “incremento substancial” é a expressão utilizada.

Também em franco crescimento, mas neste caso porque as ações capazes de configurar crime foram subitamente alteradas com a entrada em vigor do estado de emergência, que **deixou em suspenso uma série de direitos, liberdades e garantias**, estão os **crimes de desobediência — cresceram 94,3%** entre 13 março e 17 de abril, em comparação com o ano passado.

Ainda do top cinco dos crimes que mais aumentaram constam os crípticos “outros roubos” (mais 114,3%) e “outros crimes de perigo comum” (20%); e a “resistência e coação sobre funcionário” (12,8%). No total dos cinco, foram registadas 616 ocorrências. Em 2019 tinham sido 373.

Crimes caem para metade. Mas aumentam denúncias de violência doméstica por terceiros

Por ZAP - 29 Abril, 2020

Mário Cruz / Lusa



Um relatório do Ministério da Administração Interna (MAI) sobre o segundo estado de emergência mostra que a denúncia de criminalidade caiu para mais de metade e que as queixas de violência doméstica baixaram. Contudo, aumentaram as denúncias desse tipo de caso feitas por terceiros em relação ao ano passado.

Segundo [noticiou o Observador](#), o documento divulgado na terça-feira revela que, de 13 de março a 17 de abril, foram registados 1.105 crimes de violência doméstica e 61 pessoas foram detidas. No período homólogo de 2019 houve 1.692 queixas e 88 detenções pelo mesmo motivo.

Com o estado de emergência, ao invés de subir, o número de queixas por violência doméstica **caiu 34,7% em Portugal**, contrariamente ao que aconteceu noutros países. Mas essa diminuição não significa necessariamente que o número efetivo de crimes tenha diminuído, apontou o jornal.

O relatório indica que a Polícia de Segurança Pública (PSP), em conjunto com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, tem promovido formas alternativas ao telefone e ao 112 para dar o alerta e o contacto com amigos e familiares. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) pediu especial atenção aos vizinhos, que podiam alertar.

As denúncias feitas por terceiros – familiares, amigos ou vizinhos – aumentaram em relação ao ano passado. Do total de 476 participações de violência doméstica feitas no segundo estado de emergência, **129 foram apresentadas “por terceiros”** – uma subida de cinco pontos em relação a 2019.

Avaliado apenas o período de 03 e 17 de abril, as participações caíram 29% em relação às mesmas duas semanas de 2019. Em média, foram 32 queixas por dia. Os dados mostram ainda que a maior parte das vítimas (81.5%) são mulheres, a maior parte dos agressores (85%) são homens, como aconteceu também em 2019 e nos anos antes desse.

Álcool na estrada, furtos e carteiristas

Em relação à criminalidade geral, entre 13 de março e 17 de abril de 2019 houve 17.458 denúncias de crime e 2.786 detenções. No mesmo período deste ano, houve 7.852 situações e 1.104 detenções.

Os crimes de **condução com taxa de alcoolémia** igual ou superior a 1,2 gr/l caíram 82,9% entre 13 de março e 17 de abril, em comparação com o ano passado. Em 2019, nessas cinco semanas, foram detidas 1.007 pessoas com uma taxa de álcool criminosa no sangue, enquanto este ano foram 172.

Os furtos por carteirista diminuíram 91,9% e o mesmo aconteceu com os “furtos por oportunidade”, que caíram 82,5%. O MAI destacou ainda a queda nos crimes de “ofensa à integridade física voluntária simples”, que baixou 67,2%, e o “furto em veículo motorizado”, que caiu 58%.

Alguns crimes, porém, dispararam. É o caso das **burlas por fraude bancária** – que, segundo o MAI, está agora nos 67,6% – e os de desobediência – cresceram 94,3% entre 13 março e 17 de abril, em comparação com o ano passado.

Nos crimes que mais aumentaram constam ainda “outros roubos” (mais 114,3%), “outros crimes de perigo comum” (20%) e a “resistência e coação sobre funcionário” (12,8%).

ZAP //

Live de Bruno Nogueira bate recorde de donativos com 11 mil euros para o CASA (com vídeo)

Por Redação 

30 Abril 2020 - 17:01

O humorista Bruno Nogueira conseguiu angariar mais de 11 mil euros para o Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA) com o 'live' de ontem no Instagram.

O CASA foi a terceira instituição que o humorista decidiu ajudar com o programa 'Como é que o bicho mexe', um direto no Instagram em que Bruno Nogueira convida amigos e vai pondo a conversa em dia.

Depois dos 'lives' solidários para com a associação Coração Amarelo e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Bruno Nogueira dedicou o programa de ontem ao CASA e conseguiu angariar cerca de 11 400 euros, com o contributo especial de João Manzarra.

O apresentador da SIC tem sido um convidado recorrente e foi o protagonista de um momento viral há dias, quando rapou o cabelo formando um 'donut' com a barba.

Tratou-se de uma partida que início a uma verdadeira 'novela': Bruno Nogueira e João Manzarra foram simulando uma zanga que levou, anteontem, o humorista a convidar Daniel Oliveira, diretor da SIC, para o convencer a despedir o apresentador.

No 'episódio' de ontem, durante as duas horas de direto que renderam mais de 11 mil euros para o CASA, apareceu um alegado advogado de João Manzarra a anunciar a abertura de um processo-crime contra Bruno Nogueira, com o apresentador a exigir (supostamente) uma indemnização de 500 mil euros.

Os 'lives' de Bruno Nogueira, todas as noites a partir das 23h00, têm registado mais de 60 mil espetadores em simultâneo.

Correio dos Açores

Director: Américo Natalino Viveiros Director-Adjunto: Santos Narciso Sub-Director: João Paz

30 de abril de 2020

A dor dentro de portas

Portugal é aplaudido internacionalmente por ser considerado um dos países mais seguros. No entanto, a violência doméstica – aquele crime que, na maioria das vezes, acontece dentro de casa – mantém-se como o “calcanhar de Aquiles” da segurança pública.

Embora não sejam conhecidos os dados do Relatório Anual de Segurança Interna, os dados preliminares revelam um aumento da violência doméstica. Para além dos femicídios, o crime de violência doméstica terá subido 11,5%, aproximando-se das 30 mil queixas num ano.

A Associação do Apoio à Vítima (AAV) divulgou o número de pedidos de ajuda que recebeu em 2019 e que ultrapassou largamente os do ano anterior. 80% das mais de 20 mil queixas foram relativas a crimes de violência doméstica. Há vítimas de todas as idades, desde as mais jovens às mais velhas, e quatro em cada cinco são mulheres.

O isolamento social imposto no país e na região desde meados de março, devido ao novo coronavírus, restringe muitas pessoas às suas casas. O espaço limitado, a gestão do tempo, a alteração nas rotinas e a, possível, fragilidade financeira, são fatores que podem potenciar situações de violência.

Mais uma vez, o BE/Açores afirma que ninguém pode ficar para trás, pois temos consciência e conhecimento de que em tempos de crise, há uma tendência para que o número de casos de violência doméstica aumente substancialmente.

Perante isto, foi entregue uma proposta, a ser debatida no parlamento regional, para que, à semelhança do que acontece em Portugal continental, o Governo Regional proceda a uma ampla divulgação da linha regional para a denúncia e que esta funcione durante as 24 horas do dia.

Recentemente o secretário-geral da ONU – António Guterres – lançou um apelo global no sentido de se proteger mulheres e crianças que estão “em casa”, no qual referiu que “Devemos garantir que as mulheres possam pedir ajuda de maneira segura, sem que os que as maltratam percebam.”

Desta forma, e por sabermos que a denúncia pode ser difícil, o BE propôs que seja criada a opção de denúncia através de SMS.

Prevenir e combater a violência doméstica é tarefa para todo o país. Em tempos de isolamento, pede atenção redobrada das entidades públicas e de todos/as nós. No debate da proposta do BE/Açores perceberemos quem está contra este crime e quem prefere subestimar esta chaga social.

Por isso, imploro-vos para que combatamos este flagelo, para que o possamos debelar: se és vítima ou sabes de algum caso de violência doméstica, denuncia! Não podemos, nem devemos, ser cúmplices! A violência doméstica é crime público!

Aproveito e deixo aqui a linha regional que, embora tenha sido criada para a denúncia de tamanha atrocidade, é difícil de encontrar: 800 27 28 29

Alexandra Manes

A vítima de crime e o pensamento penal atual

29, outubro 2020 • Conferência

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) coorganiza, em conjunto com o IDPCC e a FDUL, a conferência: "A vítima de crime e o pensamento penal atual".

O evento será realizado no dia 29 de outubro de 2020, pelas 10h00.

Os conferencistas são Antony Pemberton (*keynote speaker*), Diretor do Instituto Internacional de Vítimologia da Universidade de Tilburg (Países Baixos) e Professor Associado do Instituto de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de Lovaina (Bélgica), bem como Maria Fernanda Palma (Presidente do IDPCC) e João Lázaro (Presidente da APAV).

Línguas: Português e Inglês (*keynote lecture*), sem tradução.

Partilhar



The poster is for a conference titled "CONFERÊNCIA A VÍTIMA DE CRIME E O PENSAMENTO PENAL ACTUAL". It features a central illustration of a woman with a blindfold, symbolizing victimhood. The text on the poster includes the keynote speaker, Antony Pemberton, and the organizers, Maria Fernanda Palma and João Lázaro. The event is scheduled for October 29th at 10:00 AM in the Auditorium of the Faculty of Law at the University of Lisbon. Logos for APAV, IDPCC, and FDUL are visible at the top.

Cartaz-Programa